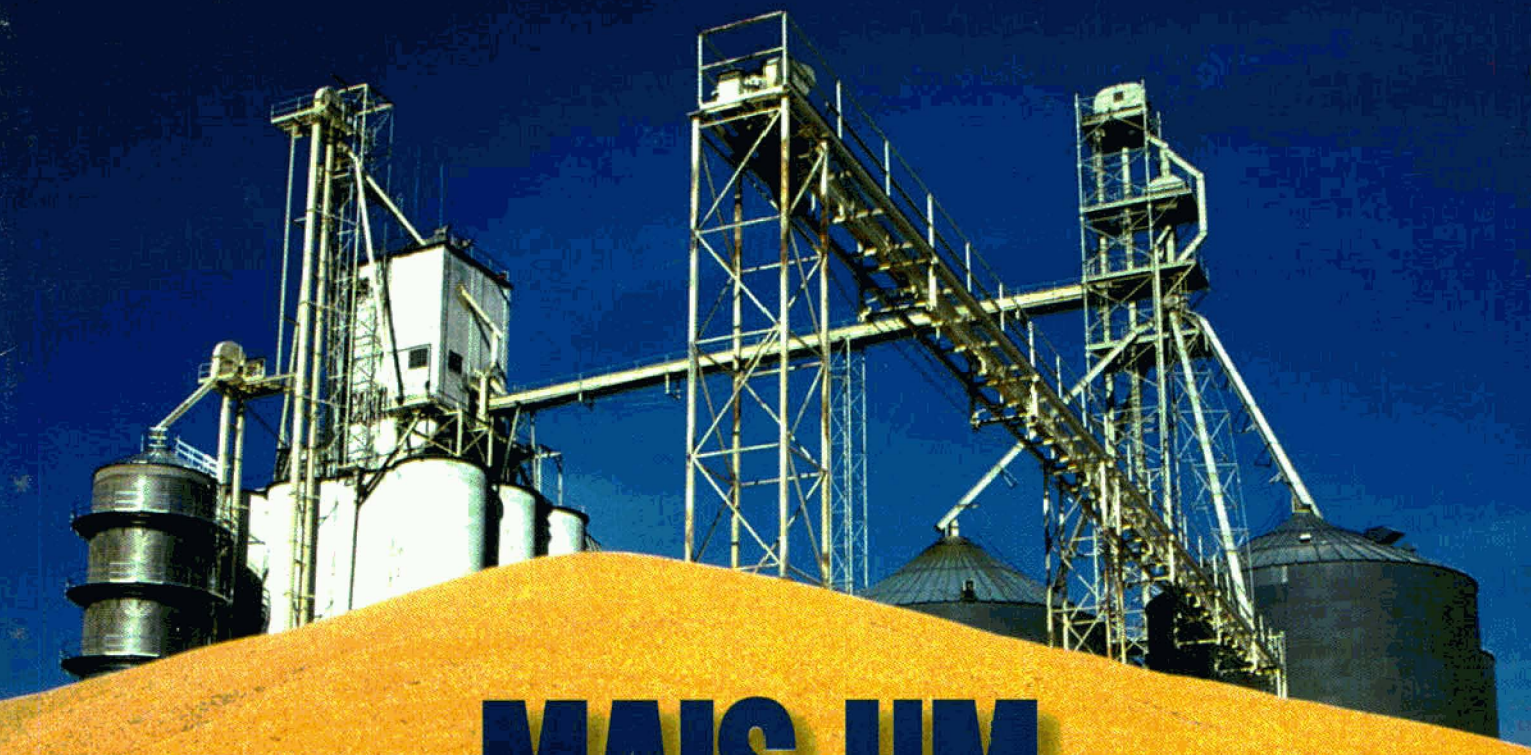
AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ❑ VOL. 23 ❑ Nº 3 ❑ MAIO 2003 ❑ R$ 8,00



MAIS UM RECORDE

O Brasil já está colhendo sua maior safra: 115,2 milhões de toneladas de grãos

FGV IBRE

ISSN 0100-4298

Fome Zero
Pecuaristas de Uberaba buscam soluções para o semi-árido de Minas

Poluição Zero
Biodiesel surge como uma alternativa energética renovável

'Risco Zero'
Produtores querem legalizar os transgênicos, mas a polêmica persiste

Você pode ter um carro que roda a álcool.

Você pode ter um carro que roda a gasolina.

Ou você pode ter um que roda com álcool, gasolina ou com os dois: Gol Total Flex.

UM PRESENTE DA VOLKSWAGEN PARA O BRASIL, NA COMEMORAÇÃO DOS SEUS 50 ANOS.

UNICA
União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

Vara de pescar

A ABCZ vai levar sua 'expertise' em genética a 55 mil agricultores familiares do semi-árido mineiro

CÉSAR GARCIA

LADOLFO



Borges Mendes, da ABCZ: "Nós vamos ser o celeiro do mundo"

A maior entidade de pesquisa e desenvolvimento genético de gado bovino do Brasil, a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), chamou a si a responsabilidade de promover o aprimoramento do modelo de produção da pecuária bovina numa região que registra um dos mais baixos índices de desenvolvimento social brasileiro: o semi-árido de Minas Gerais. O projeto abrange o norte do estado, o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri, áreas que concentram 55 mil agricultores familiares e assentados, a maioria vivendo em situação precária. A Carta de Uberaba, como ficou conhecido o projeto, foi levada, em 3 de maio última, ao presidente Lula na abertura da Expozebu – a maior feira de gado zebuíno do mundo. Foi para falar desse e de outros projetos da entidade que o Abre Aspas deste mês foi a Uberaba ouvir o presidente da ABCZ, José Olavo Borges Mendes. Fazendeiro por tradição e médico por formação, José Olavo, 59, iniciou-se na genética bovina quando casou, nos anos 70, com a filha de um pecuarista e ganhou uma fazenda como dote. A química deu tão certo que ele optou pela genética e deixou a medicina de lado.

A ABCZ está participando do Fome Zero através de um leilão que conseguiu arrecadar até agora R$430 mil em fundos para o programa. Todavia contribuições em dinheiro podem ser apenas uma forma pontual de ajudar a combater a fome. O que a ABCZ poderia fazer para ajudar de uma forma mais definitiva o programa?

— Na verdade esse dinheiro corresponde a apenas 60% do potencial de arrecadação, porque não houve tempo hábil e, mesmo com o que foi doado à ABCZ para que fosse a leilão, 40% das prendas ficaram sem ser leiloadas. Mas o importante é que a ABCZ está com dois programas: está aderindo a um programa emergencial, que é dar dinheiro, dar comida, dar alimento para esse pessoal, mas o grande programa é o que vem em segundo plano: a Carta de Uberaba que será assinada em nosso palanque oficial, onde teremos várias entidades e vários ministérios encampando esse processo, como a Embrapa, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Segurança Alimentar e o Ministério de Desenvolvimento Agrário*. O objetivo é dar condições para que o pequeno e médio produtor possam produzir com mais eficiência, através de uma genética melhorada não só para o gado de corte mas também para o gado de leite, através de tecnologias que possam ser implantadas nesse processo. Não é só dar o peixe ao criador, você tem que dar a ele a vara de pescar.

Um programa de segurança alimentar pressupõe aumento do consumo de carne bovina. O que estrategicamente poderia atrair o interesse dos pequenos e médios produtores de carne bovina e ao mesmo tempo ser uma contribuição social, algo que os beneficiasse concretamente?

— Eu acho que ensinando esse pequeno e médio produtor a produzir um bezerro melhorado, quem sabe até certificado, ele vai agregar valor ao que ele recebe, ao que produz. E não só isso: nós temos que pensar num alimento melhor para as crianças, através do leite e da carne. Acho que o leite tem uma participação muito importante e a ABCZ está tentando resgatar um projeto que existe no Nordeste, no estado da Paraíba, onde tem um potencial muito grande de raças zebuínas leiteiras: o guzerá, o sindi e o gir. Isso hoje é gerido pela Embrapa, mas vale uma gestão da ABCZ nesse sentido. O objetivo é aumentar o criatório, multiplicar o material que existe lá através de transferência, através de coleta de sêmen, doando o material genético.

Em 23 de abril o ministro Roberto Rodrigues reuniu-se com a secretária de Agricultura dos EUA defendendo a abertura daquele mercado à carne bovina *in natura*. Se for fechado um acordo, qual a estimativa de volume de carne bovina *in natura* a ser exportado para os EUA?

— As exportações brasileiras estão crescendo num ritmo bem satisfatório. A gente hoje está com quase 1 milhão de toneladas a serem exportadas. Segundo a última estimativa do Usda, este ano, Austrália e Estados Unidos, que são os maiores exportadores de carne do mundo, têm uma projeção de crescimento de 4 a 5%, enquanto o Brasil tem uma projeção de 10 a 14%. Há cinco, seis anos nós exportávamos 300 mil toneladas de carne e assim mesmo importávamos uma grande parte desse total. O que aconteceu de lá pra cá? Nosso crescimento foi surpreendente. Ano passado exportamos 900 mil toneladas de carne. Nos primeiros meses deste ano, estamos com um aumento de 18% em relação ao mesmo período do ano passado, o que propiciou uma receita adicional de US$19 milhões. Acredito que estamos ocupando um espaço deixado primeiramente pela União Européia, com a doença da vaca louca, e pela Argentina, quando houve o problema da aftosa. O Brasil ocupou todos esses espaços e agora ele está ocupando outro, que está sendo deixado pela Austrália, com problemas de seca e de reposição de rebanho. Nós temos produto, temos qualidade, temos hoje sanidade. Em dois, três anos, vamos passar a ser o maior exportador de carne bovina do mundo. Os Estados Unidos são o segundo exportador, mas importam muito. E por que não importar a carne brasileira, já que ela hoje está com problema sanitário resolvido? Eu acho que é isso que o nosso Roberto Rodrigues foi nos Estados Unidos negociar e acredito que essa negociação deve ir adiante.

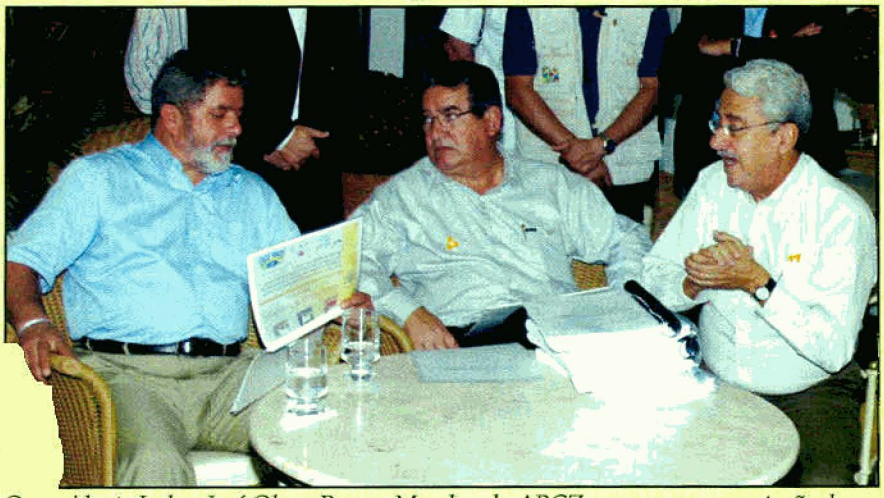
O objetivo é dar condições para que o pequeno e médio produtor possam produzir com mais eficiência, através de uma genética melhorada. Não é só dar o peixe ao criador, você tem que dar a ele a vara de pescar.

Que razões a gestão do ministro Pratini alegou para impedir que entidades, entre as quais a ABCZ, se tornassem certificadoras do Sisbov (Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina), uma vez que a ABCZ dispõe do mais completo banco de dados de zebuínos do mundo? Em que pé estão as negociações com a atual gestão do Mapa para a entidade ser certificadora do Sisbov?

— O ministro Pratini não era contra a ABCZ ter a sua certificadora. Pelo contrário, foi até um grande incentivador para que a entidade fizesse a sua certificadora. O que acontece é que o Departamento de Sanidade Animal do secretário na época achou que a ABCZ, por ser uma associação, não tinha credibilidade para certificar o gado dos seus associados. Ele achava

Soluções para a produção de alimentos

LADOLFO



O presidente Lula e José Olavo Borges Mendes, da ABCZ, ouvem a apresentação do professor Mauro Lopes, da FGV, sobre o Fórum Mundial de Produção de Alimentos

Na solenidade de abertura da Expozebu, em Uberaba, no dia 3 de maio, o presidente da ABCZ, José Olavo Borges Mendes, propôs em discurso dirigido ao presidente Lula uma parceria entre a FGV, a ABCZ e o governo federal para a realização do Fórum Mundial de Produção de Alimentos, um projeto desenvolvido pela equipe do Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV que irá reunir pesquisadores, autoridades, empresários e estudiosos de diversos países na busca de soluções para a produção de alimentos.

O fórum terá três momentos importantes. O primeiro, um concurso nacional de idéias inovadoras para mitigar o problema da fome, através da produção, processamento e distribuição de alimentos. O segundo, um seminário internacional com a participação de especialistas mundiais nas questões de produção de alimentos entre pequenos produtores com vistas ao abastecimento local. E, por fim, uma feira internacional em 2004, destinada a divulgar técnicas de produção, processamento e distribuição de alimentos entre pequenos produtores e pequenas agroindústrias.

O documento com as principais diretrizes do fórum foi apresentado ao presidente Lula pelo professor Mauro Lopes, do IBRE/FGV, na sala de reuniões do palanque oficial do parque Fernando Costa, em Uberaba. Estiveram presentes ao encontro os ministros da Segurança Alimentar, José Graziano da Silva, do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto e da Agricultura, Roberto Rodrigues.

Segundo Lopes, o projeto é um desafio ao talento dos brasileiros. "Buscar idéias inovadoras é valorizar o que o brasileiro tem de melhor: a imaginação e criatividade. Tenho certeza de que o resultado desse evento irá surpreender", disse ao presidente Lula.

O projeto terá a duração de 11 meses. Em junho será divulgado o regulamento do concurso. Em dezembro sai o resultado das propostas semifinalistas. Em março de 2004, durante o seminário internacional, serão anunciadas as propostas vencedoras do concurso e realizada a entrega dos prêmios. O ministro da Segurança Alimentar, José Graziano, oficializou a participação do governo no Fórum Mundial de Produção de Alimentos: "Estou verificando aqui o cronograma proposto por vocês para a realização da entrega dos prêmios em março e abril de 2004. Nessa ocasião estaremos realizando o terceiro congresso do Programa Fome Zero. Podemos fazer juntos esse evento. Vamos então conduzir o evento em conjunto com a ABCZ e a FGV", disse. (**C. G.**)

que a certificação dessas associações não seria aceita pela União Européia, o que eu acho uma bobagem muito grande, porque se há 70 anos a ABCZ certifica seus animais, faz o registro genealógico, as provas zootécnicas, e esses registros e provas são aceitos no mundo inteiro, então por que não ter a sua certificadora? Nós levamos isso ao atual ministro e ao atual secretário e eles estão de pleno acordo. Poderemos até inicialmente certificar os nossos próprios produtos, mas também iremos ampliar isso para o rebanho de uma maneira geral.

■ Como está a questão da rastreabilidade hoje?

— O que tem sido feito, até certo ponto, não tem sido muito bem feito. Nós sabemos de algumas certificações que chamamos de "curralito", feitas no curral do frigorífico. Isso não é uma coisa séria e nós sabemos que o produtor não está entusiasmado, não entrou de corpo e alma nesse circuito, porque ele não está sendo remunerado por seu produto certificado. O dia em que o mercado entender, principalmente o mercado frigorífico, que um boi certificado tem um valor superior a um boi não certificado – quer dizer, ele remunerar um invernista por um boi certificado e o invernista, por sua vez, remunerar o recriador por um garrote certificado e o recriador a um bezerro de um criador certificado – ele vai ter um *spread* maior e com certeza todo mundo vai aderir a esse processo.

■ A aftosa está sob controle?

— Está. Ontem eu estive em Ribeirão Preto, na Câmara Setorial da Carne, e o secretário de Sanidade Animal do governo nos afirmou que no ano

2002 nós não tivemos nenhum caso de aftosa no Brasil, e, em 2003, até o momento, a mesma coisa. Temos ainda algumas áreas que não estão livres da doença, como é o caso do Norte e Nordeste. Temos que procurar esses estados, fazer com que os governos entendam a necessidade de erradicar a febre aftosa, de vacinar os rebanhos. Eles não têm controle sobre esse gado. E nós estamos muito preocupados, por exemplo, em dar a vacina de aftosa à Bolívia, ao Paraguai, para que esses países não tragam a aftosa para nós. Mas ao mesmo tempo eu acho que essa preocupação tem que ser estendida ao Norte e Nordeste. Nos estados do Brasil Central, que eu conheço, o trabalho é muito bem feito, muito bem vigiado, mas nós não podemos nunca ter um recuo como aconteceu no Rio Grande do Sul. Porque se tiver uma queda dessas é difícil voltar a ocupar esse espaço. Nós já verificamos isso com a Argentina, com a União Européia. Então é importante você mostrar que o Brasil realmente tem uma campanha de vacinação boa, que está atuando, que está funcionando.

Representantes de 18 empresas exportadoras de carne dos Estados Unidos, ligadas ao Usmef, organizaram uma viagem ao Brasil em 23 de março último. Não ficou muito claro o objetivo da visita. Esse grupo, por acaso, pretende investir no mercado brasileiro de carnes?

— Olha, eu acho que os americanos estão preocupados conosco de toda forma. Estão preocupados com o sojicultor, com nossa produção de soja, com nossa produção de milho, com nossa carne. Por que essa preocupação? Porque nós temos território, temos clima, temos agora sanidade, temos um custo de produção muito baixo em relação ao custo de produção deles e da própria Austrália. Então isso faz com que eles fiquem olhando pra gente – assim, até com uma certa inveja e uma certa preocupação –, porque o Brasil está se tornando aquilo que nossos antecipados diziam, que nós seríamos o celeiro do mundo.

O comentário é que eles falaram muito pouco e ouviram muito...

— Eles querem saber tudo. Ano passado, na época do Pratini, se fez uma campanha de trazer algumas delegações internacionais para o Brasil, principalmente formadores de opinião, jornalistas, pessoal da imprensa, para mostrar a carne brasileira, mostrar como ela é produzida no pasto, como estavam as condições de nossos frigoríficos – hoje são condições boas e de higiene –, como é desossada essa carne. Porque quanto mais você mostrar e quanto mais nós adquirirmos experiência – que até outro dia não tínhamos – de negociadores, melhora a nossa vida, nossa qualidade no campo. No ano passado nós tivemos 350 mil pessoas visitando a Expozebu. Dessas 350 mil pessoas, tivemos 250 visitas internacionais. Pois bem: nos surpreendeu quando fomos fazer um balanço do nosso site no período da Expozebu. A surpresa foi que tivemos 400 mil acessos a nosso site, no período de 1º a 10 de maio. E nesses 400 mil, fomos investigar, tinha lá 29 países diferentes. O que significa isso? São 29 países interessados em saber como essa carne é produzida e a genética com que é produzida, já que 80% do nosso rebanho geneticamente é zebuíno.

De que maneira a genética está sendo aprimorada pelos pecuaristas?

— Na genética tudo gira num tripé. Quando se fala em carne, em fazenda e em boi, há um tripé. Um é a sanidade, que está sendo muito bem conduzida. Outro, nós devemos muito a uma instituição nossa, que se chama Embrapa. A Embrapa pesquisou variedades de capim, procurou incentivar a cultura, a multiplicação dos bons capins, nos ajudou muito na parte de alimentação, não só de capim mas também de ração. O outro é a genética. Um boi para atingir 800 quilos demorava quatro, cinco anos. Esse era o grande campeão da exposição de Uberaba. Hoje um boi de 800 quilos é praticamente um campeão jovem de Uberaba. Há cinco, seis anos, quando matávamos os bois no frigorífico (eu sou invernista também), nós os matávamos com quatro anos e meio, cinco anos de idade. Hoje esses mesmos bois estão sendo abatidos com dois anos e meio, quer dizer, a evolução é muito grande. O que é isso? Isso é genética. Essa genética de ponta que se vê em Uberaba. Esses grandes campeões, esses animais melhoradores, estão chegando hoje ao rebanho comercial numa velocidade muito grande, através de seus filhos e dessa multiplicação de transferência de embriões, através dos sêmens que são vendidos e usados no rebanho comercial. É lógico que tem a beleza racial, tem tudo isso, mas hoje nós estamos muito mais preocupados com carcaça, muito mais preocupados com fertilidade, com o acabamento dessa carcaça, com a velocidade de acabamento. Isso chama-se melhoramento genético. É o que estamos fazendo com muita propriedade.

Em dois, três anos, vamos passar a ser o maior exportador de carne bovina do mundo. Os Estados Unidos são o segundo exportador, mas importam muito. Por que não importam também a carne brasileira?

** Esta entrevista foi concedida a um dia da visita da comitiva presidencial a Uberaba.*

cgarcia@fgv.br

Programa
CONJUNTURA ECONÔMICA

TODA SEGUNDA, 21H30

TVE CANAL 2 RIO DE JANEIRO
NET CANAL 18
TVA CANAIS 02 E 14
DIRECTV CANAL 215
SKY CANAL 23



A economia que você entende

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE
Instituto Brasileiro de Economia

Este mês:

AGROANALYSIS – Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getulio Vargas (Instituto Brasileiro de Economia – IBRE).

Fundadores – Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

REDAÇÃO

Redatores: César Garcia e Luiz Antonio Pinazza

Arte: Osvaldo Moreira

Revisão: Fátima Caroni

Editoração: Texto & Contexto

Colaboradores: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Viviane Seda (índice Iabag), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Maria José Cyhlar Monteiro Cireços (previsão de safras), Ignez Vidigal Lopes, Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Gregory Honczar (preços e índices do agronegócio).

Secretaria e apoio administrativo: Lilian Brandão de Figueiredo e Vanessa Martins de Melo

Publicidade – Gerente comercial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, tel.: (21) 2559-5523, fax: (21) 2559-5616 e 2551-4049, e-mail: caique@fgv.br. Representantes comerciais: Rio – Milla de Souza: telefax: (21) 2533-3121/1601, 2524-2757, e-mail: milla@triuvirtual.com.br; São Paulo: Ponto 4 Propaganda Ltda., R. Harmonia, 908, S.Paulo, SP, 05435-000, tel.: (11) 3816-0328, www.ponto4.com.br, e-mail: cassio@ponto4.com.br; amilcar@ponto4.com.br; Rio Grande do Sul – Araré Vargas Fortes: tel.: (51) 343-8423, fax: (51) 337-4626, Brasília (DF) – Joaquim Barroncas: SHIN - QI 8 - cj 03, casa 17, tel: (61) 9972-0741 e 7183874, e-mail: joaquimbarroncas@ig.com.br.

Circulação/Assinaturas – Bernardo Nunes Chefer – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 2559-6040, fax: 21 2559-6039, e-mail: agroanalysis@fgv.br

Pontos de venda: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

FGV IBRE – Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, com personalidade jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900
ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

Presidente Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Diretor-Geral: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ewaldo Gonçalves, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade e Sérgio Franklin Quintella.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix Bulhões, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Nestor Jost.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Cirillo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Governo do Estado da Bahia, Heitor Chagas de Oliveira, João Carlos Rocha (Banco CCF Brasil S.A.), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Lídio Duarte (Instituto de Resseguros do Brasil - IRB), Luiz Chor (Cibrasil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S/A), Oswaldo Mário de Azevedo (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Ricardo Malfitano (S.A White Martins), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Walber José Chaves (Associação de Bancos do Estado de São Paulo).

Suplentes: Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.), Gilberto Duarte Prado, Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Mario João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Cia. Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda.), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rodrigo Telles da Rocha Azevedo (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.).

Instituto Brasileiro de Economia

Diretor: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

Vice-Diretor: Roberto Fendt

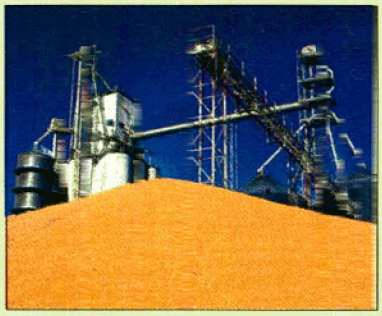
Divisão de Gestão de Dados: Rubens Mario Alberto Wachholz

Divisão de Publicações e Eventos: Roberto Fendt

Centro de Estudos Agrícolas: Ignez Vidigal Lopes

Centro de Políticas Sociais: Marcelo Neri

Coordenadoria de Projetos / Gerência Administrativa: Regina Celestes de Oliveira



3 **ABRE ASPAS – JOSÉ OLAVO BORGES MENDES**

Vamo ee pesar
O Abre Aspas deste mês foi a Uberaba ouvir o presidente da ABCZ, José Olavo Borges Mendes. Fazendeiro por tradição e médico por formação, José Olavo, 59, iniciou-se na genética bovina quando casou, nos anos 70, com a filha de um pecuarista e ganhou uma fazenda como dote. A química deu tão certo que ele optou pela genética e deixou a medicina de lado
CÉSAR GARCIA

12 **MAIS UM RECORDE**

Marcha de crescimento
Longe da perfeição, o desempenho recente do agribusiness brasileiro atrai os olhos do mundo
LUIZ ANTONIO PINAZZA

18 **TRANSGÊNICOS**

Procura-se uma saída
No Brasil, o cultivo de OGMs é legal, mas sua comercialização está vetada pela Justiça
LUIZ ANTONIO PINAZZA

Pestiadas por precaução 23
Riscos decorrentes do princípio da precaução podem causar danos irrecuperáveis e irreversíveis
ERNESTO PAEMBINI

Momentos decisivos 25
Dentro o futuro plantio da soja transgênica reduziria os custos de produção em até 20% por hectare plantado
NEI MARCA

A segunda revolução verde 27
A biotecnologia responde por uma redução de custos diretos de mais de 30% nas propriedades produtoras de soja
ARGEMIRO BRUM

30 **COMÉRCIO INTERNACIONAL**

Futuro em jogo
Sem o apoio das classes agrícola e agroindustrial unidas, vai ser difícil negociar a integração brasileira
MAURO LOPES E BRUNO DE SOUZA LIMA

33 **PREÇOS E INDICADORES DO AGRONEGÓCIO**

34 **FONTES DE ENERGIA**

O caminho da credibilidade
Uma câmara setorial é uma forma de governo e setor privado atuarem juntos num programa nacional
LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO

Outra fonte verde 38
Para produzir biodiesel em larga escala o Brasil depende da velocidade do governo em definir os percentuais de mistura do novo combustível
LUIZ ANTONIO PINAZZA

41 **CIÊNCIA & TECNOLOGIA**

A desertificação nossa de cada dia
O processo de desertificação começa muito antes da esterilidade do solo e da formação de dunas
JOÃO AMBRÓSIO DE ARAÚJO FILHO

42 **CAFÉ**

Queda abrupta
Depois de uma safra espetacular de 47,2 milhões de sacas, a produção brasileira ficará entre 27,7 e 29,7 milhões de sacas
ARMANDO MATIELLI E ANDRÉ MATIELLI

Qualidade necessária 43
O preço agregar valor à produção primária de café. Mas também é preciso dedicar uma atenção cuidadosa a esse processo
LUIZ MORICOCHI

Pela diferenciação 45
É perfeitamente factível a inclusão de um contrato de café brasileiro na Bolsa de Nova Iorque
ESTELA LUTERO E MAURO TERESO

48 **CARNE BOVINA**

Alianças estratégicas
A falta de integração entre a indústria e os fornecedores de matéria-prima na pecuária bovina resulta em perda de competitividade
GABRIELA FERREIRA

51 **MERCADOS FUTUROS**

A importância de acertar
FABIANA PEROBELLI

54 **OS PRETOS DA TERRA**

Armada exportadora
Fumos brasileiros já competem com produtos de grandes fornecedores internacionais
LUIZ ANTONIO PINAZZA

56 **FOME ZERO**

O desafio da inclusão
É preciso articular as políticas assistenciais com as estruturais e gerar empregos na agropecuária
OTAVIO BALSADI

59 **O NORDESTE BRASILEIRO**

Uma nova região
Há um Nordeste a ser descoberto por governantes que reconheçam sua vantagem comparativa conferida pela radiação solar
ORLANDO PASSOS

62 **TENDÊNCIAS DOS MERCADOS**

Alta em pleno período de safra
Quebra da safra gaúcha e atraso na colheita juntos ameaçam aumentar cotações do arroz agulhinha no mercado interno
PAULO CEGO, LUIZ PINAZZA E GREGORY HONCZAR

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

O maior agronegócio do planeta

LADOLFO



Rodrigues: 115,2 milhões de toneladas de grãos na safra 2002/03

Os brasileiros vão colher a maior safra de grãos de sua história: 115,2 milhões de toneladas, como anunciou o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, quando fechávamos esta edição. A estimativa corresponde a um incremento de 19,1% em relação à safra 2001/2002 e é bem maior do que a terceira estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), de 112,4 milhões de toneladas. Se em 2002 o saldo da balança comercial dos bens primários apresentava um superávit recorde de US$20,3 bilhões, este ano poderá superar a casa dos US$22 bilhões. E tudo isso com muita eficiência. Nos últimos 13 anos, enquanto a área plantada no Brasil aumentava apenas 12%, a produção agrícola cresceu 93%, segundo dados revelados em 3 de maio pelo ministro, em Uberaba, MG.

Aliás, espaço para o plantio parece não ser problema para a expansão da fronteira agrícola brasileira. Segundo a matéria que abre esta edição, Marcha de Crescimento, de Luís Antonio Pinazza, na página 12, o Brasil ainda dispõe de um potencial de 70 a 90 milhões de hectares em pastagens no cerrado a serem convertidos em culturas anuais. Dos 225 milhões de hectares ocupados atualmente com pastoreio, cerca de 15% seriam cedidos à produção agrícola, num período de 10 a 15 anos, gerando um adicional de terras agricultáveis da ordem de 30 milhões de hectares. Isso por conta da adubação das pastagens e da tecnificação da pecuária, que foi o setor que mais se modernizou no Brasil depois do Plano Real. É bem verdade que tudo isso não aconteceu por acaso e aí ressalta o trabalho da Embrapa, das Emater e de entidades de classe como a ABCZ, que acaba de inaugurar uma parceria com a FGV na busca de soluções para aplacar o problema da fome no Brasil, como conta o Abre Aspas desta edição.

Da safra anunciada, a grande notícia é o desempenho da soja brasileira, que vai atingir o terceiro recorde consecutivo de produção e levar o Brasil à condição de maior exportador mundial da commodity, deixando os EUA, tradicionais líderes do mercado exportador, em segundo lugar, o que não é pouca coisa. Em pouco mais de 30 anos o Brasil saiu de uma safra de 1 milhão de toneladas do grão e deve atingir os 50,3 milhões de toneladas este ano. Considerando os preços de exportação atuais, o complexo soja brasileiro (grão, farelo e óleo) deverá exportar algo em torno de US$7 bilhões, como revela o artigo do professor Argemiro Brum, A Segunda Revolução Verde, na página 27, que fecha a discussão que retomamos nesta edição sobre a liberação dos transgênicos no Brasil. O argumento principal pró-biotecnologia é de natureza econômica e está na diferença entre o custo de produção e o preço médio obtido pelo produtor rural pelo saco de 60kg produzido numa lavoura de soja mecanizada no Noroeste gaúcho. Outro fato que chama a atenção é que a soja transgênica vem sendo plantada há cerca de sete anos no Rio Grande do Sul, com ganhos de produtividade de 30%.

Segundo o documento do XIV Fórum Nacional da Soja, tirado em 17 de março, na Expodireto Cotrijal, de Não-Me-Toque, RS, a melhor estratégia hoje seria legalizar a produção de soja transgênica e organizar a certificação do produto. Isto significaria menor uso de inseticidas, redução de intoxicações, menor consumo de óleo diesel e aumento da produtividade, como afirma o professor da Esalq, Ernesto Paterniani, em seu artigo Pesticidas por Precaução, na página 23. O bloco sobre transgênicos abre, como sempre, com muita informação reunida por Luiz Antonio Pinazza na matéria Procura-se uma Saída.

Desse conjunto recente de ações, a conclusão mais contundente é que a sociedade se articula no campo para fazer deste país um modelo para o mundo. A competência do setor produtivo rural, articulada com ações inteligentes de governo e pontuais do setor privado, vai construir o que o ministro Roberto Rodrigues definiu como "o maior agronegócio do planeta". Disso temos certeza. É só uma questão de tempo.

César Garcia
Redator de Agroanalysis

NOSSA GUERRA É CONTRA A FOME

DUDA

Fome Zero. Está começando o maior e mais completo programa de combate à fome já feito no Brasil.

O que é. O Fome Zero é um conjunto de ações que vai acabar de vez com a fome em nosso país nos próximos quatro anos. Por isso, ele não se limita apenas à distribuição de cestas básicas. Ao contrário. Seu objetivo é permitir que em quatro anos todos os brasileiros possam se alimentar adequadamente, sem precisar receber doações de ninguém.

Como vai funcionar. O programa tem duas linhas de ação simultâneas.

A primeira é a emergencial e tem como objetivo arrecadar e distribuir alimentos e recursos em dinheiro, além de lançar o cartão-alimentação nas áreas mais carentes do país.

A segunda e mais importante linha de ação é a estrutural, que envolve intervenções mais profundas do governo, destinadas a resolver definitivamente o problema da fome em nosso país. Entre essas medidas estão uma ampla reforma agrária, o incentivo à produção de alimentos mais baratos, o apoio à agricultura familiar, ao cooperativismo, ao microcrédito e à geração de empregos nas áreas mais carentes.

E onde você entra nessa história. Acabar com a fome é um objetivo do Governo Federal que só será possível atingir com a participação de todos – cidadãos, empresas, entidades, prefeituras e governos estaduais.

E é aí que você entra nessa história.

Você pode participar do Fome Zero de várias formas. Ligue **0800-707-2003** ou acesse o site *www.fomezero.gov.br* e informe-se.

Essa sim é uma guerra que vale a pena.

FOME ZERO

O BRASIL QUE COME AJUDANDO O BRASIL QUE TEM FOME

ABAP / ANJ / ABERT / ANER / CENP / FENAPRO / CENTRAL DE OUTDOOR / UNIÃO TV

Marcha de crescimento

Longe da perfeição, o desempenho recente do agribusiness brasileiro atrai os olhos do mundo

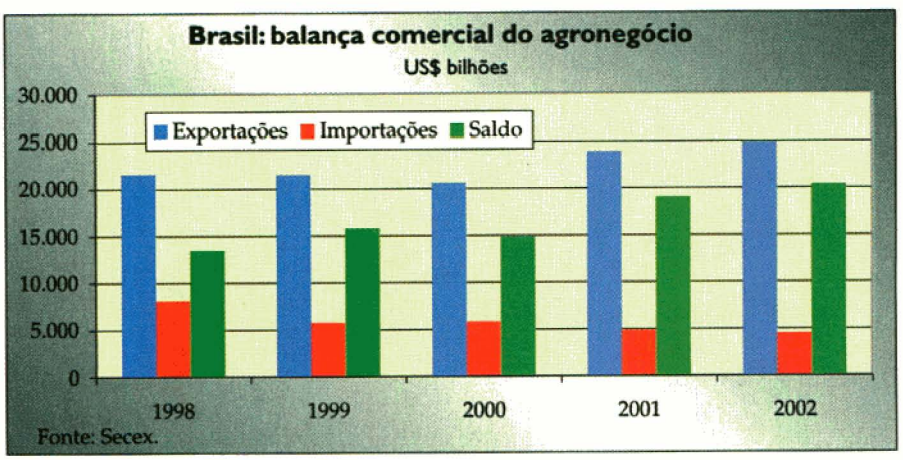
LUIZ ANTONIO PINAZZA

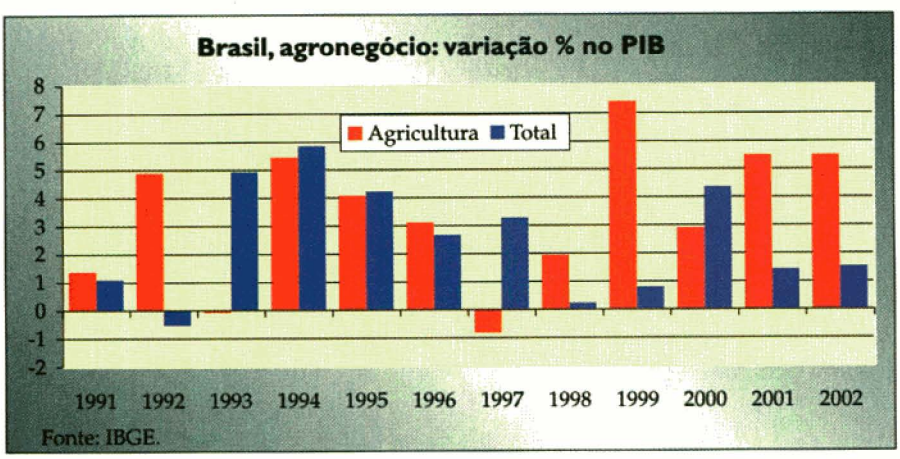
O agronegócio garantiu o crescimento da economia brasileira nos últimos dois anos. Enquanto o PIB do país aumentou 1,52% e 1,42% respectivamente durante 2002 e 2001, o setor primário cresceu 5,71% e 5,79%, resultado decorrente de significativa expansão das exportações e redução das importações. Em 2002, o saldo da balança comercial dos bens primários teve superávit recorde, da ordem de US$20,3 bilhões, cerca de 7% superior ao ano anterior. É um valor expressivo, já que o saldo comercial nacional ficou em US$13 bilhões.

O comportamento das commodities agropecuárias exportadas nesse período expressa o esforço realizado por governo e empresas, tendo em vista os baixos preços praticados no mercado internacional. Fatores conjunturais ligados à doença da vaca louca nos rebanhos bovinos da Europa e a intensa desvalorização do real em relação ao dólar favoreceram esse desempenho, assim como a postura comercial mais agressiva dos agentes ligados às exportações, que saíram à busca de novas regiões consumidoras, participaram de feiras e mostraram seus produtos. Muitos negócios foram fechados em função de estratégias e ações de vendas, como exige o mundo globalizado e competitivo – muito mais do que pedidos e embarcar produtos nos contêineres.

Pelas estatísticas da Companhia Brasileira de Abastecimento (Conab) e a leitura sempre lógica do mercado, a safra de grãos em fase de colheita deve ser recorde. A produção física atingirá 115,2 milhões de toneladas, para uma área plantada de 42,68 milhões de hectares. Em relação à temporada anterior, o espaço semeado teve incremento de 6,1% e o volume produzido de 19,1%, enquanto a receita passa de R$52 bilhões para R$64 bilhões. A grande vedete é a soja, cuja lavoura se expandiu 10,8% em plantio e 20,1% na produção. Um aumento na produção é bom para a segurança alimentar do país, mas exportar representa uma alternativa de ganho para o produtor.

Sustentar um ciclo de crescimento equilibrado na produção e renda do setor sempre constitui o principal desafio para qualquer governo. Não basta observar com rigor apenas um ponto específico,





Uma nova política agrícola para o país

A Bolsa de Mercadorias & Futuros sediou em 8 de abril último a reunião do Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro), presidida pelo ministro da Agricultura e Abastecimento, Roberto Rodrigues. Entre outros itens, a segunda reunião do conselho instalou as quatro primeiras câmaras setoriais, dentro das ações governamentais que visam trabalhar questões do setor nas chamadas cadeias produtivas. Foram constituídas as câmaras do setor sucroalcooleiro; das cadeias produtivas da carne bovina; milho e sorgo; aves e suínos e cereais de inverno.

O Consagro foi instalado em 20 de fevereiro, com 14 representantes do governo e 14 da iniciativa privada. O objetivo é definir uma nova política agrícola para o país, a partir do trabalho das câmaras setoriais das principais cadeias produtivas e de grupos temáticos específicos.

Participam do conselho o Ministério da Agricultura e do Abastecimento; Ministério da Fazenda; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente; Ministério dos Transportes; Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados; Banco do Brasil; Fórum Nacional de Secretários de Agricultura (FNSA); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Associação Brasileira de Agribusiness (Abag); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F); Federação Brasileira dos Bancos (Febraban); Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (Abrasem); Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia); Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec); Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPC); Associação Brasileira de Supermercados (Abras); e Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Brasil: estimativa de safra

	Colheita – mil toneladas			Área – mil hectares		
	2001/02	2002/03	Variação %	2001/02	2002/03	Variação %
Algodão	1.244,90	1.351,40	8,6	747,7	736,7	-1,5
Amendoim	189,4	171,3	-9,6	93,9	85	-9,5
Arroz	10.626,10	10.616,10	-0,1	3.219,60	3.172,10	-1,5
Aveia	284,7	284,7	0	256,5	256,5	0
Centeio	5,8	6	3,4	5,5	5,4	-1,8
Cevada	234,8	295,4	25,8	154,1	152,6	-1
Feijão	2.956,50	3.231,90	9,3	4.271,20	4.294,60	0,5
Girassol	71	71,5	0,7	52,6	53,8	2,3
Mamona	72,4	103,7	43,2	126,1	128,3	1,7
Milho total	35.280,70	42.757,50	21,2	12.318,80	12.720,10	3,3
Milho 1ª safra	29.100,20	33.696,60	15,8	9.433,80	9.527,60	1
Milho 2ª safra	6.180,50	9.060,90	46,6	2.885,00	3.192,50	10,7
Soja	41.915,30	50.325,00	20,1	16.327,90	18.086,40	10,8
Sorgo	798,2	1.180,40	47,9	489,9	550,7	12,4
Trigo	2.913,90	4.514,70	54,9	2.051,60	2.306,10	12,4
Total	96.732,50	115.211,50	19,1	40.219,40	42.688,60	6,1

Fonte: Conab, quarto levantamento, abril 2003.

como no caso da safra 2002/03. No horizonte posterior à safra 1989/90, a superfície cultivada passou de 37,9 milhões para 42,3 milhões de hectares, a produção em toneladas foi de 57,8 milhões para 112,3 milhões, e a produtividade em toneladas subiu de 1,52 para 1,94 por hectare.

Perspectivas positivas

Na safra 2002/03, o consumo de adubos aumentou 12% e passou a 19,1 milhões de toneladas. Os preços mais altos, em decorrência do câmbio e do aumento das cotações de nitrogênio (uréia e nitrato) no mercado internacional, não inibiram o consumo nacional. A persistir o quadro de estabilidade e firmeza do real em relação ao dólar, a pressão sobre o preço interno diminuirá, com perspectivas positivas para as empresas, que devem aumentar seus programas de produção. O cenário é de aumento das vendas e do consumo de fertilizantes.

O grau de mecanização do setor melhorou após a criação, em março de 2000, do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadores (Moderfrota). Nas estimativas do Ministério da Agricultura, a idade média da frota brasileira de tratores era de 15 anos e a de colheitadeiras, 18. No triênio 2000-02 ocorreu uma renovação na frota de 19% nos tratores e 28% nas colheitadeiras; do total das vendas, 53% dos tratores e 93% das colheitadeiras foram financiados pelo Moderfrota.

É certo que um parque mecanizado mais novo e moderno certamente contribui para os ganhos de produtividade da agricultura. Para o Moderfrota, o BNDES

Brasil: Moderfrota

Itens	Anterior		Aprovado	
Limite de renda (R$ mil)	Até 250	Acima de 250	Até 150	Acima de 150
Taxa de juros (%)	8,75	10,75	9,75	12,75
Limite de financiamento	até 100	Até 100	Até 100	Até 100
Prazo para colheitadeiras	até 8 anos		Até 6 anos	
Prazo para tratores	Até 6 anos		Até 5 anos	

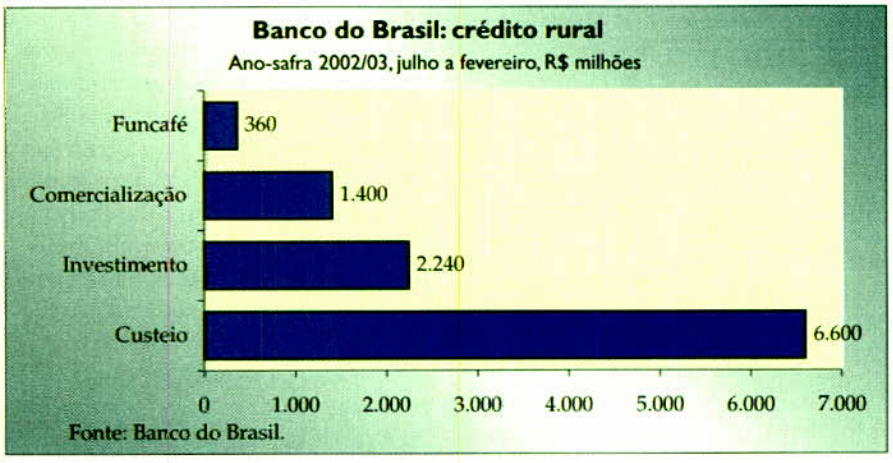
Fonte: Ministério da Agricultura.

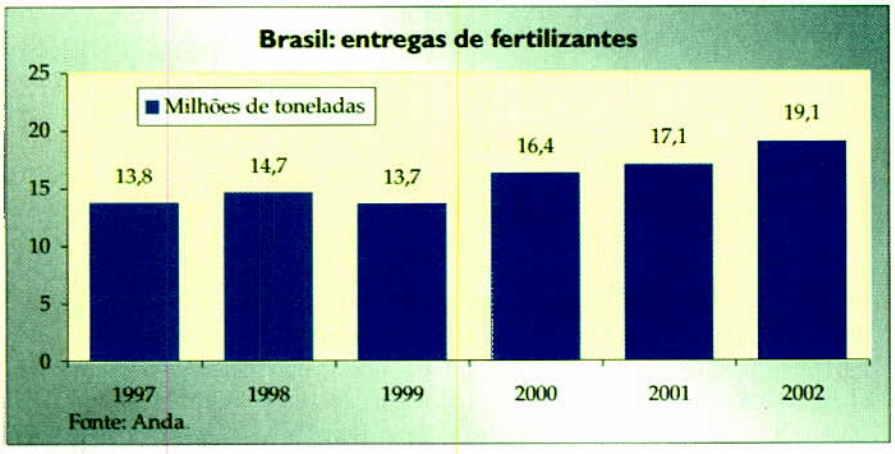
Brasil: agricultura mecanizada

Estimativa da terra disponível

	Milhões de hectares	% da área total
Cerrado	65	46
Conversão de pastagens*	70-90	40-50
Região de cerrado	20-30	
Sudoeste do Pará	20	
Resto do Brasil	30-40	
Amazônia**	10	3
Disponibilidade total	145-170	17-20

Fonte: Embrapa – Centro de Pesquisas do Cerrado (2002).
*Usda/FAS/Pecad.
**Embrapa, Emater e departamentos agrícolas estaduais.





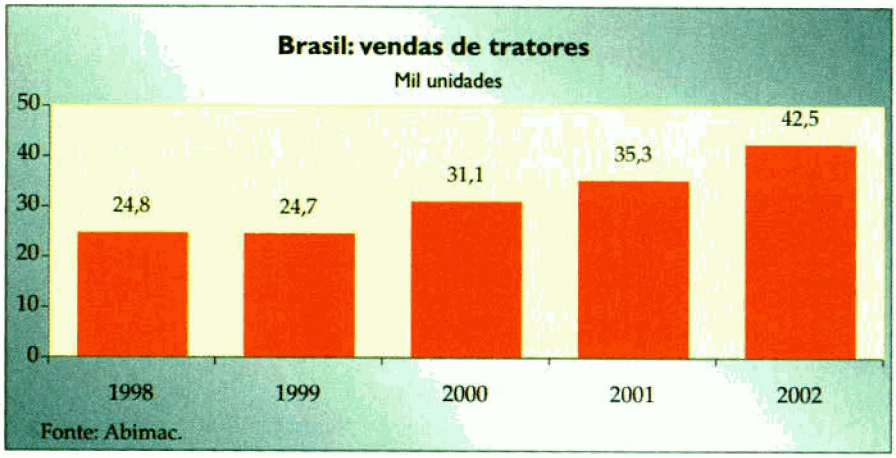
liberou R$5,6 bilhões, o que permitiu um incremento de 87% na produção e de 76% nas vendas externas, com redução das importações de unidades de 653 para 94. Nas contas do ministério, o Tesouro Nacional terá de despender R$14 milhões em 2003 e R$30 milhões em 2004 para fazer a equalização dos juros.

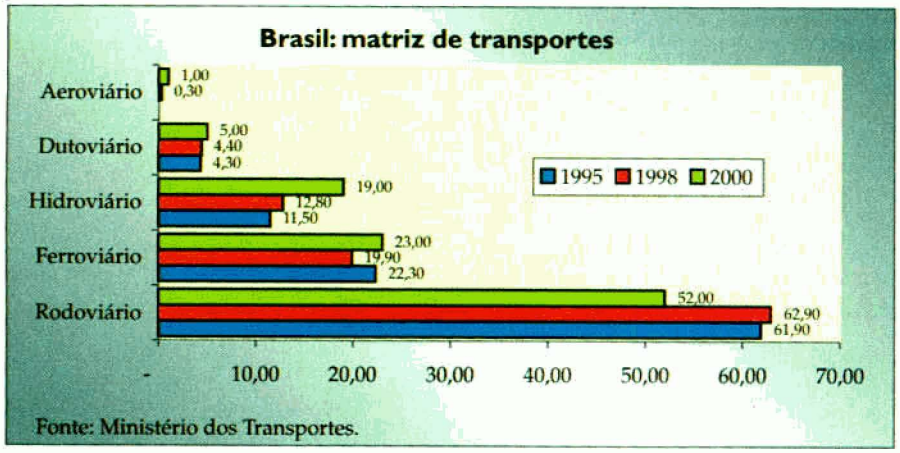
Em 2002, a fabricação de máquinas atingiu o maior volume dos últimos 15 anos e a quantidade negociada no mercado interno foi a maior desde 1994. O volume arrecadado com IPI nas vendas financiadas pelo Moderfrota significou 80% dos recursos do Tesouro Nacional para a equalização dos juros. Houve redução da capacidade instalada e aumento de competitividade da indústria nacional. O ambiente é de otimismo: o setor acredita que, se o governo liberar recursos, o aumento nas taxas de juros dos financiamentos do Moderfrota, aprovado na reunião do Conselho Monetário Nacional, em 26 de março último, não afetará o ritmo da comercialização.

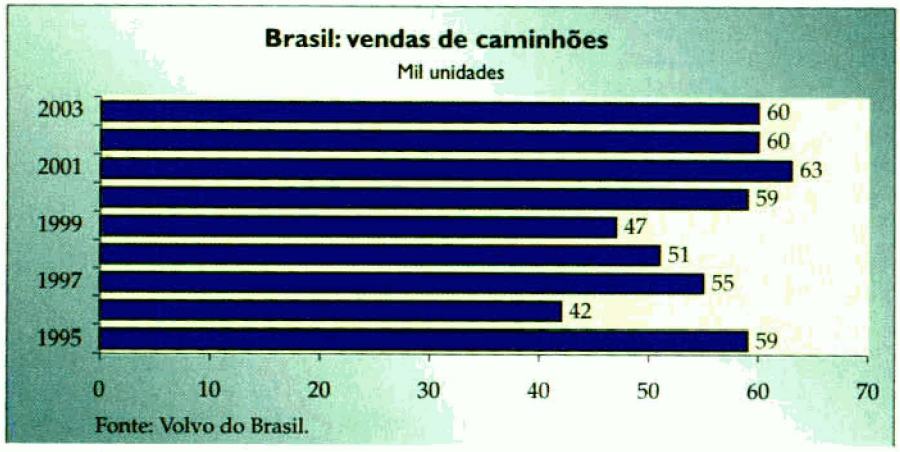
Os números também são animadores na área de carnes. Nos últimos 10 anos a evolução foi expressiva. Na bovinocultura, a produção passou de 5 milhões para 7,38 milhões de toneladas. Novos mercados foram abertos. As receitas com exportações saltaram de US$490 milhões para US$1,1 bilhão no ano passado. O Brasil é o segundo maior produtor e o terceiro maior exportador mundial de carne bovina. Em aves, a produção interna saltou de 3,1 milhões de toneladas para 8 milhões, enquanto a exportação de 1,6 milhão de toneladas gerou uma receita cambial de US$1,4 bilhão em 2002. Na suinocultura, a produção de suínos passou de 1,2 milhão de toneladas para 2,4 milhões.

Mais recursos

Entre julho e fevereiro de 2001/02 e 2002/03, o Banco do Brasil aumentou a liberação de recursos para o setor de R$7,97 bilhões para R$10,6 bilhões, um incremento de 32,9%. No acumulado do chamado ano-safra de julho a junho, o total de 2002/03, R$15,4 bilhões, contra R$10,6 bilhões, corresponde a um incremento nominal de 46,2%. Entre as causas desse aumento podem ser apontados o aumento dos limites de financiamento de







algumas culturas e o maior tamanho da clientela atendida.

Com a elevação de 45% para 60% da alíquota de recolhimento compulsório ao Banco Central sobre os depósitos à vista, em 2003 deve cessar a tendência de crescimento das aplicações dos bancos privados no crédito rural. Nos depósitos à vista, 25% são obrigatoriamente destinados ao crédito rural. De janeiro de 2000 a janeiro de 2003, as operações de crédito rural dos bancos privados evoluíram de R$5,3 bilhões para R$10 bilhões.

Novidades podem aparecer nas operações com cédulas do produtor rural (as CPRs), como mecanismo de antecipação de financiamento junto ao mercado. O título pode ser negociado na modalidade física, com compromisso de entrega futura da produção, e com o compromisso de liquidação financeira, adotada principalmente por pecuaristas. O papel serve também como instrumento de proteção de preço. O Banco do Brasil atua com o papel desde 1994 e agora bancos como o Santander e Santos anunciam que entrarão nesse mercado, em operações casadas com a Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM), que prepara o ambiente de negociação para a CPR, a exemplo do que já faz a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (Cetip).

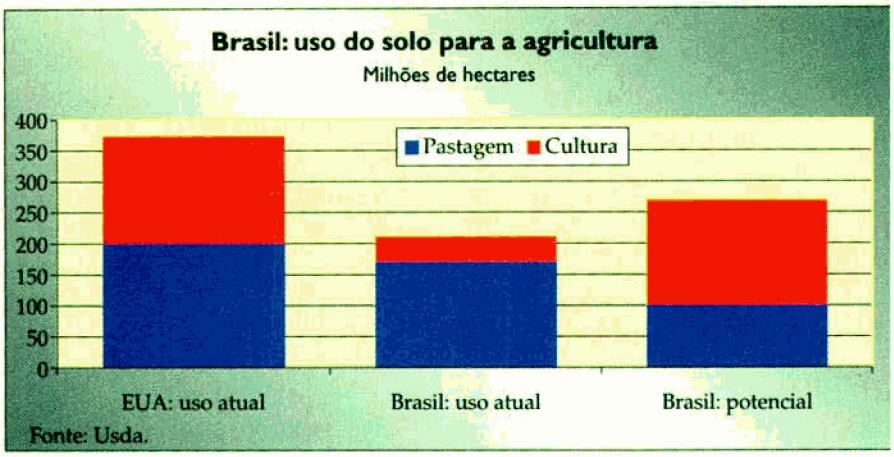
Com a parceria entre a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e a BBM foi possível desenvolver o Sistema BM&F, composto pelo Sistema de Registro e Custódia de Títulos do Agronegócio (SRCA) e pelo Sistema Eletrônico de Liquidação e Sistema de Liquidação. Criada em outubro de 2002, a BBM agiliza a comercialização de produtos agrícolas no mercado físico, além de desenvolver mercados primários e principalmente secundários de títulos. A BM&F tem 55% de participação na BBM. Os 45% restantes pertencem às bolsas regionais e corretoras. A central administrativa e operacional fica em São Paulo e a sede em Brasília.

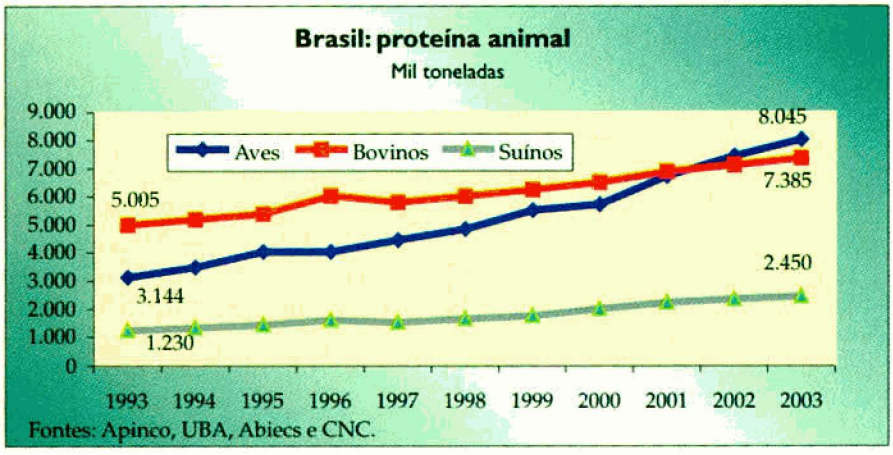
O sistema está preparado para registrar e custodiar CPRs físicas e financeiras, os novos documentos de depósito em fase de regulamentação pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Agricultura e outros títulos utilizados pelos agentes do agronegócio brasileiro em suas transações comerciais – caso dos novos documentos de depósito, os CD/Warrants, uma alternativa para que o agricultor possa manter sua produção armazenada enquanto aguarda a melhor oportunidade para comercializá-la. Sabe-se que o governo federal dispõe de recursos escassos para atender às necessidades de financiamento dos produtos agrícolas durante o período de entressafra, com exceção do programa para café e álcool.

O sistema é também o principal passo para a criação do mercado secundário de títulos, perfeitamente informatizado e interligado aos agentes financeiros. As operações de troca de títulos poderão chegar a R$5 bilhões.

Ultrapassar fronteiras

A evolução do agribusiness brasileiro passa da fronteira técnica e agora inclui a





administrativa. A parceria entre tomadores de decisão do governo e da iniciativa privada é uma realidade positiva. Nos fóruns internacionais ligados a OMC, Alca e Mercosul, o Brasil se faz presente de forma ativa e em voz mais uníssona.

Em sua marcha de crescimento, o Brasil precisa de medidas para superar e corrigir as suas fraquezas ligadas ao débil desenvolvimento da infra-estrutura – armazenagem, transporte, portos. Os ganhos conquistados em produtividade na atividade de produção não podem ser perdidos em outros elos da cadeia produtiva.

Na produção de caminhões, por exemplo, deficiências em infra-estrutura são apontadas como uma das principais barreiras existentes em países emergentes para o salto tecnológico do setor. Outra dificuldade, ligada ao controle dos níveis de emissão de poluentes, vai sendo superada de maneira gradativa. As más condições das estradas brasileiras retardam a modernização da indústria de veículos, cuja demanda tende a crescer num país cuja malha de transportes depende em grande parte de rodovias.

Ainda longe da perfeição, o desempenho recente do agribusiness brasileiro atraiu os olhos do mundo. A maior potência agrícola do mundo, os Estados Unidos, cuja renda depende em mais de um terço das vendas externas, contabiliza prós e contras do Brasil como concorrente no mercado mundial. Em janeiro último, o Departamento de Agricultura norte-americano, o Usda, apresentou novos números sobre o uso da terra pela agricultura brasileira. Enquanto os EUA possuem áreas cultivadas até os limites de suas fronteiras, na agricultura e na pecuária, o Brasil ainda dispõe de um potencial de 70 a 90 milhões de hectares em pastagem no cerrado a serem convertidos em culturas anuais.

O estudo afirma que o potencial da agricultura brasileira tem sido sistematicamente subestimado. O país reúne condições de se equiparar e até superar os EUA em área cultivada. Os poucos limites naturais disponíveis para a futura expansão da produção de cereais e oleaginosas podem ser superados através de pesquisa, ensino e extensão concebidos por um plano de investimento adequado. Projeções conservadoras indicam que o Brasil poderá ampliar sua área cultivada em 170 milhões de hectares ou mais, se houver avanços nas áreas legal, técnica e financeira.

Com o emprego de novas variedades de alta produtividade e maiores inversões em infra-estrutura, a perspectiva brasileira para a expansão agrícola é igual ou superior aos recursos totais cultiváveis nos EUA – sem considerar nenhum desmatamento da vasta bacia amazônica, que possuiria áreas aptas a receber pastagens e lavouras, não fosse estritamente protegida do desmatamento. As florestas brasileiras ocupam 53% da área de terra disponível, enquanto as dos EUA cobrem 33%. Há enormes áreas de pastagens, que respondem por 83% das terras cultivadas, a serem classificadas como fontes para a futura expansão de cereais e oleaginosas. A conversão de áreas pastoris em agricultura mecanizada é uma operação dominada e as pastagens estão localizadas próximas às terras de cultivo. As fazendas com largas pastagens para a engorda de gado existem em abundância em todo o país e constituem os recursos ideais para os agricultores interessados em expandir cultivos.

Primeiro no *ranking* da soja

Na versão 2003 do tradicional Forum Outlook, realizado em março último, analistas concluíram que o Brasil, em 2006, com uma exportação da ordem de 26 milhões de toneladas em soja, terá superado os níveis embarcados pelos EUA. A exportação brasileira da oleaginosa passa assim a ser a primeira do *ranking* e volta-se basicamente ao mercado asiático, em particular a China. Os produtos cárneos contam com perspectiva semelhante, devido aos custos nacionais extremamente competitivos em relação a outros países. São dados que não poderiam passar despercebidos e devem fortalecer as posições estratégicas do país em um mundo em forte integração comercial. O Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro) tem um papel crucial nesse contexto.

pinazza@agroceres.com.br

RONSOL



CONJUNTURA ECONÔMICA
FGV IBRE
ASSINE CONJUNTURA ECONÔMICA
E RECEBA A MELHOR REVISTA
DE NEGÓCIOS NA SUA CASA.

Uma publicação:
FGV IBRE

Uma revista tradicional, imparcial, com a credibilidade e a tradição que só uma publicação com a marca da FGV poderia garantir.
Só faltava você recebê-la em casa.

Central de Atendimento: 0800-25-7788 • e-mail: conjunturaeconomica@fgv.br

CONJUNTURA ECONÔMICA
Informação precisa para quem precisa de informação.

Procura-se uma saída

No Brasil, o cultivo de OGMs é legal, mas sua comercialização está vetada pela Justiça

LUIZ ANTONIO PINAZZA

O mapeamento genético das células, que permite identificar os caracteres desejados para melhoramento dos indivíduos, foi uma conquista da genética nas últimas décadas. O processo vai além dos cruzamentos convencionais praticados há mais de 70 anos em trabalhos de pesquisa e desenvolvimento envolvendo cruzamentos entre plantas. Essa evolução deve trazer significativos benefícios para a humanidade e acontece em diversas áreas de importância para a sociedade, como a insulina empregada no tratamento de diabéticos ou as vacinas de imunização contra sarampo e meningite.

À medida que cresceram o conhecimento e a prática da transgenia, milhares de pessoas tiveram acesso ao consumo de vegetais com genes de outras espécies, como tomate, batata, aveia, milho e trigo. Um campo amplo e fértil se abriu com a aplicação da chamada técnica de DNA recombinante, que possibilita a inserção de genes de uma espécie em outra na produção de organismos geneticamente modificados (OGMs). Para a segurança alimentar da humanidade, isso significa um enorme avanço.

No mundo globalizado e competitivo do agronegócio, o Brasil não pode prescindir de qualquer avanço tecnológico gerador de ganhos de produtividade e qualidade para as cadeias produtivas, seja para a redução do custo de produção, utilização de tecnologias compatíveis com o meio ambiente e melhoria do valor alimentício.

Torre de Babel

Norte- americanos e europeus não chegam a um acordo quanto à comercialização de OGMs no mundo

A Comissão da União Européia, braço executivo da UE, determinou que 12 governos do bloco encerrem a moratória de cinco anos contra lavouras modificadas geneticamente. A medida abre caminho para a comercialização de produtos transgênicos entre os países da Europa e de outros continentes. Sob a regulamentação da UE, leis nacionais sobre testes e licença para OGMs deveriam ter sido colocadas em vigor em outubro passado, mas vários países se recusaram a fazê-lo.

Em tom de resposta, a comissão estabeleceu um prazo final de dois meses. A comissária para o meio ambiente da UE, Margot Wallstrom, insiste para que os membros alinhem imediatamente suas legislações. Se os países não obedecerem à determinação, a UE pode ingressar com processos na Corte de Justiça européia. Todos poderão ser multados.

A discussão sobre transgênicos é bastante polêmica na Europa. Grupos ambientalistas fazem fortes campanhas contra tais produtos, pois temem a contaminação de lavouras tradicionais e os desconhecidos riscos à saúde. Os consumidores locais, assustados pela ocorrência de doenças como a da vaca louca, são bastante céticos. E os políticos, por sua vez, ficam preocupados em não prejudicar os eleitores.

Enquanto isso, os Estados Unidos pressionam a UE pela adoção dos transgênicos. Estima-se que a moratória européia tenha causado perdas anuais de US$200 milhões à exportação de milho americano. Advogados norte-americanos forçam o governo dos EUA a ingressar com uma ação na Organização Mundial de Comércio (OMC). Empresas como a Monsanto e a Bayer submetem novos formulários para obter licença para milho, algodão, canola e outros produtos geneticamente modificados.

Se por um lado a comissão pretende acalmar os ânimos nos EUA, por outro teme também que a nova tecnologia, extremamente importante, chegue muito atrasada na Europa. Em dezembro, esse argumento convenceu o governo a aprovar produtos transgênicos se eles fossem devidamente rotulados. Os governos europeus, porém, condicionam alguma reação desde que o Parlamento europeu também concorde. Aguarda-se votação sobre o assunto para julho.

Não obstante as perspectivas favoráveis de novas tecnologias e processos, cabe também, como medida de segurança, considerar essencial o esclarecimento de dúvidas pertinentes a seus impactos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Na medida em que forem explicadas as questões levantadas pelos consumidores brasileiros e estrangeiros, a aplicação de OGMs nas cadeias produtivas passará a

Oito anos de polêmica

De 1995 aos dias de hoje as decisões sobre a liberação de transgênicos no Brasil são sujeitas a marchas e contramarchas. De um lado, a sociedade civil, representada por entidades de defesa do consumidor e ONGs voltadas ao meio ambiente. De outro, empresas, empresários e governo tentam encontrar uma saída para o imbróglio jurídico que se formou exatamente pela falta de consenso entre as partes no assunto. A seguir, alguns destaques dessa história.

1995
- É promulgada a Lei de Biossegurança.
- É criada a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio).

1996
- Têm início as pesquisas com soja transgênica no Brasil.

1997
- A CNTBio aprova testes com soja transgênica no Brasil.

1998
- A soja Roundup Ready recebe parecer técnico conclusivo favorável da CNTBio, considerando que seu uso não significará risco ambiental ou alimentar, por ser equivalente à soja convencional.
- A 11ª Vara da Justiça Federal concede liminar ao Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e ao Greenpeace que proíbe o plantio comercial da soja Roundup Ready.
- O juiz substituto Antônio Oswaldo Scarpa, da 6ª Vara do Distrito Federal, revoga liminar do Idec, autoriza o plantio e a comercialização da soja Roundup Ready e determina sua segregação até a edição de normas de rotulagem.

1999
- O Ministério da Agricultura aprova o registro para o cultivo comercial de cinco variedades de soja geneticamente modificada da Monsanto.
- O juiz da 6ª Vara Federal, Antônio Prudente, restabelece a liminar concedida ao Idec e promulga sentença tornando definitiva a liminar.

2000
- O juiz Antônio Prudente promulga sentença na Ação Civil Pública e incorpora a liminar ao Idec na cautelar.
- O Tribunal Regional Federal nega em apelação os recursos da União e Monsanto e mantém a cautelar.
- O governo divulga nota oficial assinada por seis ministros (da Ciência e Tecnologia, Agricultura, Saúde, Meio Ambiente, Justiça e Casa Civil) em defesa da CNTBio enquanto órgão responsável pela avaliação técnica de segurança dos produtos geneticamente modificados no país.
- A Medida Provisória nº 2.137 confirma os poderes da CNTBio como órgão federal competente para as questões de liberação de plantas transgênicas no Brasil.

2001
- O governo cria procedimentos para a rotulagem de alimentos que contenham mais de 4% de ingredientes geneticamente modificados.
- A Monsanto solicita e recebe o termo de referência do Ibama para a elaboração do estudo de impacto ambiental e contrata as empresas Cema e E. Labore para a realização do estudo.

Continua

ser uma questão de custo e benefício para efeito de mercado.

Em 1995, a promulgação da Lei Nacional de Biossegurança e regulamentação pertinente representou respeitável avanço. O conteúdo foi considerado modelar e alguns países chegaram a copiá-lo. Entretanto, as atividades ligadas a pesquisa, produção e comercialização de OGMs não avançaram na velocidade desejada. Enquanto isso, países dos mais diversos continentes discutem e passam a adotar internamente o uso de OGMs na agricultura.

Politização da ciência

No Brasil, a massa crítica em torno de OGMs precisa ganhar corpo, para evitar o efeito negativo e prejudicial da politização da ciência, que impede o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas para o país.

A primeira geração de OGMs está voltada às necessidades da agricultura, na redução de custos e simplificação dos trabalhos culturais. A segunda etapa visa gerar benefícios ao processamento e ao consumidor quanto à riqueza dos teores de proteínas, vitaminas, açúcares. A terceira fase contempla combustíveis vegetais e descontaminação de solo e água.

Cultivados comercialmente em 16 países, dos quais 10 do Primeiro Mundo, os transgênicos crescem 12% ao ano no mundo. Atualmente, sua área plantada corresponde a quase toda a área existente no país ocupada com lavouras anuais e perenes. Entre 1996 e 2002, essa área passou de 12 milhões para 58 milhões de hectares. O maior avanço se registrou no cultivo da soja: dos cerca de 6 milhões de agricultores, 51% utilizavam sementes transgênicas em mais de 50% da área total. Os países que cultivam OGMs aprovados representam mais da metade da população mundial.

Na União Européia, caiu por terra a resistência aos OGMs na agricultura: há um ano a Comissão da UE adotou a estratégia. Sob pena de colocar em risco o futuro de sua biotecnologia, a UE tem conclamado os governos a dedicarem mais recursos e esforços para suplantar as barreiras regulamentares. Os receios dos consumidores aumentaram por conta da doença da vaca louca em bovinos, no Reino Unido, e da contaminação

2002

- O Tribunal Regional Federal de Brasília julga as apelações apresentadas pela União e Monsanto à Ação Civil Pública, julgada em primeira instância, que determinou o EIA (estudo de impacto ambiental), normas de rotulagem, segregação e armazenagem para plantas geneticamente modificadas.
- A juíza Selene Maria de Almeida dá parecer favorável à União e à Monsanto, mas ainda faltam os votos de dois juizes.
- O juiz Antônio Ezequiel, do Tribunal Regional Federal, julgará sobre a comercialização e plantio de organismos geneticamente modificados no Brasil.

2003

- O Ministério do Meio Ambiente solicita à Advocacia Geral da União a desistência do recurso impetrado pelo governo anterior contra a liminar do Idec e Greenpeace.
- Criado em fevereiro, grupo de trabalho coordenado pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, com representantes dos ministérios da Agricultura, Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Segurança Alimentar, Desenvolvimento e Justiça, apresenta ao presidente uma proposta que orientará o Executivo a fechar questão sobre o assunto.
- O grupo tem três missões: 1) estudar como o governo deve se posicionar sobre a ação que corre na Justiça desde 1998; 2) discutir uma nova organização institucional do Executivo para tratamento de questão; 3) verificar alternativas para a atual safra de soja e a próxima.
- Em março o governo decide a favor de manter a proibição de OGMs no país e buscar solução jurídica para a soja transgênica produzida na atual safra

A Medida Provisória nº 113, de 26 de março de 2003, estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências.

A genética cria asas

1972: Criada a primeira molécula DNA recombinante.
1975: Acontece a Conferência de Asilomar.
1977: O gene humano é expresso em bactéria (Somatostatina) – Genetech.
1978: O gene humano da insulina é expresso em bactéria.
1982: Criado o primeiro rato transgênico.
1983: É comercializada a humulina – insulina humana.
1990: Inicia-se o Projeto Genoma.
1994: É vendido o tomate longa vida na Califórnia e na Inglaterra.
1997: A ovelha *Dolly* é clonada.
2000: Descoberto o genoma humano e do arroz.

de carne de frango e ovos com dioxina na Bélgica.

Na Ásia, a biotecnologia é considerada o caminho para aumentar a produção de alimentos e reduzir o uso de defensivos, além de possibilitar a implantação de lavouras resistentes à seca e a ocupação de áreas consideradas inaptas à agricultura. Com mais de 20 mil pessoas empregadas em 200 laboratórios, a China triplicou seus investimentos no setor e deve aplicar US$1,5 bilhão em 2005. Já a Índia conduz pesquisas na maioria de suas universidades, enquanto Japão e Coréia do Sul esperam aplicar US$300 milhões ao ano.

Instituições de renome internacional apóiam a biotecnologia e os produtos derivados de seu uso de forma segura para a saúde humana, animal e o meio ambiente. Entidades como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU); Organização Mundial do Comércio (FAO/OMS), Comissão sobre Assuntos Jurídicos e Direitos do Cidadão, do Parlamento da

Os Estados Unidos jogam no ataque e a União Européia na retranca. O Brasil carece de legislação clara e específica sobre os OGMs.

União Européia, têm manifestado abertamente esse apoio.

Recentemente, cientistas da Royal Society de Londres, da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, da Academia Brasileira de Ciências, da Academia de Ciências da China, da Academia Nacional de Ciências do México e da Academia de Ciências do Terceiro Mundo divulgaram relatório em defesa da adoção de OGMs na agricultura, como forma de reduzir a fome no planeta e melhorar a qualidade dos alimentos consumidos pela população.

Para os países de forte vocação agropecuária como o Brasil, há de se entender a realidade dos OGMs em dois planos. Um externo, de que o emprego dessa técnica faz parte das negociações em curso na OMC no contexto da questão ambiental. O outro, interno, de se capacitar e criar um ambiente institucional nas questões ligadas a essa tecnologia, para melhorar a segurança alimentar e atuar com competitividade no mercado internacional.

Consenso difícil

A pesquisa e o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados motivam calorosas polêmicas em todo o mundo. As opiniões não são consensuais entre cientistas, pesquisadores e técnicos de ciências especializados em biologia, química, medicina e meio ambiente, e profissionais de outras áreas metem a colher no assunto, emitem opiniões e sensibilizam a opinião pública.

Por conta de liminar concedida à ação civil movida por promotores públicos, a questão ganhou um toque todo especial no país nos últimos cinco anos. Enquanto aqui a quizila é uma novidade, lá fora as empresas travam enormes batalhas jurídicas. O embate é entre elas e os

De insulinas a vacinas

A biotecnologia encontra hoje um campo relativamente vasto de aplicações. A lista vai da medicina aos produtos de limpeza, como se pode conferir pela relação a seguir.

Aplicações na medicina
- insulinas
- vacinas para meningite e hepatite B
- hormônio de crescimento

Em produtos processados
- queijos
- vinhos
- fermentados

Em produtos de limpeza
- detergentes biodegradáveis
- sabão
- ambiente
- *kit* para diagnóstico de poluição
- bactérias para limpeza

Em animais
- tilápia e dourado
- *drophila*

No homem
- recebimento de genes externos – terapia gênica

Nas plantas
- genes resistentes a herbicidas, vírus, moléstias e insetos
- composição de lipídeos e vitaminas
- maturação retardada (longa vida)
- vacinas
- produção de fitoterápicos

Onde os OGMs são produzidos no mundo

Índia	Uruguai	Bulgária
China	Argentina	Alemanha
África do Sul	UE	Ucrânia
Espanha	Colômbia	EUA
França	México	Canadá

consumidores a respeito de licenças, patentes e indenizações. Milhares de dólares estão em cena.

O Poder Judiciário interfere cada vez mais na discussão e influencia os novos rumos da transgenia na agricultura brasileira e mundial. Os Estados Unidos jogam no ataque e a União Européia na retranca. O Brasil carece de legislação clara e específica sobre os OGMs: o cultivo é uma atividade legal, mas a comercialização está vetada pela Justiça.

Para monitorar o impacto dos OGMs no meio ambiente, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) constituiu a Comissão de Aconselhamento em Biossegurança, para formular regras para a exigência do Rima (relatório de impacto ambiental). A comissão era formada por 18 especialistas do MMA, Ministério da Ciência e Tecnologia, ministérios da Saúde e Agricultura, representantes da CNTBio, do Greenpeace, Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e ONGs. O trabalho deveria ter sido concluído em julho de 2001 e submetido ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

No Mercosul, o entendimento entre Brasil e Argentina anda confuso. Praticamente a totalidade da sua safra de grãos é oriunda de sementes transgênicas, cujo comércio é proibido no mercado nacional. Os portenhos forçavam até o começo de 2000 a introdução de alguns pontos de seu interesse com relação a biotecnologia e empregos de OGMs. A diplomacia brasileira se alinha à Convenção de Biodiversidade, que ampara o Protocolo de Biossegurança de Cartagena. Se os argentinos não ratificarem o primeiro instrumento e assinarem o segundo, a situação permanecerá confusa.

Enquanto isso, países desenvolvidos – EUA, Japão, Reino Unido, França e Alemanha – intensificam suas pesquisas em biotecnologia. Mesmo o Brasil tem apresentado resultados interessantes no seqüenciamento do genoma humano, do câncer, de bactérias e plantas. Dos países fora do círculo dos desenvolvidos, foi o primeiro a dominar essa tecnologia. A aposta é alta pela farta disponibilidade de recursos em biodiversidade e agropecuária. O Programa de Biotecnologia e Recursos Hídricos está prestes a ser lançado, com orçamento de R$240 milhões para os próximos três anos.

Avaliação de riscos

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), criada em 1996 e vinculada ao MCT, tentou promover debates a respeito de OGMs. Em consonância com a estratégia de elaboração do Programa Nacional de Biosseguridade, havia ainda a idéia de revisar as normas de avaliação de risco dos transgênicos. No plano macro, pretende-se gerar diretrizes para o setor.

Até março de 2001, a CTNBio analisou e deu pareceres em 900 processos, onde predominavam solicitações de plantio de OGMs em escala experimental. A divergência se acentuou com a emissão de laudos sem a exigência do relatório de

Mudando as características dos alimentos

As matérias-primas oriundas do emprego da biotecnologia se apresentam em três diferentes estágios.

Na **primeira geração** aparecem aquelas voltadas ao atendimento das necessidades da agricultura, no tocante à redução de custo e à simplificação dos trabalhos culturais. Nessa fase a ênfase é dada à:

- resistência a herbicidas (em várias plantas);
- resistência a vírus (na papaia);
- resistência a insetos (no milho e algodão).

Na **segunda geração**, a biotecnologia está voltada para a geração de benefícios no processamento e para o consumidor. Ela é utilizada na:

- composição de óleo de soja;
- maturação retardada do tomate;
- na agregação de vitamina A ao arroz.

Na **terceira geração** são valorizados produtos para compostos industriais, biocombustíveis, teores de açúcar, óleo, amido, proteína e gordura. São destaques nessa fase:

- os nutricêntricos;
- a produção de remédios;
- a resistência a estresse, calor e seca;
- as plantas inteligentes.

Culturas transgênicas aprovadas fora do Brasil

Cultura	Características	Países com aprovação
Milho	Resistência a insetos	Argentina, Canadá, África do Sul, UE
	Tolerância a herbicidas	Argentina, Canadá, EUA e UE
Soja	Tolerância a herbicidas	Argentina, Canadá, África do Sul, EUA e UE (somente para processamento)
Canola	Tolerância a herbicidas	Canadá, EUA
Chicória	Resistência a herbicidas	UE (somente para reprodução)
Abóbora	Resistência a vírus	Canadá, EUA
Batata	Resistência a insetos	Canadá, EUA
	Tolerância a herbicidas	

impacto ambiental. A área de fitotecnologia farmacêutica do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) registrou 68 pedidos de patentes em 1996, 150 em 1997 e 112 em 1998.

Para evitar retrocessos e atrasos no avanço da biotecnologia nacional, a exemplo do sucedido na área de informática, é preciso ratificar a competência da CNTBio, órgão de excelência técnica, composto de 50% de cientistas com capacidade de avaliar tecnicamente os riscos médicos e ambientais, e 50% de todos os ministérios envolvidos, da sociedade civil e do setor privado, para a apreciação de matérias referentes a OGMs, conforme parecer normativo da Advocacia Geral da União.

Também cabe sustentar o cumprimento da Lei de Biossegurança e regulamentações pertinentes, que estabelecem normas para autorizar a pesquisa e liberação comercial de OGMs. A emissão de parecer conclusivo sobre os processos em curso deve ficar no âmbito do Judiciário.

A soja é o caso específico de um problema emergente. Com ampla tendência de crescimento, o complexo (grão, farelo e óleo) é a principal fonte de divisas do país, embora cerca de 8% da colheita nacional sejam transgênicos. A Medida Provisória nº 113, de 26 de março último, preserva a renda do produtor e da cadeia produtiva, além de apoiar a decisão interministerial para uma solução jurídica da comercialização do produto na safra 2002/03.

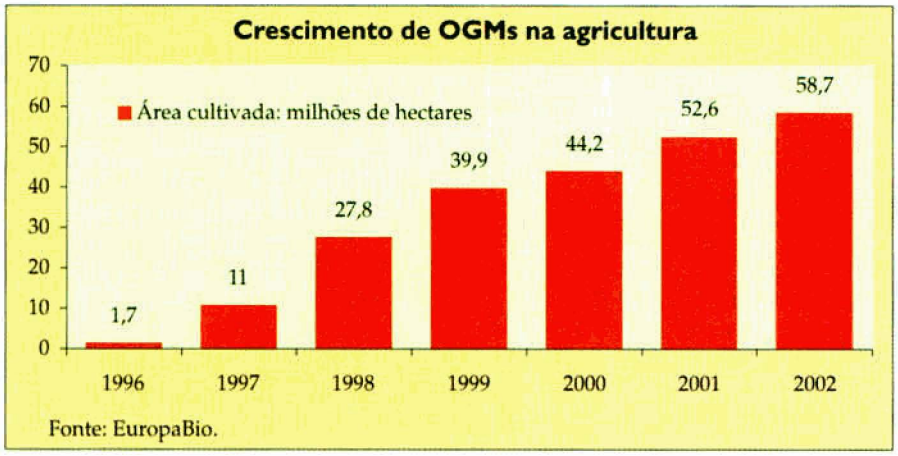
Diante da profundidade e complexidade da matéria, as autoridades nacionais

Brasil: testes liberados para transgênicos

1997 a março de 2000

Resistência/tolerância	Algodão	Arroz	Cana	Milho	Soja	Outros*	Total
Glifosato/glufosinato	15	2	8	399	27	2	453
Imidazolinonas	-	-	2	-	16	-	18
Insetos	18	-		390	1	-	420
Insetos e herbicidas	-	-	2	24	10	-	24
Vírus	-	-	-	-	-	5	7
Qualidade	-	-	-	-	-	-	0
Não especificado	1			2	-	-	5
Total	34	2	14	815	54	7	926

Fonte: CTNBio. * Batata, eucalipto, fumo e melão.



devem concentrar esforços na avaliação criteriosa e rigorosa do processo em curso sobre o uso de OGMs na Justiça Federal, com a participação direta da Advocacia Geral da União. Os projetos existentes sobre a matéria no Congresso precisam tramitar.

As decisões técnicas baseadas no melhor conhecimento científico sobre os pedidos de licença para a formação de lavouras transgênicas e os critérios para a realização de estudos prévios de impacto ambiental (EIA-Rima) devem ser da competência da CTNBio.

Existe uma proposta aprovada na Comissão Especial dos Transgênicos da Câmara dos Deputados, apresentada por seu relator, deputado Confúcio Moura, que estabelece normas para autorização de pesquisas e liberação comercial de transgênicos. O documento precisa passar pelo crivo dos líderes do partido e pela presidência da Câmara.

Princípio da precaução

Há ainda quatro projetos em análise na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O mais antigo é o da senadora Marina Silva, atual ministra do Meio Ambiente, que defende o princípio da precaução em relação a transgênicos. O projeto considera essencial a realização de estudos de impacto ambiental antes da decisão sobre a liberação ou não do plantio comercial dos transgênicos.

Nos termos da Declaração do Rio de Janeiro, publicada na Eco-92 e apoiada pelo governo, "a ausência de certeza científica não deve ser usada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação quando houver ameaça de danos sérios ou irreparáveis". Enfim, não há nova tecnologia com risco zero. A solução é promover pesquisas para avaliar riscos e debater com a sociedade um limite de precaução, como acontece com as legislações sanitárias, quanto aos tipos de testes e duração.

O momento é crucial para a história da biotecnologia nacional e todas as decisões devem sinalizar no sentido de seu progresso. As oportunidades para o Brasil explorar as suas potencialidades no agronegócio não podem ser perdidas. A Lei de Biossegurança brasileira é modelar, elaborada por representantes de diversos ministérios do Executivo e cientistas de diferentes áreas de conhecimento. Um esquema coerente, já que os riscos e as vantagens da liberação de OGMs devem ser analisados à luz do conhecimento médico, nutricional, ambiental, epidemiológico.

Pesticidas por **precaução**

Riscos decorrentes do princípio da precaução podem causar danos irrecuperáveis e irreversíveis

ERNESTO PATERNIANI

Modificações genéticas em plantas cultivadas vêm ocorrendo desde o início da agricultura, há cerca de 10 mil anos, de tal sorte que é difícil identificar os ancestrais silvestres.

A partir de 1900, com a redescoberta das leis básicas da genética, reveladas 30 anos antes pelo monge Gregório Mendel, e os subseqüentes progressos científicos, inúmeras técnicas de manipulação genética foram desenvolvidas, resultando na obtenção de plantas melhoradas com reais benefícios para a sociedade.

A descoberta da estrutura do material genético, o DNA, em 1953, e a decifração do código genético – que é universal, isto é, é idêntico para todos os

seres vivos – tornaram possível desenvolver a técnica do DNA recombinante para a obtenção de plantas transgênicas, dando início à moderna biotecnologia.

Plantas transgênicas têm sido obtidas com as mais diversas características, inclusive produtoras de vacinas e de hormônio de crescimento humano. As mais empregadas até o momento são as resistentes a pragas, enfermidades e herbicidas, o que reduz consideravelmente o emprego de agroquímicos.

Em razão dessas evidentes vantagens, o cultivo de transgênicos no mundo vem crescendo e já atingiu cerca de 60 milhões de hectares, sendo que a soja resistente a herbicida já é superior a 50% da área cultivada.

A Argentina com sua significativa participação no cultivo de transgênicos, em especial soja e milho, reduziu o consumo anual de agroquímicos em US$500 milhões.

De especial significado é a China, uma referência nessa área. Tratando-se de um país comunista, é expressivo que o cultivo do algodão Bt (gene da bactéria *Bacillus thuringiensis*) resistente a lagartas, cresça continuamente, existindo cerca de 5 milhões de pequenos agricultores dedicando-se a seu cultivo, com os seguintes resultados: diminuição de uso de inseticidas; drástica redução de intoxicações; menor consumo de óleo diesel; aumento de produtividade; redução de tempo de trabalho e renda média por hectare de US$332,00. O cultivo de algodão não Bt significou um prejuízo de US$138,00 (em ambos os casos foi computado o valor das horas de trabalho).

A China conta com um ativo programa de biotecnologia envolvendo dezenas de espécies resistentes a vírus, insetos, enfermidades, herbicidas, ao frio, a solos ácidos, incluindo-se a obtenção de melhores qualidades nutricionais.

O que está em discussão no momento é a soja resistente ao herbicida glifosato. A CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), ao emitir em 1998 parecer favorável à sua comercialização, estabeleceu, como medida de precaução, um monitoramento por cinco anos para verificar eventuais, embora não previsíveis, danos ao meio ambiente. O projeto aprovado pela CTNBio aguarda apenas a devida legalização para ser implementado.

A patente do herbicida glifosato expirou há vários anos, mas cerca de uma dezena de empresas brasileiras fabricam o insumo. Quanto à semente, a Embrapa conta com dezenas de variedades adaptadas às várias regiões do país, nas quais o gene de resistência ao glifosato foi transferido pelo método convencional do retrocruzamento.

Riscos e segurança

A intensa campanha contra os transgênicos tem procurado convencer a sociedade de possíveis riscos à saúde humana e animal e ao meio ambiente. Com o passar do tempo, entretanto, o uso crescente dessa tecnologia mostrou que seus produtos são tão ou mais seguros para a saúde do que os correspondentes convencionais, sendo ainda mais favoráveis ao meio ambiente.

É difícil entender por que instituições dedicadas à proteção do meio ambiente lutam tenazmente pela proibição dos transgênicos, favorecendo o uso continuado de pesticidas.



É difícil entender por que instituições dedicadas à proteção do meio ambiente lutam tenazmente pela proibição dos transgênicos, favorecendo, por outro lado, o uso continuado de pesticidas.

Na ausência de fatos negativos e argumentos racionais, a campanha passa a usar o princípio da precaução, que exige certeza científica de ausência de risco. Como risco igual a zero não existe, e dificilmente se conseguiria identificar uma atividade humana sem risco, o emprego radical do princípio em questão só pode ser entendido como pretexto para impedir ou retardar ao máximo a adoção dos transgênicos.

Será o princípio da precaução isento de riscos? A história mostra que não, mais ainda, os riscos decorrentes do princípio da precaução normalmente causam danos irrecuperáveis e irreversíveis: milhares de mortes por varíola nos 60 anos de proibição da vacina e a guerra da vacina no Rio de Janeiro no início do século passado são apenas alguns exemplos.

Quando eventualmente a soja transgênica for aprovada, danos decorrentes da proibição poderão ser identificados: ausência das informações resultantes do monitoramento; impossibilidade de retirar do meio ambiente as quantidades adicionais de herbicidas usadas no cultivo da soja convencional, bem como os gastos efetuados pelos agricultores: atraso tecnológico do país.

A ciência utiliza metodicamente o princípio da precaução, avaliando possíveis riscos decorrentes de inovações e estabelecendo normas adequadas de segurança, o que tem contribuído para uma crescente melhoria da qualidade de vida.

O atual governo deveria considerar que o Brasil deu recentemente a mais eloqüente demonstração do fracasso do princípio da precaução, quando a esperança venceu o medo elegendo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, muitos dos milhares de eleitores que, pelo princípio da precaução, deixaram de votar no presidente, pelo menos por enquanto, votariam em seu nome sem medo.

Ernesto Paterniani *é professor titular de genética (Esalq/USP), membro da CTNBio (1996-2001), membro da Academia de Ciências do Estado de São Paulo, da Academia Brasileira de Ciências e da Academia de Ciências do Terceiro Mundo.*

Momentos decisivos

Definir o futuro plantio da soja transgênica reduziria os custos de produção em até 30% por hectare plantado

NEI CÉSAR MÂNICA

A economia da soja é sensível ao protecionismo e aos subsídios à produção de produtos primários, que os países desenvolvidos não demonstram qualquer entusiasmo em abrir mão em nenhuma das quatro frentes: a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca); o acordo Mercosul-União Européia; a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a própria reestruturação do Mercosul.

Na construção da Alca e nos acordos da OMC e com a União Européia, é de fundamental importância que se abram os mercados mundiais – o estadunidense e o europeu em particular – para os produtos primários brasileiros. Enquanto a produção nacional continua a aumentar, graças a novas tecnologias e áreas plantadas, a tendência dos países desenvolvidos, inclusive os EUA, é de estagnação. Além disso, existe o mercado chinês em plena transição para um modelo de abertura à concorrência mundial, com amplas possibilidades para o Brasil escoar sua produção.

Para melhorar a competitividade e a participação no mercado mundial, o Brasil precisa de uma ampla e profunda reforma da estrutura tributária e efetiva melhora do sistema logístico, desde a armazenagem até os portos, passando pelas estradas e vias fluviais.

A questão da transgenia

Definir o futuro plantio da soja transgênica reduziria os custos de produção em até 30% por hectare plantado – ou



seja, mais competitividade, rentabilidade melhorada e presença garantida em espaços mais amplos no mercado mundial da oleaginosa.

EUA e Argentina liberaram há anos o plantio da soja e o mercado consumidor não está disposto a pagar preços diferenciados compensadores entre a soja convencional e a transgênica. A posição dos ministérios brasileiros será decisiva para o futuro e a sobrevivência econômica de muitos sojicultores. Uma lei adequada, que ofereça condições ao produtor de escolher que tipo de soja deseja plantar, daria ao consumidor a possibilidade de consumir o tipo de produto que lhe conviesse. A julgar pelas informações disponíveis, inclusive da OMS, nada consta que desabone os produtos transgênicos em geral e a soja transgênica em particular. O mercado mundial tem interesse em comprar todos os tipos de produto que nós temos condições tecnológicas de produzir – haja vista os resultados obtidos pela Embrapa e outros órgãos de pesquisa agropecuária públicos e privados –, mas nos faltam condições legais.

Na Europa até o final de 2002, apesar da reação contra os transgênicos, de cunho emocional e nunca bem explicada, era mais importante pagar menores preços do que comprar soja tradicional. Os volumes importados pela União Européia comprovam essa realidade.

O movimento europeu contra os

A China é o mercado da vez

Os exigentes mercados da União Européia e do Japão continuam comprando e consumindo quantidades significativas de soja e farelo modificados, oriundos dos Estados Unidos e da Argentina. O volume de produto enviado à União Européia ficou próximo a 16 milhões de toneladas em 2001. O Japão importa dos Estados Unidos cerca de 80% de suas necessidades de soja em grão.

A China tem comprado soja das três origens em volumes crescentes e poderá adquirir cerca de 5 milhões de toneladas de soja brasileira em 2003. Boa parcela da safra gaúcha de valor superior a US$1 bilhão poderá ser exportada para os chineses, que não fazem restrições a produtos modificados.

Tendências no complexo soja

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO, HORIZONTE 1996-2002 Milhões de toneladas	
Brasil	de 23 a 49
Argentina	de 12 a 30
EUA	de 59 a 78
Brasil e Argentina superam a produção dos EUA na safra 2002/03.	
EXPORTAÇÃO DE GRÃOS, HORIZONTE 1996-2001 Milhões de toneladas – 1996 a 2001	
Brasil	de 3 a 16 na Europa e China, ambos somando 90% dos embarques
EUA	de 25 a 27 na China e fica estável na Europa e Japão
Argentina	de 2 a 7; cresce na China, cai na Europa e fica estável em outros países
EXPORTAÇÃO DE FARELO, HORIZONTE 1996-2001 Milhões de toneladas – 1996 a 2001	
Brasil	estável em 11. Cresce na Europa de 6 para 9 (80% dos embarques)
EUA	estável entre 6 e 7. Cai na Europa (10% dos embarques)
Argentina	de 8 a 14. Estável na Europa (60% dos embarques)

Elaboração: AGROANALYSIS.

transgênicos se origina principalmente da ação de grandes cadeias de supermercados apoiadas por algumas ONGs ambientalistas, visando:

- atender um nicho de mercado ampliado – cerca de 25% do mercado europeu e japonês –, em geral uma faixa de maior poder aquisitivo;
- melhorar a imagem para vencer a desconfiança causada por sucessivas crises alimentares que abalaram a Europa, principalmente a partir de 1996, com o caso da vaca louca.

Em favor de interesses específicos, a soja transgênica é criticada mesmo sem provas. Ainda assim, dois terços da população européia, inclusive na França, privilegiam o preço do produto mais barato, independente de ser ou não transgênico.

A afirmativa de que o mercado europeu e mesmo o japonês não querem consumir soja transgênica é uma falácia que penaliza ainda mais os produtores brasileiros. Os micro e pequenos produtores, dependentes da agricultura familiar, são mais afetados, pois encontram dificuldade em manter a competitividade pela falta de escala na produção. A sojicultura é a base da economia do Sul do Brasil ainda hoje. O fato de os próprios agricultores ligados ao Movimento dos Sem Terra estarem cultivando soja transgênica, como a imprensa noticiou, é uma prova dessa realidade.

Para melhorar a competitividade e a participação no mercado mundial, o Brasil precisa de uma ampla e profunda reforma da estrutura tributária e efetiva melhora do sistema logístico.

Insistir em produzir somente soja não-transgênica equivale a entregar a maior parte do mercado mundial de soja a nossos concorrentes. Alguns consumidores europeus e japoneses podem e querem pagar pelo produto não-transgênico um preço mais elevado, mas até agora esse incremento de renda não foi transferido ao produtor.

Se o Brasil não liberar o plantio de soja transgênica, irá perder duplamente. Como uma parcela significativa do mercado europeu aceita os produtos transgênicos, haverá a concorrência dos Estados Unidos e da Argentina, com custos de produção mais baixos em relação ao plantio convencional. Quanto à parcela do mercado europeu que continua aceitando somente produtos com a garantia de não-transgênicos, a soja brasileira pode perder também, já que os consumidores dificilmente irão arcar com os maiores custos de não utilizar essa tecnologia numa situação de oferta maior que a demanda.

A melhor estratégia consiste em legalizar a produção da soja transgênica e organizar a certificação do produto, de modo a proporcionar soja convencional certificada, conforme o tamanho do mercado mundial.

Embora passível de aperfeiçoamento, a infra-estrutura brasileira permite ao país competir com qualquer outro. Com uma safra recorde de 50 milhões de toneladas, as perspectivas são promissoras tanto no mercado nacional como no internacional. É o momento histórico para capitalizar o meio rural e colocá-lo em um patamar mais elevado no contexto globalizado e competitivo.

Texto adaptado do Documento do XIV Fórum Nacional da Soja, de 17 de março de 2003, por ocasião da Expodireto Cotrijal 2003.

NEI CÉSAR MÂNICA *é presidente da Cotrijal e da Expodireto Cotrijal 2003.*

A segunda revolução verde

A biotecnologia responde por uma redução de custos diretos de mais de 30% nas propriedades produtoras de soja

ARGEMIRO LUÍS BRUM

A história da soja no Noroeste gaúcho, berço da oleaginosa no Brasil, começou no fim dos anos 60 e entrou no contexto da modernização da agricultura, iniciada na década anterior, com o trigo. A partir da década de 1970, a agricultura do Noroeste gaúcho havia implantado um sistema altamente modernizado, baseado no binômio trigo-soja. No contexto internacional, essa modernização compôs o que se costuma chamar de revolução verde, menção ao modelo agrícola implantado pelos EUA e disseminado por seus cientistas mundo afora, após a Segunda Guerra Mundial.

No Sul do Brasil, essa evolução provocou amplo debate na medida em que os produtores, na maioria pequenos e médios, que não conseguiram ou não souberam se inserir no novo contexto, foram excluídos do processo produtivo. Acabaram vindo para as cidades, gerando bairros e favelas nos centros maiores. Alguns deram origem aos componentes do Movimento dos Sem Terra. Em contrapartida, o impulso econômico e modernizador do novo processo agrícola era evidente. A riqueza do Noroeste gaúcho se deve, até hoje, a esse modelo e particularmente à soja. A tal ponto que os gaúchos acabaram exportando o modelo produtivo para o resto do país e até para países vizinhos, especialmente Paraguai e Bolívia.

Em pouco mais de 30 anos, o Brasil passou de uma safra de 1 milhão de toneladas de soja em 1970 para outra de 51 milhões de toneladas em 2003. O



Rio Grande do Sul, mesmo sendo hoje o terceiro produtor nacional da oleaginosa, deverá colher entre 8 e 8,5 milhões de toneladas neste ano – a preços de hoje (base balcão ao produtor), um valor de R$28,5 bilhões em nível nacional e de R$4,7 bilhões em termos estaduais. Em dólares, algo em torno de US$9 bilhões e US$1,5 bilhão respectivamente. Considerando os preços de exportação atuais, o complexo soja nacional (grão, farelo e óleo) deverá vender um valor aproximado de US$7 bilhões neste ano, ou seja, cerca de 10% de todas as nossas exportações anuais.

Essa imensa riqueza agrícola, que movimenta o Centro-Sul brasileiro e particularmente o Noroeste gaúcho, em função da evolução econômica do país – os subsídios agrícolas diminuíram consideravelmente e os custos de produção subiram de modo assustador –, ficou cada vez mais difícil de ser produzida pelo pequeno e médio agricultor. Enquanto os recursos públicos se tornavam escassos e mais caros e os custos subiam, a tecnologia até então existente não conseguia oferecer um salto maior de produtividade e rentabilidade ao setor em geral. Esse quadro excluía um grande número de produtores da principal atividade econômica do setor primário, pelo menos a que apresenta maior liquidez comercial. O custo de produção total de uma lavoura de soja mecanizada no Rio Grande do Sul, com produtividade média entre 33 e 40 sacos/hectare, chegou a US$418,00/hectare na última metade dos anos 1990. Isto representava, em média, um custo entre US$10,45 e US$12,67/saco de 60kg ao produtor. Na mesma época, o preço médio obtido pelo produtor no período considerado foi de US$11,69, sendo que boa parte deles sempre negociou nos piores momentos de mercado por falta de escala (o Brasil comercializa 70% de sua safra de soja até fins de junho, quando geralmente os preços são menores, devido à pressão da safra). Essas condições tornam impossível à grande maioria sobreviver na atividade.

Nichos de mercado

Três alternativas surgiram como solução ao problema e como possibilidade de manter milhares de produtores rurais na atividade rural em geral e da soja em particular. Em primeiro lugar, houve

um amplo processo de diversificação de culturas nas pequenas e médias propriedades, visando somar outras rendas à renda da soja via produção de leite, suínos, milho, aves. Em segundo lugar, surgiu a tecnologia do plantio direto, que reduz os custos de preparo do solo consideravelmente, logo popularizando a prática no Sul do país em especial. Algumas regiões buscaram nichos de mercado, desenvolvendo os produtos orgânicos, inclusive a soja.

Enfim, ainda mais decisiva em termos de ganhos econômicos, surgiu a biotecnologia – no caso da soja como em outras culturas, o produto transgênico. A biotecnologia, para muitos a segunda revolução verde implantada pela humanidade nos últimos 50 anos, responde por uma redução de custos diretos nas propriedades produtoras de soja que ultrapassa os 30%. E não é, como imaginam alguns, uma redução temporária. No Rio Grande do Sul, apesar de estar o Brasil ainda à mercê de leis e debates ideológicos que evoluem lentamente, a soja transgênica é plantada há cerca de sete anos, sempre com mais sucesso entre os produtores, e já se espalhou pelo país como importante alternativa de geração de riqueza para o setor primário, gaúcho e brasileiro, com inclusão social evidente.

Além disso, as resistências ao novo produto, em geral vindas das mesmas entidades e pessoas que resistiram à modernização dos anos 1950/60, se concentram muito mais no âmbito ideológico e político do que propriamente científico e econômico. Mesmo assim, o Brasil reluta em criar mecanismos que permitam o avanço da biotecnologia. Os demais países do mundo, especialmente os europeus, Japão e EUA, Argentina, China e os países centro-americanos desenvolvem e consomem a nova ciência.

As alegações de que os transgênicos seriam nocivos à saúde e ao meio ambiente, que ainda freiam o desenvolvimento dessa tecnologia no Brasil, não se sustentam mais, a julgar por estudos divulgados nos últimos meses mundo afora. A Sociedade Americana de Toxicologia, composta por 5.200 cientistas e representantes da indústria e do governo, informa desde o fim do ano passado que os organismos geneticamente modificados (OGMs), mais conhecidos como transgênicos, são tão seguros quanto os produtos convencionais. A afirmação está no estudo "A segurança dos alimentos geneticamente modificados produzidos pela biotecnologia", e corrobora o que a própria Organização Mundial da Saúde já havia informado meses antes.

Efeitos semelhantes

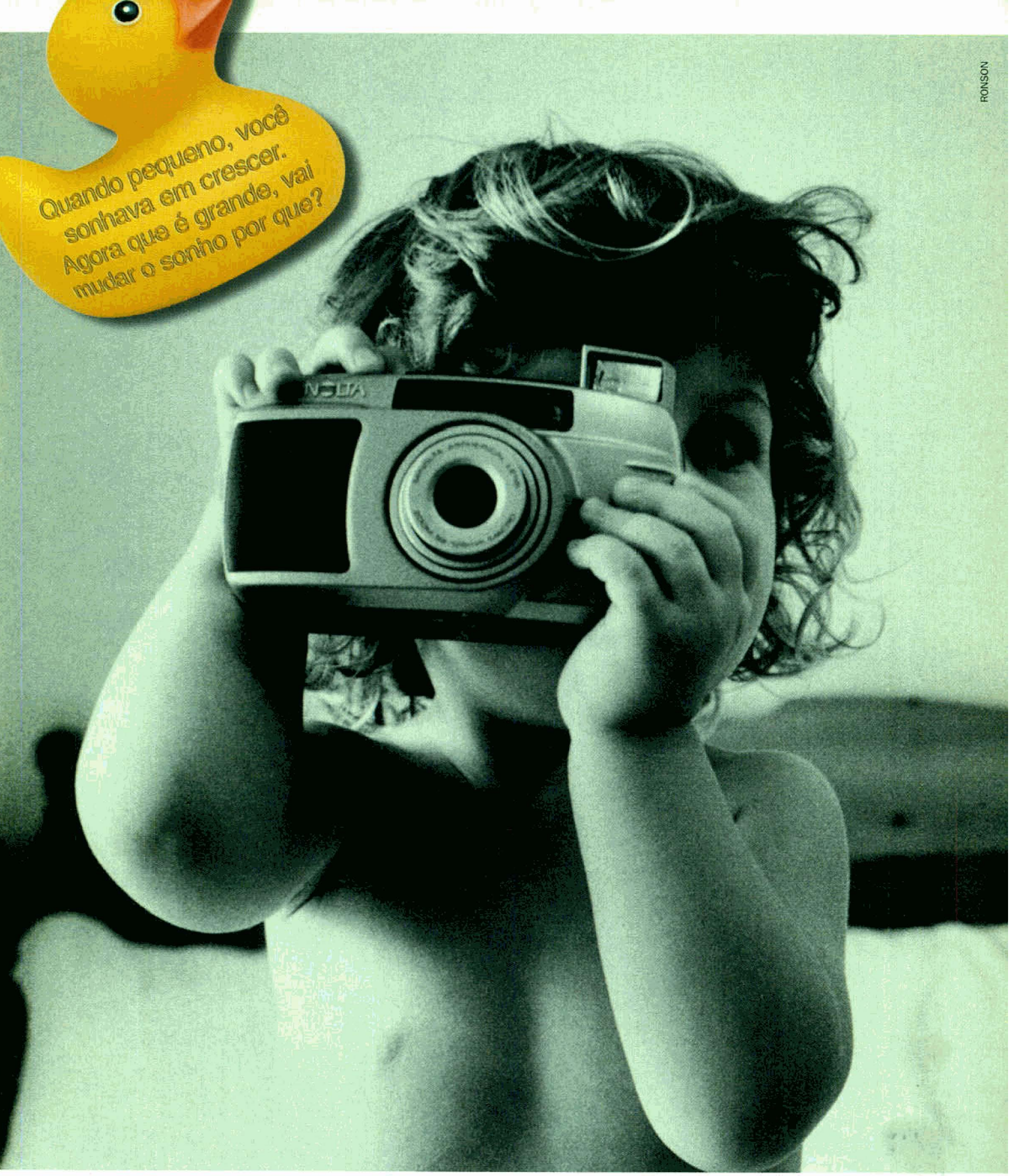
Segundo o relatório, as evidências científicas disponíveis indicam que os potenciais efeitos dos alimentos derivados da biotecnologia não são diferentes daqueles criados pelas práticas convencionais de aprimoramento de plantas, animais ou microorganismos. A análise informa também que o potencial alergênico dos transgênicos equivale ao de alimentos convencionais, novos ou já conhecidos, e que a segurança e características nutricionais dos atuais produtos geneticamente modificados são equivalentes às dos convencionais. Um exemplo é a soja tolerante ao glifosato, cujos teores de isoflavonas e lecitinas são equivalentes aos da soja convencional.

A ação contra os transgênicos no Brasil visa impedir que o agronegócio brasileiro avance e ganhe espaços, especialmente na área da soja e derivados.

No início de abril de 2003, a Universidade de São Paulo (USP) e a Embrapa lançaram um estudo que atesta a segurança dos produtos transgênicos (*Veja*, 9-4-2003, p. 39). A obra, intitulada "Transgênicos: base científica da segurança", é de autoria dos especialistas Franco Lajolo, professor da USP e PhD em nutrição, e Marília Nutti, engenheira de alimentos e chefe-geral da Embrapa, que garantem a segurança dos OGMs para a saúde humana e animal. "As pesquisas e avaliações derrubaram os mitos. Aquilo que se pensava a respeito dos riscos potenciais não se confirmou e os OGMs disponíveis hoje no mercado são seguros, tanto do ponto de vista alimentar quanto nutricional", disse Lajolo ao Conselho de Informações sobre Biotecnologia. Para o especialista, a engenharia genética não está livre de riscos, mas os processos de avaliação científica dos produtos são bastante criteriosos e podem detectar eventuais problemas, o que garante a segurança dos consumidores. Já Marília Nutti afirma que outra dúvida quanto aos OGMs se desfaz agora: "Não há nenhuma indicação de que consumir transgênicos, a longo prazo, pode causar algum tipo de problema". A engenheira e seu colega destacam a importância da pesquisa e dos processos de avaliação: "É fundamental que, a cada novo produto, novos testes sejam feitos, mas todos os produtos geneticamente modificados que estão no mercado não causam reações alérgicas ou quaisquer outros danos à saúde."

Cada vez mais se confirma que a ação contra os transgênicos no Brasil, impetrada por organizações internacionais e seguida ideologicamente por determinados segmentos da sociedade nacional, visa impedir que o agronegócio brasileiro avance e ganhe espaços neste mundo competitivo, especialmente na área da soja e derivados. Diante das evidências econômicas e científicas confirmadas, seria um atraso histórico deixarmos nosso setor agrícola fora dessa segunda revolução verde que é a biotecnologia, sobretudo agora, quando já possuímos a nossa própria ciência nessa área, inclusive na produção de sementes. A Embrapa, por exemplo, já possui um bom número de variedades de soja transgênica e está em condições de colocá-las à disposição dos produtores em curto espaço de tempo. Está mais do que na hora de eliminarmos o atraso ideológico e avançarmos cientificamente. É o que se espera dos legisladores brasileiros no que tange à nova lei sobre transgênicos no Brasil.

Argemiro Luís Brum *é professor universitário, chefe do Departamento de Economia e Contabilidade (DECon) da Unijuí, doutor pela EHESS de Paris-França, analista, pesquisador e coordenador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado (Ceema).*



FGV management

PRESENTE NA SUA VIDA.
PRESENTE NO SEU SUCESSO.

Membro da AACSB INTERNATIONAL

Rede de conveniados em todo o país, cursos segmentados, parcerias internacionais, padronização do material didático e tradição de qualidade. Isso é o FGV Management. O programa de Educação Continuada da FGV que disponibiliza cursos de Pós-Graduação/MBAs com o suporte de duas das mais conceituadas escolas de administração e economia do Brasil: EBAPE e EPGE.

Confira a relação de conveniados pelo site: www.fgv.br/fgvmanagement e-mail: fgvmgm@fgv.br ou pelos telefones (21) 2559-5885 / 5870.

Futuro em jogo

Sem o apoio das classes agrícola e agroindustrial unidas, vai ser difícil negociar a integração brasileira

MAURO DE REZENDE LOPES E BRUNO DE SOUZA PINHO

Não têm faltado advertências de que procrastinar as negociações da Alca não constitui boa estratégia, diante do volume e da complexidade de negociações tarifárias a serem empreendidas no âmbito do acordo da Área de Livre-Comércio das Américas. Recente editorial[1] indica que uma facção do governo acalenta a hipótese de postergar as negociações internas e externas no âmbito da Alca: "obviamente, a rejeição à Alca domina parte do governo Lula e prejudica a visão clara do problema. Muitos consideram que a decisão correta é fechar as portas da negociação com os Estados Unidos, como se isso fosse possível nos dias de hoje", diz o editorial.

É compreensível que esse posicionamento constitua um contraponto e expresse certa resistência a uma negociação que se pretende conduzida com açodamento e prazos exíguos. Utilizado porém com o objetivo de procrastinar o início das negociações na Alca, sobretudo das negociações no âmbito interno, a situação muda de figura. Uma coisa é fixar uma posição defensiva em relação aos setores internos, cobrando justo preço pela desgravação tarifária desses produtos. Outra muito diferente é refugiar-se através desse tipo de expediente no protecionismo.

O próprio editorial enfatiza: "Uma atitude madura é reunir representantes do capital e do trabalho e discutir o que se ganha e o que se perde com a aliança de comércio continental". Essas são justamente as negociações internas a



que nos referimos em artigo recente da revista AGROANALYSIS.[2] Acentuávamos a posição de partida das negociações, posição decorrente dos níveis tarifários da TEC, ou seja, das tarifas praticadas pelo Mercosul antes das negociações de acesso a mercado. Ficou por analisar o posicionamento inicial, em termos de tarifas de insumos da agricultura e máquinas e equipamentos da agroindústria, já a partir de uma situação de oferta tarifária posta sobre a mesa de negociação. Uma primeira oferta tarifária já tem elementos importantes para nossa reflexão.

Ao que tudo indica, vai ser preciso muita negociação interna. Ao fazer a convergência das tarifas do Brasil com o Mercosul, o Brasil teve várias linhas tarifárias incluídas no cronograma de desgravação de mais de 10 anos, coisa que o país preferia que não tivesse ocorrido. Para muitas das tarifas que caíram nessa categoria, como pleiteado pelo Mercosul, o Brasil teria escolhido um tempo de redução bem mais curto.

À agricultura interessa uma negociação com êxito no âmbito da Alca. É absolutamente indispensável que isso ocorra, não porque ela tenha a ganhar com a integração da Alca – argumento bastante equivocado. Na verdade, o que o Brasil encontra em suas exportações agrícolas para os Estados Unidos é severa discriminação.

País discriminado

Estudo recente indica que o Brasil é o país do hemisfério que enfrenta os mais altos níveis tarifários. As tarifas de entrada nos Estados Unidos são ponderadas pelo volume de comércio dos produtos. Em suas principais exportações – fumo, açúcar, suco de laranja –, o Brasil enfrenta tarifas com um nível médio ponderado da ordem de 35,4%! Portanto, não se pode dizer que o país ganharia com a integração da Alca. Simplesmente o Brasil lutaria – isso sim – para reduzir o grau de discriminação contra suas exportações.

Estudos recentes mostram como o Brasil é discriminado.[3] Se a agricultura é o setor que mais tem a perder caso não se concretize a Alca, cabe a ela liderar o processo de negociação interna, ou continuará eternamente sujeita à discriminação das barreiras tarifárias no maior mercado do hemisfério. E pior: perderá grande parte de seus mercados com vantagens que forem outorgadas aos países que se unam em acordos bilaterais com os Estados Unidos.

Devemos concentrar nossa atenção em explorar as possibilidades de redução de algumas tarifas – possibilidades de oferta, pois as demandas são bem conhecidas. Há muita pesquisa na área da demanda, pois todos querem tudo. Entretanto, a pergunta que cabe é: o que será possível ofertar que faça algum sentido por uma lógica econômica e seja consistente com o aproveitamento de mercado? De acordo com o raciocínio de oferecer para ganhar, oferecer redução tarifária em algumas máquinas, equipamentos e insumos que permitam colocar a agricultura em condições de explorar as melhores oportunidades de mercado nos próximos anos.

A agricultura deve liderar o processo de negociação interna com outros setores que se vejam eventualmente ameaçados com a integração continental.

Podemos oferecer setores de tarifas reduzidas com pouco sacrifício? Possíveis oportunidades de exportação na agricultura e na agroindústria nacionais, na medida em que insumos, máquinas e equipamentos podem ser importados para equipar a agricultura nacional e a agroindústria de exportação?

Com isso tornamos o processo como um todo um pouco mais previsível ou menos imprevisível. É preciso usar algumas ferramentas de que dispomos, conceitos técnicos como o da proteção efetiva e o de uma visão de futuro que identifique sempre os melhores negócios nos próximos anos. Fora disso é impossível prever o resultado dessa negociação.

Se não formos capazes de conceber nosso futuro, alguém vai decidir por nós, e podemos não gostar do que for decidido. Por essa razão, a agricultura deve liderar o processo de negociação interna com outros setores que se vejam eventualmente ameaçados com a integração continental. Sem a agricultura e a agroindústria, não vai ser possível chegar a um bom termo.

Linhas tarifárias

O universo de insumos, máquinas e equipamentos para produção agrícola compreende 573 posições tarifárias. Na proposição inicial dos níveis tarifários para a negociação do Mercosul na Alca, há 117 linhas tarifárias na categoria A (desgravação imediata), das quais 75 têm tarifas notificadas de zero, 23 têm tarifa de 1,5% e 19 de 3,5%. Aí se encontram produtos como reprodutores, sementes de todas as espécies, produtos importantes como o diesel e óleos lubrificantes, alguns adubos dos quais o Brasil é tradicional importador e vacinas. Na categoria B (desgravação em até cinco anos) estão apenas 12 linhas tarifárias, das quais 10 têm tarifa de base de 5,5% e duas têm tarifa de base de 9,5%. Basicamente nessa categoria estão as vacinas de uso veterinário para proteção zootécnica dos rebanhos. Na categoria C (desgravação até 10 anos) há 37 linhas tarifárias. Aí estão adubos, alguns inseticidas e produtos que o Brasil praticamente não importa ou importa muito pouco, com exceção de óleos lubrificantes com aditivos e alguns inseticidas. Existem 109 linhas tarifárias na categoria D (desgravação em mais de 10 anos) para produtos absolutamente indispensáveis, e uma desgravação tão prolongada de tarifas de cerca de 14%, 15,5% e 19,5% pode causar problemas ao desenvolvimento da agricultura brasileira. Como competir com tanta discriminação no mercado dos Estados Unidos, se a atividade agrícola é onerada pelas tarifas de seus insumos, máquinas e equipamentos? A agricultura será, novamente, penalizada por um longo período de tempo?

Nessa categoria estão alguns dos insumos mais importantes – peças de reposição de máquinas importadas, sulfato de amônio (que permanecerá com tarifa de 5,5% por mais de 10 anos), superfosfato, ortofosfato de amônia, máquinas e colheitadeiras, tratores (inclusive alguns de que o Brasil

é exportador líquido, porque importa US$13,5 milhões e exporta US$29,4 milhões), vários fungicidas e herbicidas. Aí estão também produtos importantes que o Brasil consome, tais como herbicidas à base de glifosato, diversos outros tipos de herbicidas, além de máquinas, tratores, implementos, serras e outras variedades. Esses importantes insumos utilizados na produção agropecuária permanecerão gravados com tarifas relativamente altas em torno de 14% por 10 anos.

Como o Brasil vai aproveitar as oportunidades de mercado se tiver cerceada a possibilidade de importação de insumos e máquinas?

Desgravação imediata

Um conjunto relativamente grande de 52 linhas tarifárias inclui máquinas, equipamentos e componentes industriais essenciais para a agroindústria brasileira. Na proposição inicial dos níveis tarifários para a negociação do Mercosul na Alca (oferta do Mercosul), verificamos que na categoria A existem apenas cinco linhas tarifárias com desgravação imediata: máquinas de embalagem, máquinas de tetrapack e algumas de processamento de pescado. Não há nenhuma linha tarifária na categoria B, 15 na categoria C e as 32 restantes estão na categoria D.

Na categoria C existem as tarifas notificadas, de 14%. Aí se encontram torrefadores, recipientes de refrigeração, filtros e prensas, selecionadores de frutas, descaroçadeiras, máquinas de processar couros, batedoras, separadoras automáticas de talos de fumo e outras máquinas importantes. O Brasil importa aparelhos para filtrar ou depurar a água, aparelhos para depurar líquidos e máquinas para empacotar mercadorias. Esses três itens são bastante importantes, mas terão suas tarifas reduzidas em um esquema aprazado para permanecer nos atuais 14% por 10 anos.

Na categoria D estão as mais importantes máquinas, equipamentos e componentes industriais da agroindústria brasileira, como evaporadores, aparelhos de liofilização. Há ainda máquinas para processar o envasamento em garrafas, máquinas de limpeza, seleção de grãos, produtos hortícolas (inclusive secagem), máquinas de panificação e pastelaria, máquinas e aparelhos de preparação de carnes, peças de reposição de todas essas máquinas e máquinas de curtir couro, inclusive máquinas para encher e fechar latas e capsular vasos. Todas são essenciais à agroindústria nacional.

O Brasil é um grande importador e permanecerá por mais de 10 anos – e não se sabe por quanto tempo, pois a categoria diz "mais de 10 anos" – com a tarifa dessas máquinas em torno de 14%. Suas indústrias de produtos agrícolas terão de suportar o processo de integração oneradas a esse ponto?

Difícil negociação

Agricultura e agroindústria têm que entrar juntas nessas negociações. Do contrário, perdem ambas. Estamos jogando o futuro de nossa inserção competitiva no mundo nessa negociação.

Note-se que, na convergência do cronograma de desgravação do Brasil com os demais países do Mercosul, o Brasil tinha seis linhas tarifárias na categoria A que acabaram incluídas na categoria C e duas na categoria B que também foram incluídas na categoria C. Cerca de 28 linhas tarifárias que o Brasil colocou em sua oferta na categoria C acabaram incluídas na categoria D.

Cerca de 20 produtos, insumos basicamente, estão na categoria D, mas têm tarifas notificadas ou tarifas de base entre 1,5 e 7,5%. São tarifas candidatas a serem reduzidas por serem baixas – um processo negociador previsível, no qual uma oferta pode ser negociada com menores sacrifícios relativos, inclusive melhorando nossa oferta.

Necessitamos saber com relativa urgência quanto se perde ou se ganha, mantendo os níveis de proteção tão elevados às máquinas e insumos. Nessa área de bens de capital é preciso saber quais perderiam com a abertura comercial, sabendo-se que o maior receio das indústrias é competir com maquinaria japonesa e européia.

Como são essas indústrias de bens de capital que produzem máquinas, equipamentos e componentes industriais para a agroindústria de exportação? Qual a sua competitividade? Se houver redução tarifária, as indústrias deixarão de produzir? Haverá desemprego, custo social elevado?

Por outro lado, se não abrir o que a agricultura perde? Pode não ganhar mais? Mas o que se perde por não eliminar a discriminação tarifária? É preciso ter perdas e ganhos medidos com mais clareza, do contrário nós estaremos à mercê de um processo negociador cuja previsibilidade não se pode garantir. Não estamos concebendo nosso futuro. Estaremos preservando nosso passado. E, naturalmente, os setores/produtos mais discriminados no mercado norte-americano, como o suco de laranja, fumo, acúcar etc., deveriam liderar o diálogo com os setores domésticos que têm desgravação aprazada para mais de 10 anos – seja para poderem competir, importanto, seja para poder avançar uma proposta tarifária com maior número de linhas com desgravação menos longa.

[1] *Jornal do Brasil*, 16-4-2003.

[2] Ver *AgroanalysiS*, abr. 2003, p. 43.

[3] JANK, Marcos S. Agricultural liberalization and multilateral on regional trade negotiations . BIRD, 23 Sept. 2002, p. 24 .

Mauro de Rezende Lopes *é economista, pesquisador do Centro de Estudos Agrícolas, da FGV e coordenador do curso de MBA de gestão empresarial estratégica em agribusiness, da Fundação Getulio Vargas. Foi membro da equipe negociadora do Brasil, no tema agricultura, na Rodada Uruguai, de 1991 a 1994. mrlopes@fgv.br.*

Bruno de Souza Pinho *é estagiário bolsista do CNPQ, no Centro de Estudos Agrícolas.*

Preços do agronegócio

Valores nominais

Produto	Mar. 02	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan. 03	Fev.
Algodão em caroço (kg)	0,61	0,63	0,62	0,65	0,66	0,70	0,75	0,79	0,89	0,91	0,94	1,01
Amendoim em casca (kg)	0,63	0,63	0,66	0,68	0,74	0,77	0,90	1,00	1,04	1,12	1,04	1,00
Arroz em casca (kg)	0,34	0,32	0,33	0,33	0,35	0,37	0,40	0,45	0,53	0,52	0,53	0,52
Banana (dúzia)	0,39	0,39	0,39	0,42	0,42	0,43	0,44	0,45	0,46	0,46	0,48	0,49
Batata-inglesa (kg)	0,44	0,48	0,56	0,48	0,59	0,55	0,55	0,52	0,53	0,57	0,59	0,67
Cacau (15kg)	52,50	52,43	57,70	69,24	81,61	90,03	103,32	127,73	101,36	114,06	116,42	128,74
Café em coco (kg)	0,80	0,81	0,77	0,76	0,76	0,78	0,94	1,09	1,28	1,31	1,35	1,41
Cana-de-açúcar (t)	27,59	26,55	26,12	25,06	24,95	24,80	24,86	25,94	26,45	27,74	28,64	29,34
Feijão (kg)	0,97	0,99	0,97	1,03	1,20	1,23	1,24	1,26	1,33	1,45	1,58	1,55
Fumo em folha (kg)	2,63	2,63	2,57	2,68	2,68	2,51	2,54	2,84	2,84	3,06	3,10	3,18
Laranja (cento)	5,48	5,29	5,09	4,85	4,76	4,79	5,05	5,67	6,55	7,08	6,29	6,28
Milho (kg)	0,20	0,21	0,22	0,22	0,23	0,25	0,27	0,32	0,40	0,41	0,40	0,37
Mandioca (t)	73,98	74,83	74,8	78,75	79,91	76,11	76,60	80,07	83,54	96,07	110,48	113,34
Soja (kg)	0,35	0,34	0,37	0,43	0,48	0,55	0,60	0,68	0,70	0,74	0,67	0,66
Tomate (kg)	0,50	0,53	0,45	0,51	0,52	0,50	0,54	0,51	0,58	0,51	0,52	0,75
Trigo em grão (kg)	0,27	0,29	0,30	0,32	0,34	0,38	0,43	0,57	0,53	0,51	0,49	0,51
Cebola (kg)	0,51	0,53	0,54	0,56	0,57	0,52	0,48	0,49	0,52	0,56	0,57	0,58
Mamona (kg)	0,36	0,36	0,38	0,39	0,45	0,45	0,44	0,52	0,49	0,52	0,52	0,57
Pimenta-do-reino (kg)	2,30	2,61	3,09	3,09	3,10	2,83	3,37	4,64	4,93	4,78	4,75	4,65
Sisal (kg)	0,36	0,36	0,37	0,38	0,37	0,41	0,42	0,44	0,43	0,44	0,54	0,57
Uva (kg)	0,58	0,57	0,56	0,58	0,57	0,58	0,58	0,64	0,68	0,70	0,70	0,73
Bezerro até um ano (cabeça)	245,23	254,52	247,05	248,90	249,74	258,99	255,89	267,14	266,99	279,62	273,92	282,14
Boi gordo para corte (15kg)	42,57	41,32	40,79	40,90	41,63	44,27	45,86	48,64	51,74	52,33	51,94	51,4
Vaca leiteira de raça (cabeça)	929,43	943,86	948,27	963,83	977,34	1.003,91	990,60	1.018,39	1.028,73	1.040,55	1.037,05	1.074,55
Vaca leiteira comum (cabeça)	561,88	572,95	573,91	575,42	578,44	591,81	593,62	610,62	624,50	635,70	628,85	642,50
Suíno para corte (15kg)	21,26	20,35	19,68	19,92	19,95	19,66	20,04	21,33	22,59	24,20	24,56	25,38
Frango/galinha para corte (kg)	1,19	1,15	1,14	1,18	1,24	1,29	1,31	1,41	1,58	1,66	1,69	1,79
Leite (litro)	0,29	0,31	0,33	0,33	0,35	0,37	0,38	0,40	0,41	0,42	0,43	0,42
Lã (15kg)	39,32	40,37	44,81	45,52	45,42	53,13	60,03	64,12	64,12	31,31	23,45	23,85
Ovos (dúzia)	1,01	0,96	0,98	1,02	1,04	1,03	1,02	1,07	1,17	1,30	1,32	1,46
Mel de abelha (litro)	5,92	5,93	5,86	6,03	6,07	6,03	6,15	6,85	6,95	6,20	6,38	6,67
Boi magro (cabeça)	405,82	412,43	401,07	407,30	414,83	418,68	423,91	437,44	434,70	453,84	449,76	462,84

Indicadores do agronegócio

Brasil: Índice de preços recebidos e pagos pelos agricultores
Valores nominais (base agosto de 1994 = 100)

Produtos Média	Lavouras[1]	Lavouras – Produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária – IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Nov. 2002	316.533	360.697	235.045	194.390	269.250	271.047	273.379	259.401	221.098	352.250	365.667	294.891
Dezembro	330.279	376.190	245.749	200.577	279.826	276.033	278.600	263.309	225.893	387.934	368.237	304.190
Jan. 2003	332.571	376.870	250.535	202.663	282.135	274.889	286.157	270.220	231.424	419.436	373.069	313.290
Fevereiro	335.113	nd	263.058	204.471	284.418	276.930	301.411	273.252	234.990	450.636	374.627	323.578

Fonte dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras muncipais. Elaboração: Centro de Estatísticas e Análises Econômicas (IBRE/CEAE/FGV).

[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

O dominó da credibilidade

Uma câmara setorial é uma forma de governo e setor privado atuarem juntos num programa nacional

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO

Elogiada por muitos e criticada por outros, a estratégia de fazer toda a cadeia produtiva discutir pontos comuns tem sido uma proposta de ação em países desenvolvidos e em desenvolvimento, quando se trata de definir políticas públicas e situar o posicionamento do governo. Em várias reuniões nacionais e internacionais sobre o tema energia, tem ficado clara a importância de que todos os atores possam formular os interesses e as dúvidas dos vários setores envolvidos. Entre o que os *stakeholders* (agentes setoriais) desejam e o que interessa aos *shareholders* (acionistas de cada empresa envolvida), há um espaço de conflitos que, desconsiderados, surgem na mídia como problemas graves e acabam gerando indecisões no governo, falta de confiança entre os agentes e reduzindo a credibilidade dos setores envolvidos com o consumidor.

Mundo: fases do uso do álcool

Países	Uso do álcool	Fase do uso do álcool
Argentina	Já teve; estuda	Debates no Mercosul
Brasil	Intenso	Gasohol (lei); carros a álcool (*fuel cell*)
Colômbia	A iniciar	Gasohol (lei)
México	Estados (2)	Gasohol
EUA	Intenso	Gasohol; carros flexíveis; *fuel cell*
Canadá	Expande	Gasohol; carros flexíveis
França	Limitado (ETBE)	Gasohol
Suécia	Intenso	Gasohol
Espanha	Limitado	Gasohol
Holanda	Limitado	Gasohol
Alemanha	Investimentos	Gasohol; *fuel cell*
Tailândia	Expande	Gasohol; diesohol
Índia	Inicia	Gasohol
China	Expande	Gasohol
Indonésia	Estuda	Gasohol
Austrália	Estuda	Gasohol

É claro que a lógica estrutural de trazer todos os atores interessados à mesa tem o mérito de reuni-los em torno dos objetivos que os unem e, mesmo no caso de interesses diversos, discuti-los para o entendimento dos pontos de vista de cada setor. Sob esse sistema de trabalho, surgiu então na Câmara Paulista Sucroalcooleira a proposta "Renovação da frota brasileira", orientada para metas como redução da poluição atmosférica, com a retirada da frota, de forma planejada e remunerada, de veículos muito velhos; financiamento para veículos novos e geração de empregos que o modelo de ação proporcionaria. No balanço das reuniões, ficou claro que se tratava de um modelo de participação do governo com incentivos – mas também que um grande número de veículos prontos permanecia nos pátios à espera de compradores, sem que se percebesse um empenho de retomada imediata. Também sob o foco ambiental e de geração de empregos, verificou-se que o carro movido a álcool se enquadrava nas características definidas e desejadas pelo programa... mas não era do interesse de todas as montadoras. Constatou-se ainda que as expectativas de crescimento da economia levariam à venda daqueles estoques sem necessidade do programa – ação de um ou outro ministério, coordenada pelo ministro Tápias, num momento específico em que não havia definição clara de interesses. O fato é que o programa não saiu e os veículos *desencalharam*.

O exemplo citado – obviamente há muitos outros – serve de parâmetro para a importância de se colocarem todos os agentes juntos para que a política pública desenhada e implementada corresponda aos desejos da grande maioria. Às vezes, nada fazer é uma decisão a ser tomada.

A cadeia setorial de açúcar e álcool tem características diferenciadas. É longa – dos produtores de insumos

Faltar álcool nos postos de abastecimento.

O Brasil como importante fornecedor confiável de álcool para o mundo.

As montadoras ampliam as produções e vendas de carros a álcool.

A demanda externa cresce para o Brasil.

modernos para a agricultura canavieira e de bens de capital para a indústria de açúcar, álcool e de energia elétrica em co-geração; passa pela produção de cana, seu processamento e transformação, pela comercialização e distribuição de açúcar em todos os níveis e álcool (somente por distribuidoras), e ainda pelos revendedores de combustíveis. Ao mesmo tempo, intercepta a cadeia dos combustíveis – mistura de álcool anidro na gasolina, biodiesel e bombas de álcool; a cadeia dos veículos (montadoras e revendedoras) e a cadeia de energia elétrica (distribuidoras), e é importante produto de exportação do Brasil. Por aí se pode ter uma idéia de sua extensão e do enorme número de empresas envolvidas, do setor alimentício, de energia líquida e elétrica e de serviços.

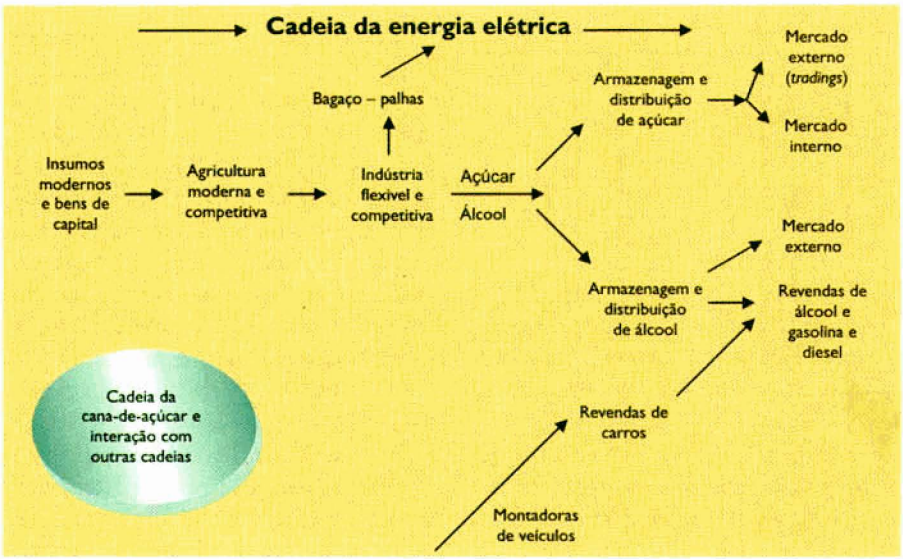
O modelo cana-de-açúcar

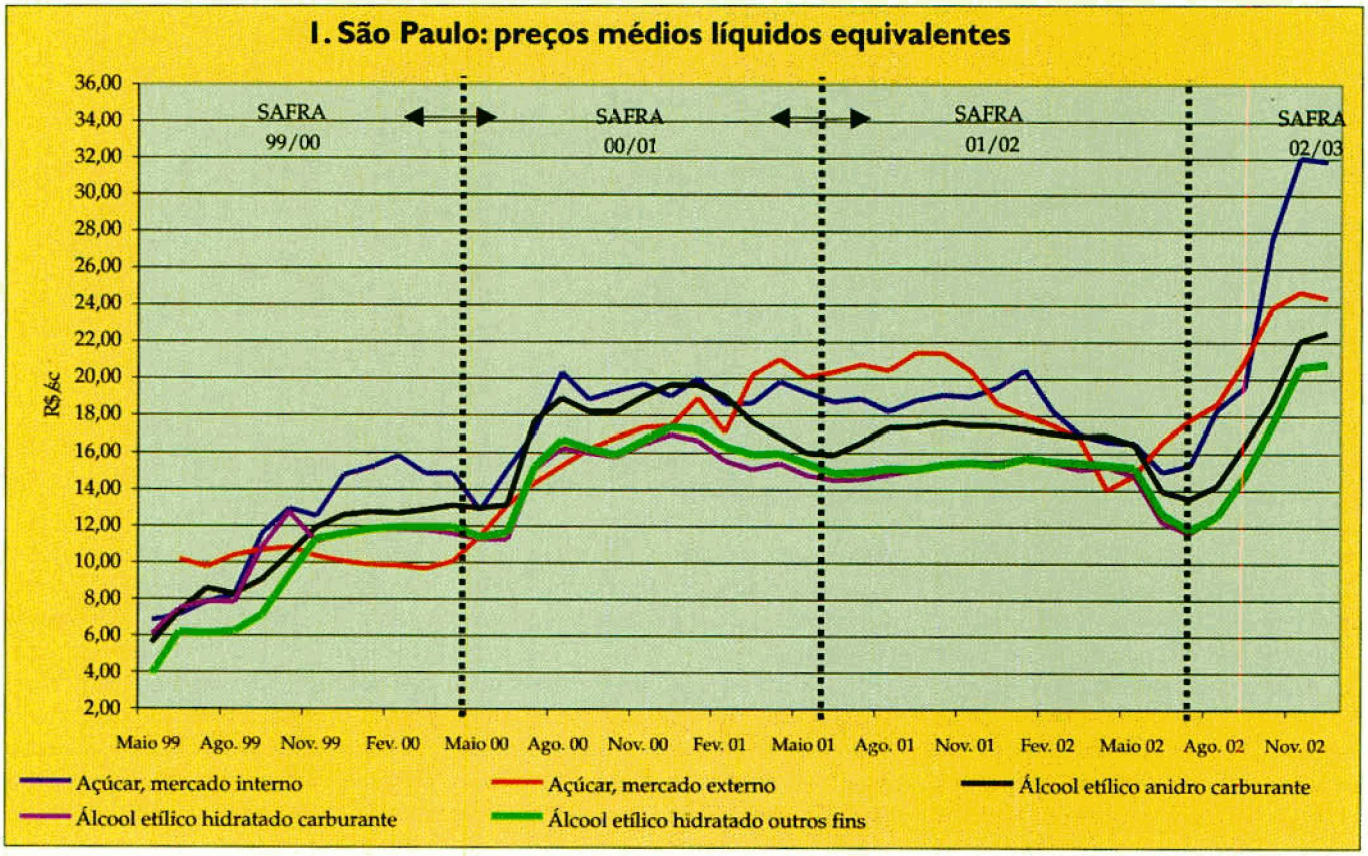
A história do desenvolvimento setorial veio da lógica do mercado e de suas enormes dificuldades até a década de 1930 quando, com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), passou-se a contar com total intervenção do governo federal até a Constituição de 1988. Na década de 1990 iniciou-se o processo de desregulamentação para o mercado que ocorreu nas últimas quatro safras. O processo de desregulamentação foi traumático e levou à volatilização tanto de preços como de investimentos, diante das indefinições resultantes do processo político que caracterizou a fase de transição do setor para o mercado.

O fato marcante no modelo brasileiro é que da mesma matéria-prima, a cana, se produzem açúcar e álcool. O período Proálcool (1975-95) significou investimentos públicos e privados em destilarias: nas usinas de açúcar foram as chamadas "anexas" e, nas destilarias autônomas, somente produção de álcool. Pelo expressivo peso das autônomas, era relativamente fácil o planejamento da oferta em função de uma demanda definida pelo governo que gerava os chamados planos de safra.

Após a liberação dos preços no processo de desregulamentação, com a queda constante da demanda do álcool hidratado para carros a álcool, naturalmente se redirecionaram os investimentos setoriais para açúcar e álcool anidro.

Pode-se imaginar que o efeito da queda do consumo de hidratado tenha simplesmente levado aos investimentos em açúcar e álcool. Mas não é tão simples assim. O açúcar é um produto de grande liquidez, mas o álcool não é. O álcool anidro é componente da gasolina e o hidratado é competidor da gasolina. O mecanismo de recolhimento do ICMS para o anidro é o da Petrobras com a gasolina – ou seja, o produtor e a distribuidora não recolhem o imposto – enquanto o hidratado é recolhido pelo produtor (25%!) e distribuidoras. Esse mecanismo tem gerado graves problemas de sonegação e redução da competitividade do hidratado. O sucateamento dos carros a álcool (mais ou menos 200 a 250 mil carros/ano) e as vendas de novos carros a álcool (mais ou menos 55 mil/ano) deveriam levar a uma grande queda de consumo. O que ocorreu? Como explicar o crescimento da demanda do álcool hidratado? Há distribuidoras comprando álcool anidro para misturar à gasolina, que se torna hidratado com a simples adição de água? Ocorreu uma grande conversão de carros a gasolina para carros a álcool? Tem-se misturado muito álcool hidratado na gasolina ("rabo de galo")?





Brasil: setor sucroalcooleiro – investimentos redirecionados

Safras C/Sul	% ATR* em açúcar	% ATR em álcool anidro	% ATR em álcool hidratado
1999/00	46,13	25,72	28,15
2000/01**	45,09	29,68	25,23
2001/02	48,12	29,86	22,03
2002/03	49,70	28,84	21,46

* Açúcares totais na cana.
** Safra pequena, mostrando o impacto pós-liberação.

Safra C/Sul	Consumo hidratado (bilhões de litros)
1998/99	7.4
1999/00	6.2
2000/01	4.3
1 fev.	4.4
2 mar.	4.9 } ??

Enquanto o mercado internacional de açúcar, apesar de todo o protecionismo, permite exportações em grandes volumes do açúcar brasileiro, o mercado externo do álcool é principiante. Ambos, cada um a seu modo, necessitam de estratégias específicas com ações coordenadas de governo e do setor privado. É também o caso da política tributária para o álcool.

Como não há mais intervenção direta do governo, exceto os investimentos que possui (banda de mistura do álcool na gasolina de 20% a 25%, cerca de 1%, taxa de exportação incidente no açúcar e taxa de importação Mercosul), a questão da frota e demanda setoriais no curto e médio prazos depende, principalmente, do comportamento do setor privado. Vale uma avaliação da questão dos preços setoriais em uma mesma moeda.

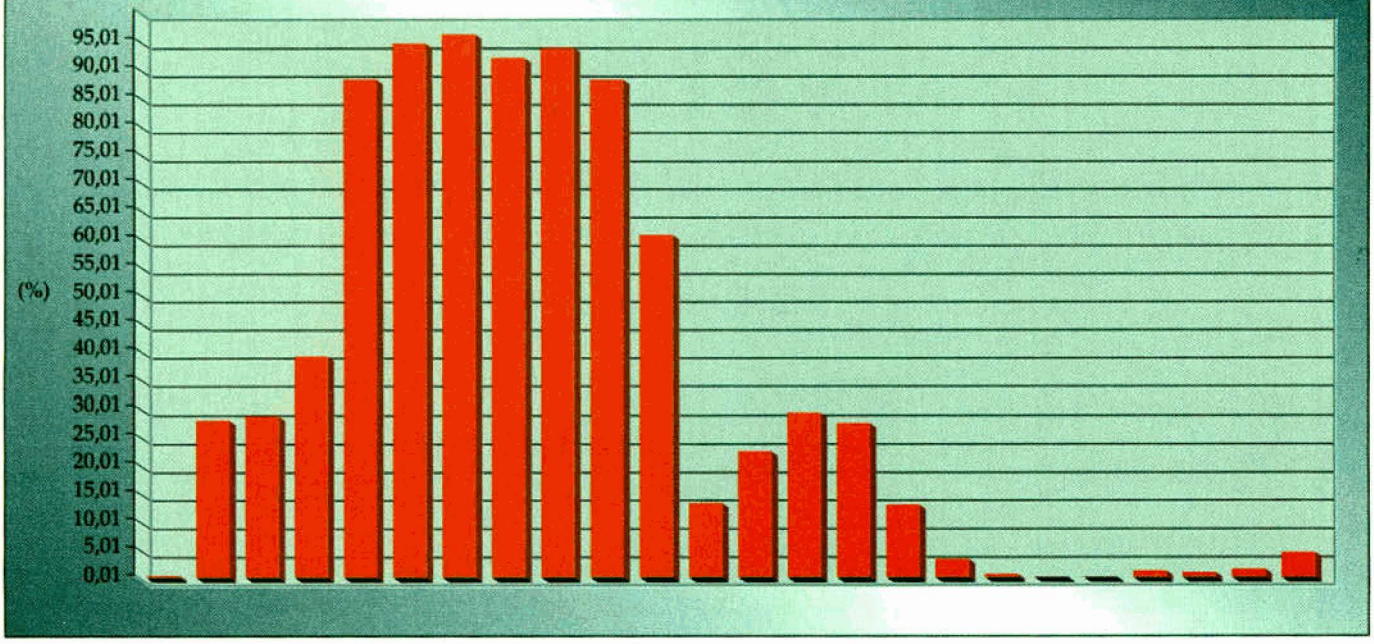
O gráfico 1 – "Preços médios líquidos equivalentes" – procura mostrar a variação dos preços safra a safra e mensalmente. Podem ser percebidos os impactos, aí embutidos, nas volatilidades dos preços de combustíveis e do açúcar, além das questões do câmbio e suas flutuações. Cada safra mostra realidades diferentes e o álcool hidratado é o que recebe, em geral, os menores preços.

A pergunta que fica no ar é: de que forma garantir compromissos de oferta para desenhar a política de demanda (instrumento que o governo tem: cada 1% na mistura, para cima ou para baixo, são cerca de 250 milhões de litros/safra)? Como se define isso?

Quanto às vendas de carros a álcool, após alguns anos próximas de 0%, verificou-se uma recuperação razoável. Mas quem dá segurança às vendas? Como projetar a demanda do hidratado? Como assegurar a produção de carros a álcool?

Quanto à tecnologia, à competitividade atual, ainda com bom potencial de redução dos custos médios de produção (redução de cerca de 20%), se juntará, por exemplo, o desenvolvimento da Dedini-Copersucar (CTC) na produção de álcool a partir do bagaço e das palhas da cana-de-açúcar. Ainda como desenvolvimento tecnológico, do lado do uso, há os chamados veículos flexíveis a combustível (álcool e/ou gasolina),

2. Brasil, mercado interno: vendas de carros a álcool e comerciais leves como percentagem da produção



que significarão importante ruptura no modelo atual ainda em 2003. É claro que o volume de veículos a álcool – seja 100% a álcool ou os futuros flexíveis – será fundamental no mercado, na visão de competição entre produtos na bomba dos postos de revenda.

As relações comerciais entre a agricultura e a indústria são geridas privadamente, em modelo formal adotado consensualmente em São Paulo (Consecana) e copiado em outros estados. Sua evolução é sistemática e deverá ser observada, tendo em vista a importância do equilíbrio na cadeia.

Os desafios da credibilidade

O Brasil representa um terço do mercado internacional livre. É o suficiente para ser o formador de preços. Cada vez que se fala da safra brasileira, tem-se nova posição do mercado. Por outro lado, a demanda do álcool anidro acompanha a da gasolina em volumes relativamente flexíveis definidos em lei. Dessa forma, o potencial de crescimento ou de atendimento apertado da demanda fica por conta do mercado. Do ponto de vista externo fica limitado ao que é hoje, pelo menos até 2006! Quanto ao interno, alguns pontos saltam aos olhos:

- a questão da relação de preços dos produtos finais;
- o preço do álcool hidratado e os da gasolina ao consumidor;
- o abastecimento de álcool.

A curva de paridade de preços mostra uma realidade de mercado que por si define uma ameaça. O preço do álcool hidratado na bomba, sendo há mais de quatro anos 60% do preço da gasolina, foi o responsável pelo crescimento da demanda. Até quando isso se manterá? Sabe-se que até 70% do preço ainda é muito convidativo, mas há que equilibrar a oferta à demanda. Como fazê-lo? Simplesmente delegando ao setor privado? Isso exige coordenação.

A esses pontos somam-se os relativos à questão do emprego e da assistência social; ao desenvolvimento das relações no trabalho; ao treinamento da mão-de-obra, de olho na evolução da tecnologia e na substituição que ocorrerá nos empregos rurais.

Respondendo pelo abastecimento de cerca de 2,5 milhões de veículos a álcool e por aditivar toda a gasolina nacional, o setor solicita que se apóie a produção de energia elétrica com regras mínimas. O país precisa exportar e a luta por efetivar a quebra do sistema protecionista demanda integração de esforços do governo e da iniciativa privada. A produção de veículos e a questão tributária atingem toda a cadeia.

É fundamental ter políticas públicas claras e transparentes para obter coesão e consistência, ingredientes essenciais à credibilidade.

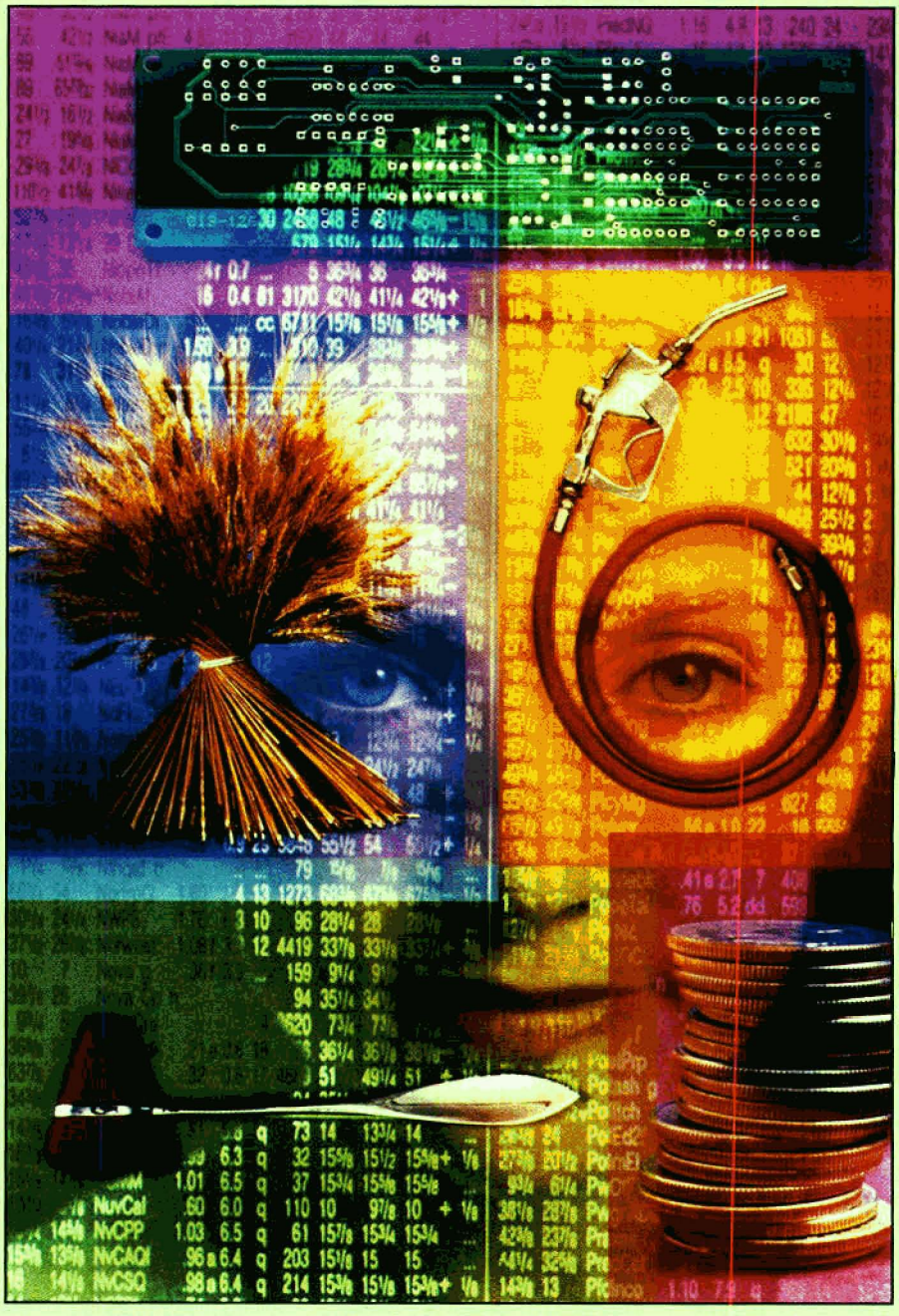
Para isso, o exercício democrático com pauta estabelecida em uma câmara setorial onde os segmentos estejam representados não é um exercício de mera substituição de funções do governo nem de formalização das desconfianças ao setor privado... É a forma encontrada de tê-los atuando juntos num programa excelente, nacional, com a visão para o futuro.

Luiz Carlos Corrêa Carvalho *é diretor da Canaplan Assistência Técnica S/C Ltda., diretor de Relações de Mercado da Usina Alto Alegre e consultor associado da Prospectiva.*

Outra fonte verde

Para produzir biodiesel em larga escala o Brasil depende da velocidade do governo em definir os percentuais de mistura do novo combustível

LUIZ ANTONIO PINAZZA



O mundo precisa alterar sua matriz energética, até aqui baseada no uso de fontes não-renováveis e poluentes. Apesar das resistências, países desenvolvidos saíram na frente em busca de combustíveis limpos e derivados da biomassa. Acentuada pelo Protocolo de Kioto, essa tendência deve provocar transformações substanciais nas atividades econômicas.

O controle da poluição atmosférica provocada pelo dióxido de carbono, apontado como principal responsável pelo chamado efeito estufa, integra a agenda da maioria dos países e está presente em todos os debates recentes sobre meio ambiente e qualidade de vida. A emissão do CO_2 na atmosfera pela intensa utilização de combustíveis fósseis, como o óleo diesel e derivados de petróleo, representa dramático desafio a toda a sociedade. Uma das alternativas para reverter seus efeitos danosos ao meio ambiente consiste na substituição dos combustíveis fósseis pelos chamados combustíveis de biomassa ou biocombustíveis.

Produzido a partir de óleos vegetais, o biodiesel é um combustível renovável e biodegradável que tem atraído a atenção dos governos. Vários países estimulam a pesquisa e o desenvolvimento de projetos para a sua produção em escala industrial e comercial. A União Européia, pioneira no uso de combustíveis renováveis entre os países desenvolvidos, aprovou recentemente a adoção, até 2005, da mistura de 2% de biocombustíveis em todos os combustíveis usados em

O que o Brasil ganha com o biodiesel

1. Do ponto de vista socioeconômico

- Fortalecimento do agronegócio: criação de um novo e importante mercado de consumo para óleos vegetais, que oxigenaria toda a cadeia produtiva do complexo soja, do produtor às indústrias;
- atração de novos investimentos na cidade e no campo para gerar milhares de empregos: baseado no *Modelo de Geração de Emprego* do BNDES (atualizado em junho de 2001), que afirma que "um aumento de R$ 10 milhões na produção da indústria de óleos vegetais gera 535 novos empregos diretos e indiretos", estima-se que seriam criados 183 mil novos empregos para uma produção de 1,3 milhão de toneladas de biodiesel;
- desenvolvimento regional sustentado: geração de emprego e renda no campo, ao tornar economicamente viável a ocupação de novas áreas nas fronteiras agrícolas com grande potencial de produção para a soja;
- incremento do forte efeito intersetorial da indústria de óleos vegetais: segundo a matriz intersetorial do IBGE, cada R$1,00 de incremento na demanda de óleo gera R$2,60 na economia;
- balanço de pagamentos: aumento das exportações (farelo de soja), redução das importações (diesel/petróleo) e estímulo ao fluxo de investimentos externo (plantas industriais de biodiesel).

2. Do ponto de vista ambiental

- Cada quilograma de biodiesel utilizado em substituição ao óleo diesel evita a emissão de 2,5kg de gás carbônico (CO_2) na atmosfera, além de outros gases poluentes presentes no diesel, principalmente os resíduos de enxofre, que provocam chuvas ácidas e problemas respiratórios e cardiovasculares;
- a utilização de biodiesel trará resultados ambientais imediatos, com a redução dos níveis de emissão de gases nos grandes centros urbanos, levando à melhoria da qualidade de vida e à redução dos gastos com saúde pública;
- combustível biodegradável e não tóxico evita contaminações ambientais;
- melhora da qualidade do óleo diesel com melhor lubrificação proporcionada pela adição do biodiesel.

3. Do ponto de vista estratégico

- Maior autonomia no suprimento de óleo diesel (representa a maior restrição da matriz energética brasileira) e menor dependência do mercado externo: o Brasil importa mais de 6 milhões de metros cúbicos de óleo diesel por ano;
- melhor inserção internacional do país nas questões ambientais (Protocolo de Kioto): cria as condições futuras para o potencial mercado de créditos e débitos de carbono – commodity do futuro;
- aproveitamento de tecnologias, frotas e parques industriais existentes: o uso de biodiesel não requer alteração nos motores atuais;
- maior integração dos negócios do setor da cana-de-açúcar e da soja, com a utilização do etanol como matéria-prima no processo de fabricação do biodiesel;

4. Do ponto de vista logístico

- Origem/destino (combustíveis/insumos): em regiões do interior do país, onde há produção do óleo de soja, haveria redução do custo do frete e maior competitividade em relação ao óleo diesel importado.

O país possui a necessária escala para a implantação de um programa nacional de biodiesel que o recolocaria na vanguarda mundial dos combustíveis renováveis, a exemplo do que fez o Proálcool nos anos 80.

sua área, ampliada para 5,75% até 2010.

Na hipótese de o Brasil misturar 5% de biodiesel ao diesel comum, haverá um incremento no consumo de óleo de soja da ordem de 1,3 milhão de toneladas. Dotado de vocação agrícola invejável, o país importa um volume anual próximo a 18% do óleo diesel que consome ao custo de US$1,22 bilhão em 2001, mas está em posição privilegiada para levar a efeito uma iniciativa dessa natureza.

O agronegócio brasileiro ocupa lugar de destaque na produção, industrialização e comércio de bens primários. Pela disponibilidade de terras férteis ainda inexploradas, o país está credenciado como candidato natural a liderar esse processo e tornar-se uma referência mundial em biodiesel.

A produção de biocombustíveis representa ainda um posicionamento estratégico para o país, num momento de enorme instabilidade política mundial. Constitui uma alternativa para diversificar a sua própria matriz energética, diante da maior restrição existente: o óleo diesel.

Coordenador do Programa Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico de Biodiesel (Probiodiesel), o Ministério da Ciência e Tecnologia criou quatro grupos de trabalho que reúnem competências de diversas áreas do setor público e privado, contando com universidades, institutos de pesquisas, montadoras de veículos, produtores de autopeças e sistemas, companhias de petróleo e indústrias de óleos vegetais, para desenvolver estudos e análises sobre biodiesel, envolvendo especificação técnica, viabilidade técnica, impacto ambiental e viabilidade socioeconômica.

Probiodiesesl

Crescimento induzido do emprego e da renda a partir da indústria de óleo vegetal

	Mil t	Milhões de US$	Geração de empregos	US$/t
Probiodiesel – B5				
• Biodiesel[1]	1.300			
Crescimento induzido				
• Área plantada c/ soja (mil ha)	2.600			
• Produção agrícola (soja)	7.000			
• Farelo – Produção p/ exportação	5.500	935		170
• Óleo – Produção p/ biodiesel	1.300	455		350
• Economia de divisas[2]	1.300	288		
• Geração de renda		1.390		
• Geração de empregos[3]			183.682	

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia.
Obs.: [1]Demanda estimada de biodiesel em 2003 para as regiões CO, SU e SE a partir de dados de consumo de óleo diesel nessas regiões em 2001 (ANP); [2]estimado a partir da importação de óleo diesel em 2001 (ANP); [3]modelo de geração de emprego do BNDES (*Informe-se* nº 31 – novembro 2001). "Um aumento de R$ 10 milhões na produção da indústria de óleos vegetais gera 535 novos empregos diretos e indiretos.

Na fase de testes de campo, será aplicado o biodiesel, produzido com a utilização tanto de metanol (processo mundial) quanto de etanol (processo pioneiro brasileiro que utiliza álcool de cana-de-açúcar).

Viabilidade econômica

Em valores de abril de 2002, o custo estimado para o biodiesel de óleo de soja, posto fábrica, livre de impostos e da margem do produtor, foi calculado ao redor de R$0,82 a 0,90 por litro no estado de São Paulo e R$0,77 a 0,83 por litro no Centro-Oeste do país. Essa diferença de custos decorre da variação dos valores da matéria-prima (fretes) e da adoção de metanol ou etanol no processo produtivo.

O preço médio do óleo diesel na distribuidora situou-se próximo de R$0,78/litro em São Paulo e R$0,93/litro no estado do Mato Grosso, em função dos custos de transporte do diesel para o interior do país.

Tomando por base o custo econômico, esses dados indicam que a produção de biodiesel será viabilizada inicialmente nas regiões produtoras de óleos vegetais, devido ao custo mais baixo do biodiesel e mais elevado do óleo diesel para essas regiões.

A motivação fundamental para a utilização do biodiesel em grandes centros urbanos está nos benefícios à qualidade de vida e à saúde da população, com diminuição dos custos com saúde pública. Embora atualmente seja difícil a avaliação econômica desses benefícios, é razoável supor que o efeito líquido da adoção de um combustível menos poluente seja positivo, quando comparados custos estritamente econômicos com custos sociais, representados pela diminuição das doenças cardiovasculares e respiratórias.

Os custos do biodiesel para as regiões metropolitanas superam em 5 a 15% os do diesel, sendo que o impacto de sua adoção sobre os custos de transporte coletivo é estimado em apenas 0,08 a 0,25%, considerando a mistura B5 e o fato de que o combustível representa cerca de um terço do valor da tarifa de transporte urbano.

Além disso, com o desenvolvimento tecnológico e o aumento das escalas de produção de biodiesel, espera-se uma redução nos custos de produção, a exemplo do que ocorreu com a produção de álcool no Brasil, e o preço do biodiesel tenderá a igualar-se ao do diesel.

A substituição do óleo diesel importado e produzido a partir do petróleo por biodiesel de óleos vegetais representa uma enorme oportunidade para o país na geração de emprego e renda. Como segundo maior produtor mundial de soja, o país possui a necessária escala para a implantação, em curto espaço de tempo, de um programa nacional de biodiesel que o recolocaria na vanguarda mundial dos combustíveis renováveis, a exemplo do que fez o Proálcool nos anos 80.

Atualmente, o único óleo vegetal produzido nacionalmente em larga escala que apresenta o volume necessário para a implantação, em curtíssimo espaço de tempo, de um programa nacional de biodiesel é o de soja. Com uma produção anual de cerca de 49 milhões de toneladas, dos quais 20 milhões exportadas, o Brasil está próximo de ser o maior produtor mundial da commodity.

Para atender à demanda extra proporcionada pela produção de biodiesel, é possível aumentar rapidamente a produção de óleo de soja no país. Esse aumento se daria principalmente através da expansão das áreas de cultivo na região Centro-Oeste, com cerca de 80 milhões de hectares disponíveis de áreas cultiváveis. Isto geraria novos empregos na fronteira agrícola, além de divisas com a exportação do farelo de soja resultante.

Outro fator importante para o sucesso de um programa nacional de biodiesel é o fato de o complexo soja brasileiro possuir fábricas processadoras distribuídas pelas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, justamente próximas das áreas de maior consumo de óleo diesel no país.

Em linhas gerais, o Brasil reúne as condições necessárias para produzir biodiesel em larga escala. Há a chance concreta para a substituição direta de um produto importado (óleo diesel) por outro inteiramente nacional. O ritmo de desenvolvimento da produção nacional de biodiesel, porém, depende diretamente da velocidade do governo em normatizar a especificação técnica e os percentuais de mistura do novo combustível.

pinazza@agroceres.com.br

A desertificação nossa de cada dia

O processo de desertificação começa muito antes da esterilidade do solo e da formação de dunas

JOÃO AMBRÓSIO DE ARAÚJO FILHO

Finalmente, a desertificação bateu à nossa porta. Apesar dos alertas feitos desde o século passado, o fenômeno está cada dia mais presente na mídia, apesar das informações e dados quase sempre conflitantes e das velhas declarações de sempre: a grande potencialidade econômica do semi-árido e as tais ações integradas para o desenvolvimento da região, que nunca se materializam. Malgrado esses fogos de artifício, as medidas cabíveis não são tomadas e o deserto continua avançando sobre nós.

O que se pode fazer? Em primeiro lugar é preciso que se identifiquem as causas que atuam no processo nos sertões nordestinos. Aí surge o homem como principal ator, através das atividades da agricultura de queimadas, da pecuária de superpastoreio e da produção de madeira, todas extrativistas e predatórias dos recursos naturais renováveis. E por que o homem age desse modo suicida, a destruir os bens que a pródiga natureza lhe pôs à disposição? Inicialmente, quando os recursos eram fartos, a ignorância, o ganho fácil e a presunção de que suas fontes eram inesgotáveis determinaram seu modo de agir. Depois, quando a degradação ambiental reduziu drasticamente os recursos, a ignorância e a presumida necessidade imediatista de sobrevivência passaram a atuar nas tomadas de decisão.

A formação de desertos começa com as mudanças na composição florística da comunidade vegetal, passa pelo desaparecimento da vegetação original, intensifica-se com a destruição gradual da camada florística e redução do aporte de matéria orgânica, e só então se manifesta no solo, através da erosão e da perda da fertilidade e da estrutura.

No entanto, podemos recuperar as áreas degradadas, mesmo as mais críticas e mais citadas, como Irauçuba, se entendermos que o processo de desertificação começa muito antes de surgirem a esterilidade do solo e a formação de dunas. O fator mais importante em jogo é a vegetação. Na realidade, a formação de desertos começa com as mudanças na composição florística da comunidade vegetal, passa pelo desaparecimento da vegetação original, intensifica-se com a destruição gradual da camada florística e conseqüente redução do aporte de matéria orgânica, e só então se manifesta no solo, através da erosão e da perda da fertilidade e da estrutura. A vegetação protege e mantém o solo fértil e estruturado e é condição *sine qua non* para sua recuperação. A revitalização ecológica, agropastoril e econômica do semi-árido deve começar pela recuperação de sua vegetação. Esse aspecto é tão importante, que o estádio de degradação da vegetação na bacia hidrográfica afeta a quantidade e a qualidade da água nos mananciais, contribuindo significativamente para a longevidade e viabilidade da irrigação.

Portanto é preciso intensificar as pesquisas com o desenvolvimento de sistemas agroflorestais na agricultura; na pecuária, adotar técnicas de manejo sustentável da caatinga para fins pastoris, mormente via raleamento, enriquecimento ou sistemas silvopastoris, como o Caatinga/Buffel/Leucena (CBL); na produção de madeira, utilizar técnicas de manejo florestal, como corte seletivo e manejo da rebrota; e na recuperação das áreas degradadas, adotar o reflorestamento diversificado com espécies nativas. A Embrapa Caprinos, em Sobral, Ceará, há 15 anos vem trabalhando no desenvolvimento dessas pesquisas, com resultados já divulgados e adotados por produtores. Somente ações de médio e longo prazo terão efeitos definitivos. Não se recupera em uns poucos anos o que levou quase 500 anos para se degradar.

JOÃO AMBRÓSIO DE ARAÚJO FILHO *é pesquisador da Embrapa.*
ambrosio@cnpc.embrapa.br

Queda abrupta

Depois de uma safra espetacular de 47,2 milhões de sacas, a produção brasileira ficará entre 27,7 e 29,7 milhões de sacas

ARMANDO MATIELLI E ANDRÉ LUIS MATIELLI

O cenário atual de nossas lavouras cafeeiras é efeito da crise que vem assolando os cafeicultores nos últimos anos. Predomina um clima de pessimismo e desilusão, refletido nos tratos culturais e na continuidade dessa importante atividade econômica. O primeiro grande sintoma – que se estenderá aos próximos meses – é a queda drástica na produção. Estamos saindo de uma safra espetacular de 47,2 milhões de sacas e cairemos para uma produção inferior até mesmo ao previsto pela Conab em dezembro de 2002: de 27,7 a 29,7 milhões de sacas de café. A produção deverá ser inferior ao previsto em dezembro de 2002 pelos seguintes motivos:

- a previsão para a safra 2003/04, realizada pela Conab, teve por base um levantamento de campo pós-florada, portanto sem a concretização do pegamento das flores e conseqüentemente vingamento dos frutos;
- o pegamento da carga foi muito inferior à média normal em grande parte das regiões cafeeiras, pois as lavouras entraram em fase produtiva sob o efeito de um forte estresse causado pela alta carga da safra anterior e ainda tais lavouras foram assoladas, em muitas regiões, por um clima quente e seco, dados os efeitos do "El Niño", principalmente nos meses de agosto a novembro de 2002;
- baixo nível tecnológico na maioria das lavouras, falta de tratos culturais de sustentação, principalmente nutricionais e fitossanitários: a descontinuidade desses tratos se traduz em erradicação de cafezais, semi-abandono, podas malconduzidas, sem capinas ou herbicidas; muitos cafezais se perdem e muitos produtores se desinteressam pela atividade;
- a crise contribui para diversificar a cultura. No Sul de Minas, que não tinha participação relevante na produção de milho, prevêem-se até 700 a 800 mil toneladas para a safra 2002/03; o comércio de sementes anuncia para a próxima safra mais de 1 milhão de toneladas do cereal, que vem roubando áreas de café – um hectare de milho dá uma renda bruta de R$2.500 a R$3.000 em seis meses, enquanto o café precisa de três anos para alcançar a mesma receita.

Esse cenário é o oposto do que encontramos de 1997 a 2001/02, fase de otimismo e pujança do parque cafeeiro. Haverá queda abrupta na próxima colheita e na produção dos anos vindouros. Talvez levemos muitos anos para voltar aos 40 milhões de sacas. Particularmente no cerrado mineiro, "café não agüenta desaforo, morre".

Bianualidade, fator de quebra

A média de queda na produção dos anos subseqüentes aos de alta produção ficou acima de 50% e não deve ser diferente para a próxima safra. Chegam notícias de importantes regiões cafeeiras, como a de Poços de Caldas, MG, onde o presidente da cooperativa assegura uma quebra de safra superior a 60% nos municípios da região. A Cooperativa de Franca/SP (Cocapec), em levantamento muito bem elaborado, mostra uma quebra de 61,2% na próxima safra. A esses primeiros indicativos devem seguir-se outros nas semanas ou meses vindouros. Além disso, a quebra no estado do Espírito Santo relativamente à safra anterior, depois da seca de fevereiro e março, deverá ultrapassar 1 milhão de sacas.

Essa grandeza equivale à produção somada da Colômbia e do Vietnã, nossos dois principais concorrentes. É uma quebra marcante, que resultará em uma produção mundial de aproximadamente 93 a 95 milhões de sacas, muito aquém das necessidades atuais, de 108 a 112 milhões de sacas de café (diversas fontes) – 26 a 28 milhões de sacas consumidas nos países produtores e 82 a 84 milhões nos países importadores –, o que poderá acarretar um déficit acima de 20 milhões de sacas.

Essa queda de produção se limita ao Brasil, sem considerar os demais países produtores, que dificilmente produzirão volume idêntico ao do ano anterior: a maioria de nossos concorrentes, de economias mais frágeis e mais dependentes do café, está sofrendo muito mais com a crise do que o próprio Brasil.

A quebra será muito maior no arábica do que no robusta (conillon). Segundo dados da Conab para a produção 2003/04, poderemos colher somente 18 a 19 milhões de sacas de café arábica – uma das menores safras

Safra	Produção (milhões de sacas)	Index. (%)	Quebra (%)
1965/66	37,00	100,00	49,19
1966/67	18,80	50,81	
1981/82	35,37	100,00	54,27
1982/83	16,18	45,73	
1985/86	32,60	100,00	58,59
1986/87	13,50	41,41	
1987/88	42,90	100,00	47,55
1988/89	22,50	52,45	
2002/03	47,20	100,00	
2003/04	???	???	???
Quebra média (%) =	52,40		

Fonte: *150 anos do café*.

	Previsão 2003/04 (milhões de sacas)			Efetivo em 2002 (milhões de sacas)
Arábica	19,00	a	20,50	37,30
Robusta	8,70	a	9,20	9,90
Total	27,70	a	29,70	47,20

Fonte: Conab.

dos últimos 25 anos –, só perdendo para as safras de arábica colhidas em 1982, 1986 e 1995, quando colhemos respectivamente 15,7, 10,4 e 14 milhões de sacas.[1]

Resta aos cafeicultores cuidar da qualidade, já que haverá pouco café a colher. A qualidade da próxima colheita estará intimamente relacionada com a disponibilidade dos instrumentos modernos de comercialização existentes em 2002: financiamento para colheita, pré-comercialização – com a possibilidade de financiamentos de colheita e custeio serem convertidos em pré-comercialização –, lançamento do contrato de opção de venda. Instrumentos que passem longe do pejorativo subsídio protecionista e cheguem a tempo, sem estrangular os cafeicultores, que sequer conseguem dar sobrevivência adequada ao parque cafeeiro. E que não seja necessário reinventar o que já está pronto. A elevação dos juros de 9,5% para 13% ao ano para a verba da colheita trouxe uma pá de desestímulo a uma cultura que emprega centenas de milhares de trabalhadores e pode concorrer para o sucesso do Programa Fome Zero.

[1] *Anuário Estatístico Café 2003* – Coffee Business, p. 29.

Armando Matielli e **André Luis Matielli**
são engenheiros agrônomos com MBA em agribusiness (FGV) e cafeicultores – Fazenda Jacutinga (Guapé / MG).

Cautela **necessária**

É preciso agregar valor à produção primária de café. Mas também é preciso dedicar uma análise cuidadosa a esse processo

LUIZ MORICOCHI

Com justa razão os cafeicultores se preocupam em capturar fatia maior do preço de seu produto vendido no varejo. Afinal, sem produção nem existiria a cadeia do produto. Mas do ponto de vista teórico, a parcela recebida pelo produtor como proporção do preço final no varejo não pode ser sempre crescente. Para que isso acontecesse, seria preciso alterar certas condições, sobretudo de natureza estrutural, dentro da cadeia – por uma participação maior dos próprios produtores, através de associações ou cooperativas, no processamento industrial e na distribuição do café, por exemplo.

Em geral, o que acontece é o contrário. Por quê? Simplesmente porque, com o processo de agregação de valor ao longo da cadeia, aumenta-se o valor do denominador sem alterar o do numerador. O resultado logicamente é a redução da proporcionalidade, ou seja, do valor relativo do preço recebido pelo produtor.

Pode-se dizer então que para o produtor seria indiferente agregar valor a seu produto, já que não lhe acrescentaria qualquer vantagem? A resposta também é negativa. Ele pode ser beneficiado de duas maneiras: primeiro, pela ampliação do mercado do produto, o que lhe per-

Variação de preços de café ao produtor e ao varejista

Segmentos	Maio 1997 (cents/lb)	Ago. 1997 (cents/lb)	Set. 2002 (cents/lb)	Variação relativa %	Variação absoluta (cents /lb)
Produtor	1,8	-	0,48	-73	1,32
Varejista	-	4,67	2,92	-37	1,75

Fonte: *F. O. International Coffee Report*, v. 17, n. 14, 19-12-2002.

mitirá expandir os negócios; segundo, pela transformação do produto em bens de consumo de maior elasticidade-renda, dependendo do tipo de contrato feito entre fornecedor e indústria. Um exemplo é o acordo entre os citricultores e a indústria de suco de laranja.

Em qualquer dessas duas situações, confirma-se a importância das câmaras setoriais na articulação harmônica dos diversos elos da cadeia, visando sempre o bom desempenho, não de um setor em particular, mas do conjunto dos segmentos que compõem o negócio da produção até o consumidor final.

Entre as preocupações dessas câmaras, a transparência (obviamente dentro de certos limites) deveria ser questão prioritária. Argumenta-se que isso seria utopia, mas pensamos como aqueles que defendem a idéia de que a sociedade, em todas as suas esferas, não pode evoluir se não dispuser de um norte utópico como referência – assunto complicado, que passa pelo campo da ética nos negócios, já considerada disciplina necessária na área de administração.

Análises simplistas

A *F. O. International Coffee Report* comenta o equívoco das análises simplistas que comparam a evolução de preços ao produtor com a evolução no nível do varejo.[1] Com base em dados da Organização Internacional do Café (OIC),[2] o analista mostra que, entre maio de 1997 e setembro de 2002, o indicador de preço composto elaborado pela instituição, no nível do produtor, caiu de US$1,80 por libra-peso (453g) para US$0,48, ou seja, uma redução de 73%. Por outro lado, segundo o U.S. Bureau of Labor Statistics, entre agosto de 1997 e setembro de 2002, o preço no varejo americano teria caído de US$4,67 para US$2,92 a libra-peso, o que representa queda de 37% (tabela).

O autor do artigo chama a atenção para dois pontos: primeiro, o erro de trabalhar só com percentuais, sem atentar para os valores absolutos dos números correspondentes: grandes variações percentuais podem corresponder a pequenas variações em termos absolutos. Em contrapartida, pequenas variações percentuais podem corresponder a grandes variações absolutas. É o que acontece quando se compara o preço do café verde com o do café no varejo. De fato, os 73% correspondem a uma variação absoluta de apenas US$1,32 por libra-peso (US$1,80 menos US$0,48). Os 37% de variação no preço de varejo no entanto correspondem a uma variação absoluta de US$1,75 por libra-peso (US$4,67 menos US$2,92). Na realidade, conclui-se que o preço do café no varejo americano teve uma queda real por libra-peso de US$0,43 maior (US$1,75-US$1,32), quando comparada com a variação de preço do café verde – uma diferença de 32%.

Os varejistas americanos estariam então em condições menos favoráveis do que os produtores? Não se pode concluir isso. Da mesma forma que não se deve trabalhar de modo simplista com números percentuais elevados representativos de baixos valores absolutos, precisamos também tomar cuidado ao tirar conclusões quanto à rentabilidade de determinado setor quando se trata de números percentuais baixos representativos de valores elevados, sem levar em conta a escala de produção do segmento considerado. Apesar de ter havido redução maior nos preços de varejo, isso pode ser compensado com ganhos maiores decorrentes de grande escala de produção (de vendas, no caso, além da maior estabilidade dos preços), como acontece no segmento dos grandes varejistas –, contrariamente ao que se verifica no setor da produção primária em que a questão de escala, além de mais complicada, é cercada ainda de dúvidas teóricas.

Particular atenção merece um segundo ponto: o freqüente equívoco de querer aplicar no varejo o percentual de queda observado no preço do café verde. No caso em análise, se aplicarmos o mesmo percentual de queda de 73% do café verde ao preço de varejo, este cairia para US$1,25 a libra-peso, e não US$2,92 como de fato ocorreu. Ora, esse resultado seria impossível na prática, pois sequer cobriria os custos de importação, processamento, *marketing* e os que agregam valor.

O equívoco de estabelecer relação direta entre preço de café verde e preço de varejo pode ser demonstrado de outra forma, levando-se em conta a participação do preço da matéria-prima (café verde) no preço do produto final. Embora estatisticamente esteja constatado que mais de 70% da variação do preço no varejo são influenciados pelo preço do café verde, este representa em média apenas 25% (variação de 20% a 27%, conforme a época) do preço final do café moído.

Basta uma operação aritmética para demonstrar que, por conta da queda do café verde (73% no período), se poderia esperar uma redução da ordem de 19% no preço de varejo. A análise, entretanto, fica ainda incompleta se não se levar em conta a variação ocorrida em outros insumos que representariam 75% em média do preço final. O resultado seria claramente inferior aos 19% encontrados, baseados apenas numa análise parcial, pois certamente os demais fatores de custos tiveram aumento no período.

É preciso tomar decisões visando agregar valor à produção primária, com o que ganham o produtor e o país. Mas antes de se realizarem investimentos, é preciso dedicar uma análise cuidadosa a esse processo, bem mais complexo do que o da produção de matéria-prima.

[1]Struning, W. C. Green Coffee Prices and the USA Consumer. *F. O. International Coffee Report*, London, v. 17, n. 14, Dec. 2002.
[2]www.ico.org

Luiz Moricochi *é engenheiro agrônomo, cooperado da Cocapec.*

Pela diferenciação

É perfeitamente factível a inclusão de um contrato de café brasileiro na Bolsa de Nova York

ESTELA LUTERO ALVES TAVARES E MAURO JOSÉ ANDRADE TERESO



O café é uma das cinco maiores commodities comercializadas no mundo. Seus preços e os termos dos contratos do mercado mundial são ditados pelo C Market – contrato futuro de café negociado na New York Board of Trade (Nybot), considerada o coração financeiro do agribusiness mundial de café arábica. Entretanto, as regras do funcionamento desse mercado continuam um mistério para os produtores agrícolas, gravemente afetados pela volatilidade de curto prazo dos preços desse bem. Para alguns envolvidos com o setor, isso seria fruto dos interesses de determinados *players*, que jogam com números e notícias deturpadores das informações. Para outros, são os grandes compradores de café que manipulam o preço na bolsa. Mas todos concordam em que o mundo das altas finanças oferece aos *players* uma variedade de jogos. Uma opção é apostar no mercado de commodities e seus derivativos.

Nosso principal objetivo aqui é a análise da conduta dos agentes econômicos do sistema agroindustrial mundial (SAG) do café, dando ênfase ao papel da Nybot como uma das principais variáveis do modelo econômico do setor cafeicultor nacional. O escopo desse trabalho foi delimitado pela influência da atual classificação da qualidade do café, utilizada pela Nybot na remuneração do produtor cafeeiro e na qualidade do café brasileiro.

A hipótese fundamenta-se na influência da Nybot como sinalizadora dos preços no SAG mundial do café, com força maior que as leis de mercado baseadas apenas na oferta e na demanda do bem físico. Isso se deve à conduta da produção de baixa qualidade da maioria dos agentes (produtores, cooperativas, *traders*, corretoras, distribuidoras, torrefadoras, atacadistas e varejistas) perante uma estrutura centrada no comportamento dos baixos preços dos contratos negociados na Nybot. Esse comportamento, que vai contra o processo evolutivo do SAG do café, cria subsistemas conflitantes com a hegemonia do C Market, levando todo o sistema a uma nova configuração ou pressionando a Nybot a realizar modificações nos contratos. A hipótese foi construída a partir da lógica estrutura-conduta-desempenho, da Teoria de Organização Industrial, e de uma análise institucionalista do SAG do café e norteada pela abordagem evolucionista de Herbert Spencer.

Spencer atuou, entre 1848 e 1853, como subeditor da revista *The Economist* e forneceu uma fórmula, ou melhor, uma definição para evolução. Para ele, a evolução estrutural trata da transformação de uma semente em árvore, de uma sociedade primitiva numa sociedade avançada, significando sempre uma mudança da uniformidade para a multiplicidade, da homogeneidade para a heterogeneidade. Nesse mesmo sentido, a Nybot é um organismo relacionado com todos os organismos do SAG do café, passível de evoluir sob as forças da economia.

Transformações no mercado

O mercado internacional do café passou por transformações significativas nos últimos cinco anos. Os Estados Unidos e a União Européia tornaram-se exportadores de café. No ano de 1999, os Estados Unidos importaram 24,5 milhões de sacas e reexportaram 6 milhões, dos quais 40% de café verde, 30% de café torrado e 30% de solúvel. A União Européia por sua vez importou 46,2 milhões de sacas e reexportou 13 milhões, dos quais 51% de café verde, 24% de torrado e 24% de solúvel. O mercado mundial de café tem como grandes compradores e consumidores os países desenvolvidos, com poder de barganha muitas vezes mais forte do que o dos países produtores. Outro agravante é a cartelização da importação de café, pois apenas sete firmas dominam cerca de 80% do mercado.

Na outra ponta do SAG encontramos os países produtores, ao todo mais de 50 no mundo. Na maioria são países em desenvolvimento e com situação econômica pouco estável, e o Brasil é o que apresenta melhores condições. Os países africanos, por exemplo, produzem mais de 20 milhões de sacas ao ano, quase a totalidade de café robusta voltado para exportação. Em razão do reduzido custo de produção (cultura explorada de maneira extrativista e mão-de-obra farta e barata), esses países muitas vezes vendem seu café a menores preços no mercado internacional, forçando as baixas e conquistando mercado, como o Vietnã, que aumentou sua produção cerca de 40 vezes em 15 anos. Desse modo se verificou um aumento da produção de cafés de baixa qualidade, acentuando ainda mais o poder de barganha dos países compradores.

Ainda em meados do século XX, a formação do preço do café ocorria na economia, na produção e no consumo; a bolsa apenas dava voz e organizava a expressão dessa formação dos preços. Negociavam-se contratos que representavam uma promessa de compra ou venda para uma data de vencimento preestabelecida. Atualmente as transações dos contratos de café se iniciam na Bolsa de Nova York, onde os preços das sacas são formados. Outras bolsas também operam com cafés, mas seguem com mínima variação os valores apresentados por Nova York. Na Nybot os preços são expressos em centavos de dólar americano por libra-peso e qualificados por quantidade de defeitos. No Brasil, a BM&F define a qualidade do café de acordo com o decreto sobre a Classificação Oficial Brasileira de 1949. Tal decreto tem sido objeto de várias discussões, por ser considerado inadequado para classificar o café por quantidade de defeitos. Apesar dos impactos negativos que essa classificação tem engendrado por todos os elos do SAG do café no Brasil, é difícil modificá-la, uma vez que o coração formador dos preços se situa em Nova York.

Segundo Robert Fulmer, por mais de 25 anos na indústria de café *specialty* como importador, comercializador e degustador, após a geada de 1975 foi possível perceber com que rapidez se podia ganhar ou perder dinheiro. De repente, todos ficaram alerta a um risco que durante anos não se havia enfrentado. Iniciava-se o mercado de *hedging* no café. Fulmer ilustra esse novo momento com sua experiência:

"Em 1982, recebi um telefonema de um importador local, perguntando se eu gostaria de comprar café do Panamá. Não entendi o que ele queria dizer quando afirmou que o café do Panamá estaria 14 *over*. Ele explicou como o New York C Market funcionava. Em pouco tempo, a maioria das pessoas passou a negociar café dessa mesma forma. Hoje, quase todos os cafés que negociamos estão amarrados ao New York C, com poucas notáveis exceções. Atualmente, o volume combinado dos Funds e do contrato C Market é nove vezes o volume do mercado físico. Isso significa que, para as 108 milhões de sacas fisicamente produzidas no mundo todo ano, existem aproximadamente 990 milhões de sacas negociadas em contratos. Os Funds e especuladores sabem disso. Ao observarem o mercado, percebendo que vai ocorrer uma oferta maior que a demanda, procuram adiantar as negociações e amplificam o movimento de queda dos preços. Por outro lado, se percebem uma situação como a de 1996 e 97, quando os estoques ficaram muito baixos, adiantam-se às torrefadoras na compra dos contratos, ampliando o movimento da alta nos preços, causando mais escassez e gerando pânico para compra."

O presidente da Nybot, Mark Fichtel, considera que a instituição tem passado por inúmeras transformações. A maioria delas tem requerido maior capacidade tecnológica, melhorando a velocidade de comunicação e informação, reduzindo custos e permitindo a consumação das transações em tempo real. Outro importante elemento de mudança nos mercados futuros e à vista na Nybot envolve crescente necessidade de alianças, como a aliança com a BM&F para implantação de um contrato de café brasileiro reconhecido globalmente. No entanto, o maior esforço da Nybot no momento é o desenvolvimento dos minicontratos.

A introdução do contrato Mini Coffee C oferece maior acessibilidade ao mercado e maior flexibilidade nas negociações. O Minicontrato do Café foi implantado em 15 de março de 2002 e seus resultados estão sendo analisados. Cada Mini Coffee C Contract é de 12.500 libras, ou seja, um terço do volume transacionado pelo C Contract.

Uma visão do futuro

O que ficou bastante claro em nossa investigação é que até mesmo os agentes internacionais estão conscientes dos problemas do C Market para todo o SAG do café. Esse antigo sistema de precificação via Nova York estará fadado à extinção se não passar por mudanças radicais que viabilizem a melhoria da remuneração dos pequenos produtores e da mão-de-obra cafeeira. Vai se tornando factível a implantação de outros minicontratos de café com especificações diferenciadas.

Do lado da produção já encontramos o grão de café de diferentes regiões e aromas, configurando uma produção mais heterogênea e afinada com os novos nichos de mercado. Os produtores já têm condição tecnológica para atender à segmentação do mercado. No entanto, estão alheios aos benefícios da diferenciação da qualidade pelo truncamento na classificação e na remuneração do café cru baseada no C Market. Por outro lado, os intermediários, mais bem informados e equipados, aproveitam a situação comprando café de baixa qualidade a um preço de subsistência e vendendo ao consumidor final por um valor até 100 vezes maior. Hoje existem milhares de torrefadoras buscando apresentar ao consumidor um café diferenciado, de origem e sabor impecáveis. Infelizmente, são os últimos elos do sistema que estão recebendo os ganhos dessa diferenciação. Os produtores agrícolas, em grande parte desinformados, continuam a realizar o cultivo conforme a remuneração. Enquanto forem pagos pelos preços da Nybot, continuarão produzindo um café tipo 6 (86 defeitos em 300g) de bebida dura. Ou seja, os produtores brasileiros, responsáveis pela maior produção de café do mundo, vão em sentido contrário à evolução do mercado simplesmente por seguir a lógica econômica do processo: oferecem um produto de baixa qualidade por serem remunerados por baixos preços, ao invés de serem premiados por melhores preços por oferecerem uma gama de produtos de melhor qualidade.

Os produtores brasileiros, responsáveis pela maior produção de café do mundo, vão em sentido contrário à evolução do mercado simplesmente por seguir a lógica econômica do processo.

O Brasil, como maior produtor de café e segundo maior consumidor, através da BM&F, das associações de interesses privados e do Estado, tem força para acelerar a transformação desse cenário. É perfeitamente factível a inclusão de um contrato de café brasileiro na Nybot. Não seria apenas um contrato, mas vários contratos que levassem em conta diferentes volumes e diferentes qualidades de café. As inovações tecnológicas nos sistemas de transações farão parte da rotina da vida de todos os cidadãos desse universo globalizado. Inclusive, os mais de 800 pequenos produtores de Barra do Choça, que conhecemos na Bahia, poderão, de manhã bem cedo, analisar o comportamento do preço do café através das pequenas telas de seus próprios *personal computers*. Isso é o que se pode chamar de evolução.

Artigo extraído de tese de doutorado defendida em dezembro de 2002 na Unicamp.

Estela Lutero Alves Tavares *é doutora em planejamento e desenvolvimento rural pela Unicamp e economista. luteroestela@aol.com.*
Mauro José Andrade Tereso *é professor do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Rural e diretor associado da Feagri – Unicamp.*

Alianças estratégicas

A falta de integração entre a indústria e os fornecedores de matéria-prima na pecuária bovina resulta em perda de competitividade

GABRIELA CARDOZO FERREIRA



Um número cada vez maior de estudos indica a necessidade de analisar a competitividade das cadeias produtivas e não das empresas isoladamente, dada a interdependência que existe entre elas. A concorrência ocorre entre cadeias de produção, e competências isoladas de empresas não são suficientes para garantir seu sucesso: o limitante é o elo menos competitivo de cada cadeia de produção. A capacidade de organização dos agentes das cadeias representa um fator de competitividade, e as que possuírem melhor articulação entre os elos serão mais capazes de manter uma posição competitiva em um mercado incerto e instável.

Os debates sobre modernização e competitividade da pecuária bovina mostram a falta de integração entre a indústria e os fornecedores de matéria-prima, em comparação com as cadeias produtivas de aves e suínos, seus principais substitutos. Essa falta de coordenação desfavorece qualquer estratégia de produção da cadeia; cada segmento trabalha isoladamente, resultando em perda de competitividade do conjunto.

Por outro lado, surgem novas formas de organização entre os agentes da cadeia da carne bovina com o objetivo de garantir sua competitividade. Essas iniciativas se referem à associação entre produtores rurais, frigoríficos e empresas varejistas – as chamadas alianças mercadológicas –, e buscam maior agregação de valor a partir da diferenciação do produto final originário.

Estrutura das alianças

Os três casos em foco serão identificados como as empresas A e B, que fazem abate de bovinos e comercialização de carne, tanto para o mercado interno brasileiro, quanto para exportação. O terceiro caso, identificado como empresa C, refere-se a um produtor de gado de corte que passou a coordenar a industrialização e comercialização de seu produto, atuando também na exportação.

No caso das empresas A e B, a indústria frigorífica coloca-se como principal promotora da iniciativa de organização da cadeia de suprimentos, chamada de "programa". Esses programas procuram promover a organização dos agentes dentro da cadeia da carne bovina, contemplando os elos de fornecedores de insumos, produtores e indústria, de forma a evitar estratégias contraditórias.

No caso da empresa A, participam como promotoras do programa quatro empresas: uma de gerenciamento e acompanhamento econômico, uma produtora de sementes forrageiras,

uma empresa de defensivos agrícolas e o frigorífico, de quem partiu a iniciativa do programa. Os produtores de gado de corte participantes são chamados integrados e participam de um projeto piloto.

O programa da empresa B abrange empresas das áreas de gerenciamento, sementes, adubos, rações, medicamentos veterinários e sêmen, além do frigorífico, que também nesse caso foi quem tomou a iniciativa de promover o programa. Não existe um número predeterminado de fornecedores de matéria-prima participantes; os produtores, de acordo com sua vontade e condições de atender os requisitos definidos, podem ir aderindo ao programa ao longo do tempo. Em ambos os casos a empresa frigorífica define as regras de funcionamento quanto a entregas, volume e preço, e também determina padrões produtivos.

O caso da empresa C tem como característica a agregação de atividades *para frente* na cadeia pelo elo da produção primária, visto que se refere à iniciativa de um produtor de gado de corte. A atividade de abate é terceirizada, realizada por dois frigoríficos, retornando a carcaça para desossa sob a responsabilidade da empresa C. Outra diferença dessa iniciativa é o processamento e industrialização da carne bovina, atividades agregadas ao processo através da constituição, por parte da empresa, de uma indústria de processamento, que tem uma linha de 20 produtos industrializados, além da venda de cortes *in natura*.

O fornecimento de matéria-prima é feito por animais da empresa e de outros produtores. O relacionamento com os demais produtores ocorre de forma semelhante aos casos das empresas A e B, visto que o produtor da empresa C coordena a cadeia, definindo as regras e padrões da produção. A comercialização do produto final é feita em varejo próprio e também em redes varejistas e restaurantes em todo o estado.

Estratégias adotadas

A estratégia das empresas está baseada na diferenciação da carne bovina, para obter um produto de melhor qualidade que a carne comum, garantindo assim sua participação no mercado de carne de novilho jovem. Essa agregação de valor visa o preço do produto vendido e a rentabilidade das empresas.

A estratégia de diferenciação é identificada como um modo de aumentar o poder de barganha da indústria em relação aos clientes, principalmente ao varejo. No caso da carne comum esse poder está nas mãos do grande varejo, e a estratégia de diferenciação surge como forma de transferir esse poder para a indústria, responsável pela agregação de valor, o que ocorre a partir do momento em que o consumidor realmente valoriza e é capaz de identificar o produto diferenciado.

A empresa A ressalta que a forma de comercialização da carne é um dos problemas da cadeia, tanto do ponto de vista da qualificação do processo como em relação à falta de novos produtos industrializados. Segundo a empresa, essa realidade precisa mudar no Brasil. A experiência no mercado internacional foi uma fonte importante de informações de mercado.

A capacidade de organização dos agentes das cadeias representa um fator de competitividade, e as que possuírem melhor articulação entre os elos serão mais capazes de manter uma posição competitiva em um mercado incerto e instável.

Outra importante preocupação das empresas, que condicionou a forma de organização, foi a estabilidade de operação da indústria. As empresas procuram estruturar a cadeia de suprimentos de modo a poder planejar melhor sua atividade, com programação dos abates e das entregas, preocupadas em otimizar os custos da atividade industrial, dada a pequena rentabilidade da margem de lucro existente, de apenas 1%.

Sobre os recursos estratégicos dentro da cadeia, as empresas apontam como elo fundamental a produção primária, fornecedora de matéria-prima. Qualidade e volume de produção animal são considerados estratégicos para a competitividade da cadeia de suprimentos, principalmente no segmento de mercado em que as empresas atuam, o de carne de novilho jovem.

Outro ponto fundamental da estratégia é a valorização da marca. A constituição de uma marca é vista pelas empresas como forma de aumentar seu poder de barganha no varejo, refletindo a disputa entre os elos da cadeia, muito distanciados entre si. A partir da criação da marca, em todos os casos analisados, o produto chega ao mercado embalado e identificado, condição necessária para que seja reconhecido pelos consumidores – embora possa causar resistência por parte dos que preferem visualizar o produto no balcão do açougue.

Alianças temporárias

As semelhanças entre as formas organizacionais das cadeias de suprimento das iniciativas estudadas são relativas a motivação dos agentes, estruturação e desenvolvimento das atividades produtivas e estratégias utilizadas, especificamente padrões, e constituição de marca.

As iniciativas estudadas se desenvolveram no âmbito da produção de carne de novilho jovem, identificada como um produto de qualidade superior à carne comum. Essa mudança produziu um novo mercado – o de carne de novilho jovem –, o que indica uma segmentação em função do produto final, com padronização definida. Nesse novo mercado, padronização e regularidade de fornecimento são determinantes da competitividade das cadeias de produção. A partir dos resultados é possível concluir que, no caso de produtos diferenciados, há uma tendência à estruturação de formas de gestão e organização das cadeias produtivas também diferenciadas.

Financiamento e assistência técnica aparecem como importantes mecanismos para obter o produto desejado. A partir deles, as empresas promotoras

dos programas procuram garantir as características da matéria-prima de modo a ofertar um produto com regularidade de qualidade e volume. Outro mecanismo utilizado, no caso da empresa B, é o diferencial de preço praticado.

A padronização é o principal mecanismo de coordenação, um avanço em relação ao mercado de carne comum, no qual esses indicadores não estão determinados. Diante da necessidade de investimentos na produção primária para obter o produto carne de novilho jovem, os mecanismos financiamento e assistência técnica podem ser utilizados também na coordenação das cadeias produtivas.

As empresas focalizadas apostam na diferenciação para aumentar seu poder de barganha no varejo e, apesar de recentes, estão obtendo resultados. A causa é a valorização dos consumidores, que predispõe o varejo a pagar mais pelo produto para atender a demanda. Na capital e nas grandes cidades do estado existe um mercado que valoriza e paga um diferencial pelo produto de qualidade superior.

A criação da marca, que facilita a identificação do produto pelo consumidor, é utilizada como tentativa de garantir a apropriação do valor relativo ao produto diferenciado. A utilização de marcas, por sua vez, cria a necessidade de maior controle, visto que qualquer problema com o produto é imediatamente associado à marca, se ela existe. Aumenta a preocupação das empresas com a qualidade, característica do novo mercado, a padronização e a regularidade, apontadas como garantia de pedidos.

Tendo em vista que as características dos produtos estão diretamente relacionadas às da matéria-prima, é grande a dependência em relação ao elo da produção primária. Isso deveria se refletir na valorização do produto e conseqüentes ganhos para os produtores, mas não é o que se verifica na prática. O maior gargalo para a competitividade da cadeia parece estar na comercialização e no acesso ao mercado, o que transfere o poder para o elo varejista. Além disso, a dificuldade do elo primário em garantir padronização e regularidade, que é repassada para a indústria, faz com que esses elos percam competitividade como fornecedores, tornando difícil aumentar seu poder na negociação com o elo final da cadeia.

Há uma clara disputa de poder dentro da cadeia, no que diz respeito à formação de preço do produto. O poder dominante acaba sendo o do varejo, baseado no poder informacional e de comunicação com o consumidor. A importância do poder oriundo da capacidade de produção fica em segundo plano, no que se refere à capacidade de apropriação dos benefícios obtidos com a iniciativa.

Os resultados indicam que ainda é difícil substituir o mercado como coordenador da cadeia. As formas organizacionais identificadas podem constituir um estágio em sua trajetória para viabilizar a mudança do padrão tecnológico dominante. É possível que, após um patamar tecnológico superior, com regularidade e padronização de matéria-prima, essas formas organizacionais retornem à coordenação pelo mercado. Isto estaria de acordo com os resultados obtidos para a análise das estratégias de alianças desenvolvidas por empresas varejistas na Noruega e concluiu que essas alianças são temporárias e *pro forma*, visando especificamente a redução de custos.

As alianças mercadológicas buscam maior agregação de valor pela diferenciação do produto final originário. A iniciativa se dá em favor da competitividade, associando produtores rurais, frigoríficos e empresas varejistas.

Pode-se dizer que esses programas constituem uma nova forma organizacional dentro da cadeia da carne bovina no Rio Grande do Sul, que busca organizar-se para atender as exigências da demanda. É possível que essas iniciativas venham a ser seguidas por outros grupos. Essa no entanto não é a única tendência verificada dentro desta cadeia, visto que outras iniciativas se configuram no estado e estão em estudo.

Chama atenção a ausência do segmento de distribuição na constituição das alianças focalizadas, dada a importância do escoamento da produção em qualquer cadeia produtiva e considerando a necessidade de participação de todos os elos no processo de planejamento e produção de uma cadeia voltada para o atendimento da demanda. A distribuição é exatamente a etapa mais próxima do consumidor final, do qual partem os padrões de consumo que devem orientar a organização da produção.

Referências bibliográficas

BANKUTI, F. I. & MACHADO Filho, C. P. Novas alianças no sistema agroindustrial da carne bovina no Brasil. In *II Workshop de Gestão de Sistemas Agroalimentares*, Ribeirão Preto: Pensa/FEA/USP, 1999.

BORCH, O. Market adaptation and value system reforms in a fragmented food industy: strategic alliances versus market-based power play? In *Proceedings of the Fourth International Conference of Chain Management in Agrobusiness and the Food Industry*. Management Studies Group, Wageningen: Wageningen Pers, 2000.

FERREIRA, G. C. & PADULA, A. D. Estrutura produtiva e competitividade da cadeia da carne bovina no Rio Grande do Sul. *Anais do 22° Enanpad*, Foz do Iguaçu, 1998.

SLACK, N. *Vantagem competitiva em manufatura – atingindo competitividade nas operações industriais*. São Paulo: Atlas, 1993.

Este artigo faz parte de um estudo maior que analisa a estruturação de novas formas interorganizacionais na cadeia produtiva da carne bovina do Rio Grande do Sul. O estudo procurou conhecer as novas configurações adotadas por empresas dentro da cadeia em questão, de modo a analisar em que medida elas diferem das formas tradicionais de relacionamento entre os agentes.

Gabriela Cardozo Ferreira *é professora da PUCRS, engenheira agrônoma, mestre em economia rural e doutora em administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*

A importância de acertar

FABIANA PEROBELLI

A relação de troca nada mais é que o estabelecimento de uma ligação entre os preços do boi gordo e do bezerro: a partir da venda de um boi gordo, quantos bezerros podem ser adquiridos. A relação de troca também pode ser feita entre boi gordo e boi magro, por exemplo.

A relação pode ser interpretada como o giro da atividade pecuária. Uma relação de troca realizada entre um bezerro comprado no Mato Grosso do Sul e um boi gordo vendido em São Paulo oscilou entre junho de 2000 e abril de 2003 de 1,9 a 2,7 (gráfico 1).

Para o confinador e o recriador, quando a relação de troca estiver próxima a 2, ou seja, se com a venda de um boi gordo ele consegue adquirir apenas dois bezerros, sua atividade econômica estará comprometida. Nos gráficos 2 e 3 pode-se notar que a maior parte do custo da pecuária se deve à aquisição do animal. No gráfico 2 está a distribuição do custo total em uma engorda extensiva e no gráfico 3, em um confinamento. Uma aquisição malfeita compromete toda a atividade, pois dificilmente o pecuarista irá recuperar esse custo economizando nos outros itens.

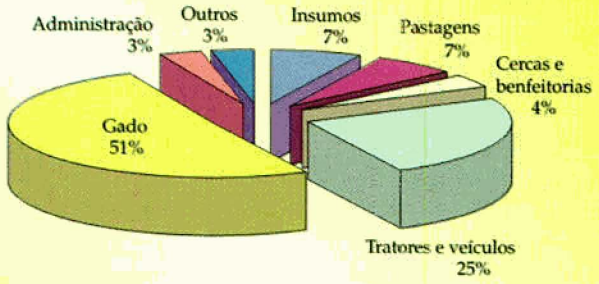
O pecuarista sofre sérios riscos se fizer uma reposição malfeita. Para ajudá-lo a administrar essa importante questão com eficiência, a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) põe a sua disposição contratos futuros de boi e bezerro, para que o pecuarista possa fixar antecipadamente a relação de troca entre boi gordo e bezerro, que varia significativamente ao longo do ano.

Uma das operações que o pecuarista pode realizar na bolsa é a de arbitrar os preços do boi e do bezerro e assim

1. Evolução da relação de troca entre boi gordo (SP) e bezerro (MS)

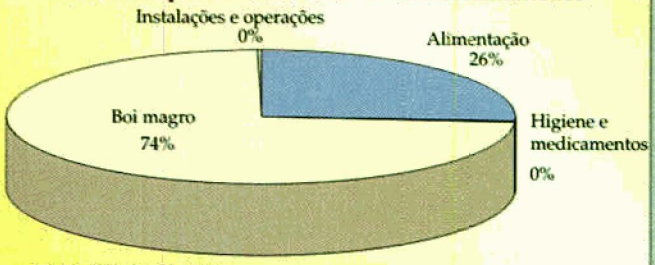


2. Distribuição do custo total de uma engorda extensiva



Fonte: FNP.

3. Distribuição do custo total de um confinamento



Fonte: Scot Consultoria.

fixar antecipadamente a relação de troca. A tabela 1 traz os preços negociados na BM&F no dia 24 de abril para diversos vencimentos de boi e de bezerro e a relação de troca estabelecida entre eles.

A partir dos preços negociados na bolsa, o pecuarista poderia fixar a relação de troca por exemplo para maio a 2,20 – o que, para esse momento, é uma boa relação de troca, se comparada a outras realizadas no mesmo período de outros anos. Venderia bois para maio ao preço de R$53,19/@ e compraria bezerros para maio a R$398,00/cabeça, a fim de garantir a relação de 2,20.

1. BM&F: preços negociados

2003

Mês	Boi gordo (R$/@)	Bezerro (R$/cabeça)	Relação de troca
Abril	54,40	396,50	2,26
Maio	53,19	398,00	2,20
Junho	53,95	391,00	2,27

2. BM&F: relações de troca*

2001 e 2002

Mês	2001	2002
Abril	2,21	2
Maio	2,13	2,05
Junho	2,15	2,05

*Relações de troca entre o contrato de boi gordo São Paulo e o de bezerro Mato Grosso do Sul.

Fabiana S. Perobelli *é economista da BM&F. fabianap@bmf.com.br*

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Sim! Quero fazer uma assinatura anual de AgroanalysiS, recebendo 12 edições pelo preço especial de R$ 65,00.

Para assinar, marque com um X a forma de pagamento, recorte o cupom e envie para: Praia de Botafogo, 190, sala 926 CEP: 22253-900 – E-mail: agroanalysis@fgv.br.

❑ Cheque nominal (em anexo) à Fundação Getulio Vargas, no valor à vista
❑ Ficha de compensação bancária ❑ Mastercard ❑ American Express ❑ Visa ❑ Diners
Nº cartão: ..... Validade: .....
Nome: ..... Cargo/Função .....
Empresa: .....
Endereço: .....
Cidade: ..... Estado: ..... CEP: .....
Telefone: ..... Fax: ..... E-mail: .....

Central de assinaturas: 0800-257788
Representantes comeciais: Rio: (021) 2559-5623 – SP: (011) 3816-0328

Arrancada exportadora

Frutas brasileiras já competem com produtos de grandes fornecedores internacionais

LUIZ ANTONIO PINAZZA

O exercício de 1998 pode ser apontado como um divisor de águas na fruticultura brasileira. Nesse ano o Ministério da Agricultura, o Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf) e a Agência de Promoção de Exportações criaram o Programa Setorial Integrado de Promoção de Frutas Brasileiras. Desde então, as exportações e receitas de frutas mais que dobraram.

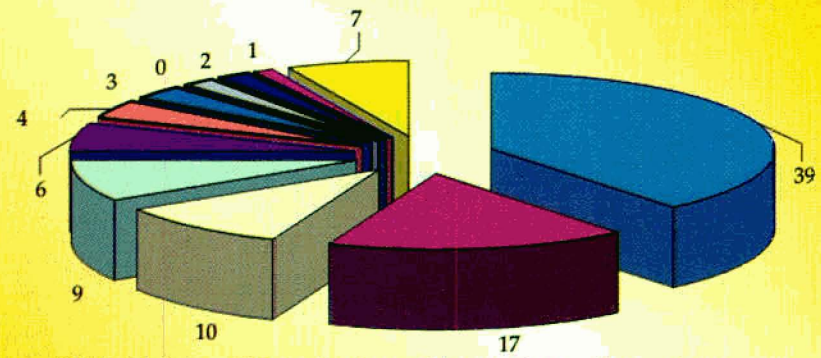
O grande arranque aconteceu no biênio 2001/02, quando a desvalorização do real e ações internacionais de *marketing* impulsionaram os embarques

Brasil: exportações de frutas

	US$ mil					Toneladas				
	1998	1999	2000	2001	2002	1998	1999	2000	2001	2002
Manga	39.185	52.853	67.169	94.291	103.598	32.518	32.011	35.763	50.814	50.849
Maçã	10.706	57.438	64.480	35.786	65.927	5.667	30.153	30.757	18.139	31.403
Melão	65.004	65.453	60.904	99.434	98.690	28.323	28.733	25.005	39.297	37.778
Papaia	9.879	15.709	21.510	22.804	28.541	9.453	13.578	17.694	18.503	21.624
Laranja	65.614	103.086	75.345	139.582	40.374	14.359	21.108	15.248	27.538	8.125
Uva	4.405	8.083	14.344	20.660	26.357	5.823	8.614	14.605	21.563	33.789
Banana	68.555	81.227	71.812	105.112	241.038	11.629	12.518	12.359	16.036	33.574
Tangerina	5.308	7.518	12.032	17.258	19.554	2.523	3.763	5.017	6.697	7.016
Lima ácida	2.301	5.336	8.607	14.811	21.826	1.423	2.962	4.642	7.635	9.891
Abacaxi	13.002	15.814	16.023	14.457	8.660	3.853	4.290	4.087	3.408	1.791
Melancia	8.808	13.146	13.605	13.698	12.251	1.031	1.798	1.809	2.299	2.757
Figo	762	746	707	633	622	1.438	1.535	1.269	1.086	1.093
Morango	32	67	252	228	67	64	144	504	413	133
Outras frutas	155	371	409	238	445	196	285	414	190	416
Framboesas	50	39	43	64	60	363	276	249	372	307
Abacate	296	746	462	606	570	155	422	214	345	276
Coco	155	151	244	384	167	86	112	112	125	61
Airelas, mirtilos	2.344	9	17	10	4	23,44	83	110	69	24
Pomelos	307	239	16	49	23	118	56	8	17	7
Pêra	0,184	0,1	0,26	3	5	0,359	0,108	0,87	16	11
Ameixa		7	0,05	5	19		5	0,16	11	22
Pêssego		8	0,03	8	19		3	0,15	6	11
Outros cítricos	86	275		1		68	107		5	
Kiwis		31		13	35		24		4	
Brugnons e nectarinas	4	3		0,35	0	5	4		0,10	
Total	296.958	428.355	427.981	580.136	668.906	119.119	162.584	169.827	214.589	241.042

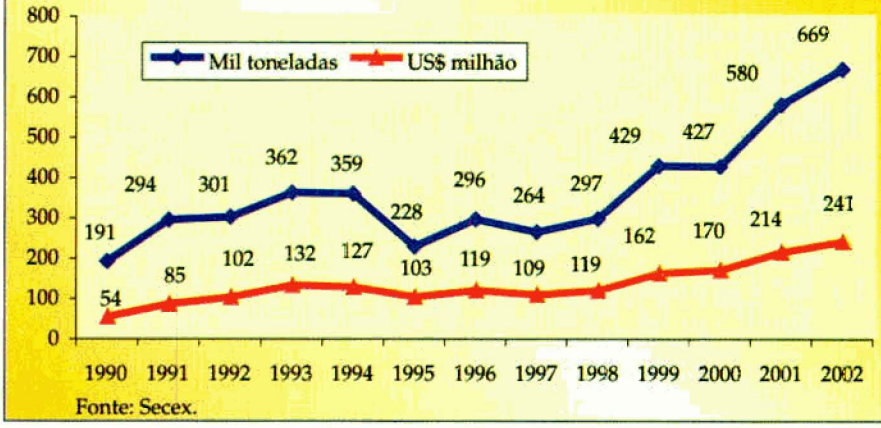
Fonte: Secex.

1. Brasil: composição % da receita nas exportações de frutas



Fonte: Secex.

2. Brasil: exportação de fruta fresca



Fonte: Secex.

brasileiros. Para 2004, a meta é alcançar uma receita de US$512,1 milhões. Os investimentos programados somam R$8,5 milhões – R$4 milhões financiados pela Apex-Brasil e R$4,5 milhões pela iniciativa privada. A expectativa é atrair 500 novas empresas e gerar 30 mil novos empregos diretos. Com isso espera-se pavimentar o caminho para chegar a 2010 com uma arrecadação de R$1 bilhão, valor próximo ao que o Chile obtém atualmente.

A fruticultura brasileira emprega 5,6 milhões de pessoas, ou seja, 27% do total da mão-de-obra agrícola ocupada no país. Em termos mundiais é o terceiro maior produtor mundial (38 milhões de toneladas) e só perde para a China (133 milhões de toneladas) e Índia (58 milhões de toneladas). Mesmo assim, o Brasil responde por menos de 2,5% do comércio mundial de frutas, cujo movimento anual é de US$13 bilhões.

Além de propiciar capacitação técnica ao produtor, o programa contempla um projeto de *marketing* das frutas brasileiras para o exterior, o Brazilian Fruit, com o objetivo de organizar e capacitar o setor e criar um modelo de competitividade forte o suficiente para fixar a marca da fruta brasileira.

Os maiores consumidores do produto brasileiro são Europa (70%); Mercosul (10%) e Estados Unidos (10%). O maior importador é a Holanda, que atua como distribuidor para a Europa, a exemplo do que faz com outros produtos. O maior importador para consumo direto é o Reino Unido, vindo depois Estados Unidos e a Argentina. Com forte modernização e ganhos de produtividade e escala, o produto brasileiro compete com grandes fornecedores internacionais de frutas, como África do Sul, Chile e Nova Zelândia.

Trabalho e criatividade

É preciso, no entanto, consolidar posições conquistadas no mercado, ampliar a carteira de clientes e aumentar a base de exportação. Canadá e Japão estão entre os novos mercados-alvo, bem como Portugal, Espanha e Escandinávia. A pauta de exportações ainda é concentrada: menos de 10 produtos respondem por 90% das vendas externas.

O caso do mamão papaia é emblemático. Proibido nos Estados Unidos, o produto conseguiu o que pode ser considerado uma proeza comercial. Depois do desenvolvimento de ampla campanha promocional demonstrando que o produto atendia às rigorosas normas sanitárias norte-americanas, o mamão brasileiro conseguiu entrar naquele seletivo mercado.

Isso não foi fruto do acaso. Na verdade cada vez mais vêm sendo adotadas técnicas agronômicas mais sofisticadas, como o raleamento, pelo qual são retirados até 70% dos frutos ainda pequenos de modo a permitir que os demais atinjam maior tamanho e sejam mais valorizados pelo consumidor, além de procedimentos de controle de pragas e doenças com uso de defensivos de baixos teores tóxicos, para não deixar resíduos causadores de rejeição das frutas nos países importadores.

Um dos maiores desafios são ações que visem envolver o consumidor final. É comum ao consumidor europeu ou norte-americano não saber como utilizar frutas tropicais na alimentação. Daí a necessidade de conhecer preferências e gostos desses consumidores, além de preencher os requisitos de qualidade impostos por esses países.

Na Europa as maçãs passarão a partir de 2003 a ostentar um selo de garantia atestando o uso mínimo de defensivos em sua aquisição anual de 600 mil toneladas. A Argentina desenvolve projetos de pomares orgânicos e o Chile tem um programa de qualificação. A Nova Zelândia erradica parte de suas macieiras no intento de estabilizar a produção em 300 mil toneladas e evitar baixa nos preços.

Como efeito direto do trabalho desenvolvido pelo Brazilian Fruit, as exportações vão conseguindo crescer. As atividades incluem degustações em

Brasil: exportação de mamão por países de destino, 2002

Países	Valor (US$FOB)	Volume (kg)
Estados Unidos	6.734.976	7.656.415
Países Baixos	6.307.570	7.765.691
Reino Unido	2.853.334	3.964.033
Portugal	2.465.017	3.900.307
Alemanha	1.265.235	1.980.864
Canadá	1.858.680	2.749.834
Suíça	840.512	1.067.671
Espanha	663.565	1.019.896
França	506.870	886.998
Itália	265.770	388.270
Uruguai	29.063	84.507
Luxemburgo	13.800	21.000
Argentina	10.998	28.192
Bélgica	8.129	12.138
Áustria	1.861	5.313
Angola	1.352	2.100
Cabo Verde	519	1.363
Noruega	384	384
Total	23.827.635	31.534.976

Fonte: Secex.

Brasil: exportação de mamão

Ano	Volume (kg)	Cresc. %
1996	5.693.310	
1997	7.868.603	38,21
1998	9.878.377	25,54
1999	15.709.325	59,03
2000	21.509.614	36,92
2001	22.804.066	6,02
2002	31.534.976	38,29

Fonte:Secex.

Brasil: consumo aparente *per capita* de maçã, 1985- 2002

Ano	Brasil População (mil hab.)	Produção nacional	Importação	Exportação	Consumo aparente	Consumo (kg hab./ ano)
		Toneladas				
1985	134.000	206.420	90.845	–	297.265	2,22
1986	135.800	242.361	83.930	648	325.643	2,40
1987	137.200	178.202	123.810	851	301.161	2,20
1988	139.800	342.331	97.572	1.517	438.386	3,14
1989	141.200	364.830	130.400	3.071	492.159	3,49
1990	143.100	351.028	112.161	5.582	457.607	3,20
1991	145.200	330.751	94.263	2.277	422.737	2,91
1992	146.800	403.000	52.620	32.956	422.664	2,88
1993	148.300	513.387	48.580	24.170	537.797	3,63
1994	151.200	456.800	87.686	30.146	514.340	3,40
1995	153.500	495.400	245.031	12.085	728.346	4,74
1996	155.800	544.000	324.779	3.308	865.471	5,56
1997	158.100	669.102	120.281	20.713	768.670	4,86
1998	158.100	708.902	125.166	10.706	823.362	5,21
1999	160.000	726.083	66.377	57.427	735.033	4,59
2000	169.799	968.063	43.650	64.478	947.235	5,58
2001	172.386	709.815	80.374	35.786	754.403	4,38
2002	175.941	857.340	53.487	65.927	844.900	4,80

Fonte: IBGE/Secex/ABPM.

feiras internacionais. Até mesmo produtos de tradição na pauta de importações brasileira passaram a integrar as exportações. O caso mais notório é o da maçã, cuja produção superou o consumo no mercado interno e gerou excedentes a serem escoados para o exterior com certificação especial, emitida pelo Inmetro, garantindo o rastreamento das frutas da plantação ao empacotamento.

A manga lidera o *ranking* das exportações, seguida por maçã, melão, papaia, laranja e uva. Abacaxi, banana e lima ácida ganham mais atenção dos exportadores. Em 1998 o Programa de Promoção de Frutas Brasileiras começou com mamão papaia, uvas finas, manga e melão. No ano seguinte entraram maçã e lima ácida e mais tarde vieram outros produtos. À medida que as vendas externas começaram a decolar, as regiões produtoras se transformaram em pequenos pólos de exportação:

- maçã: Vacarias, no Rio Grande do Sul, e Fraiburgo e São Joaquim, em Santa Catarina;
- limão: região de Catanduva, em São Paulo;
- manga e uva: vale do São Francisco, na Bahia;
- melão: Mossoró, no Rio Grande do Norte, e Ceará.

Nas fases anteriores do programa Brazilian Fruit, o Ibraf desenvolveu ações de degustação de frutas brasileiras na Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. As campanhas de divulgação giravam em torno de quatro frutas tropicais; melão, manga, uva e papaia. Desde o princípio, a ordem sempre foi ampliar os níveis de articulação e informação comercial para constituir consórcios de exportadores baseados em marca de origem e adequar produtos e processos para a exportação de frutas tropicais.

O programa Brazilian Fruit entra agora em novo ciclo e elege como alvos os mercados maduros (Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, França) e novos mercados (Espanha, Holanda, Portugal, Escandinávia, Canadá, países asiáticos e Leste europeu, países árabes e da América Latina como México, Chile e Argentina).

O desafio da inclusão

É preciso articular as políticas assistenciais com as estruturais e gerar empregos na agropecuária

OTAVIO VALENTIM BALSADI

A prioridade dada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva às políticas de combate à fome, logo em seu primeiro discurso, colocou no centro das discussões esse tema de vital importância para a construção da verdadeira cidadania de milhões de brasileiros que ainda estão por conseguir uma vida digna no campo e nas cidades. Dada a repercussão do tema, pesquisas feitas junto à população brasileira mostram que o combate à fome e à miséria é o programa no qual a maioria dos entrevistados deposita a maior expectativa de ver realizado com sucesso pelo atual governo. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Sensus e divulgada no dia 13-3-2003, 72,2% dos entrevistados que tinham conhecimento do Programa Fome Zero afirmaram que ele está sendo bem conduzido.

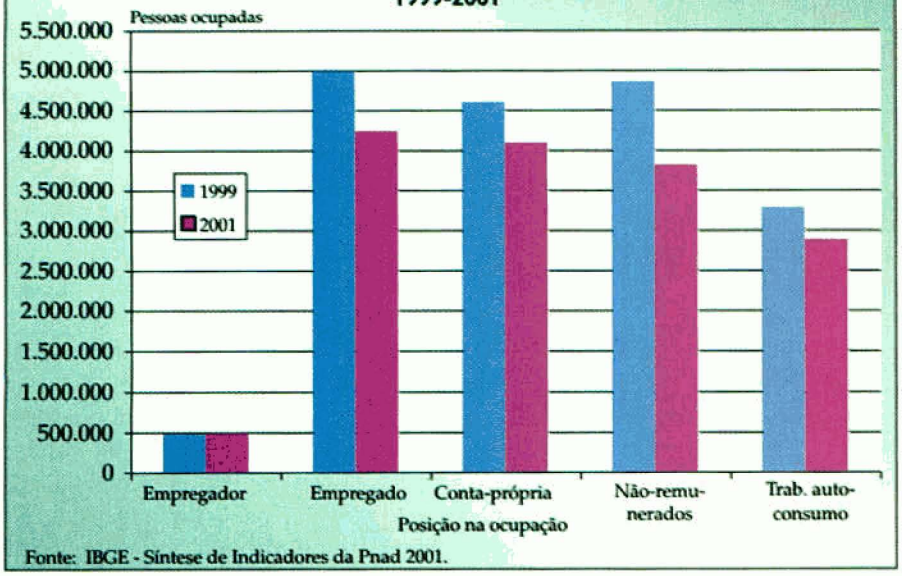
Pesquisa mais recente, divulgada pela *Folha de S. Paulo* em 9-4-2003, reafirma a centralidade do desafio de combater a fome e a miséria trazido à tona pelo Programa Fome Zero. Segundo dados da pesquisa, a fome passou a ser a segunda maior preocupação da população, com 22%, ficando atrás apenas do desemprego, com 31%. A pesquisa também mostrou que: 52% dos entrevistados consideram o Programa Fome Zero muito eficiente no combate à fome; a área na qual o governo Lula contou com a melhor avaliação de desempenho foi a de combate à fome e à miséria (38%); a menor diferença entre expectativa de governo em dezembro de 2002 e a recente avaliação está na área de atuação do Programa Fome Zero – 78% de ótimo ou bom antes do início do governo Lula e 53% na avaliação real do que está sendo feito nos primeiros 100 dias de governo em 2003.



Em função disso, seria pertinente resgatar algumas propostas estruturais contidas no Programa Fome Zero, voltadas para a real necessidade de geração de empregos, principalmente em áreas rurais de regiões menos desenvolvidas e em pequenos municípios onde predominam as atividades ligadas à agropecuária e à agroindústria. Esse resgate assume maior relevância em função da prioridade dada nesse início de governo aos municípios do semi-árido brasileiro, onde se destacam claramente as ações de expansão do cartão-alimentação, coordenadas pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) e as ações do Conviver do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com destaque para o seguro-safra, voltado aos agricultores familiares.

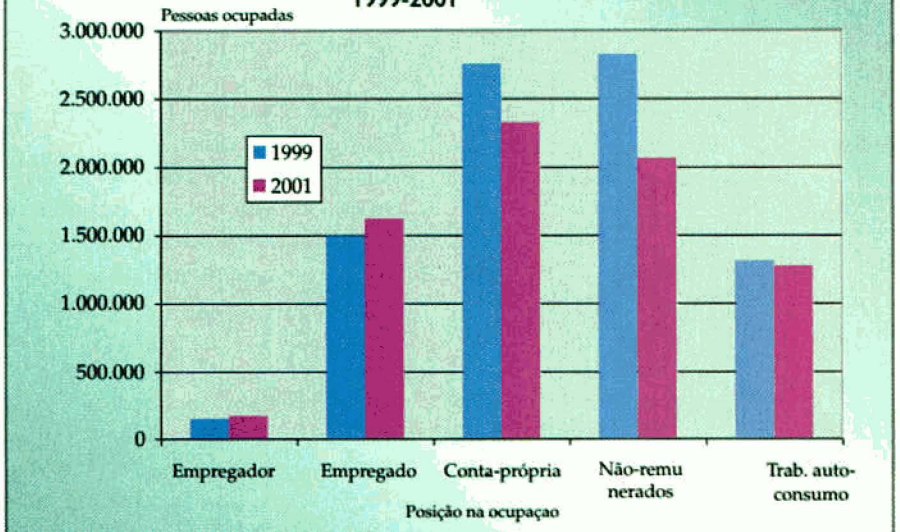
Entre as propostas estruturais

1. Brasil: população economicamente ativa (PEA) ocupada na agropecuária
1999-2001



Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores da Pnad 2001.

2. Brasil, Nordeste: população economicamente ativa (PEA) ocupada na agropecuária
1999-2001



Fonte: : IBGE - Síntese de Indicadores da Pnad 2001.

contidas no Programa Fome Zero e distribuídas no âmbito de atribuições de vários ministérios, destacam-se o apoio à agricultura de base familiar, o apoio à pequena agroindústria, o incentivo ao autoconsumo e à produção de subsistência, as compras institucionais de alimentos da pequena produção para a merenda escolar, estoques de segurança formados a partir da compra dos agricultores familiares, assistência técnica adequada para agricultores familiares e fortalecimento dos assentados da reforma agrária. Todas essas propostas são articuladas ao aumento previsto no consumo de alimentos pela população brasileira que hoje passa fome, e que será atendida pelo Programa Fome Zero, e às economias locais que terão seus setores de indústria, comércio e serviços revigorados com o fortalecimento de um segmento da agricultura que tem sofrido fortes reveses nos últimos anos.

Com isso, é fundamental frisar que o combate à fome pode ser o cimento, o amálgama para uma nova proposta de desenvolvimento territorial, que integre parte substancial da agricultura e das economias locais hoje fora dos circuitos competitivos internacionais das grandes commodities, permitindo-lhes alternativas reais de geração de emprego e renda através do aumento do consumo de alimentos no mercado interno. Em outras palavras, o combate à fome, em suas várias ações e programas dentro dos vários ministérios, articulado com o apoio à agricultura familiar e com a reforma agrária, pode formar um tripé que vai auxiliar em muito a condução de regiões brasileiras ainda não plugadas nos circuitos da economia globalizada a um novo estágio de desenvolvimento sustentável. Para essa nova proposta é fundamental a realização de ações conjuntas e coordenadas através de parcerias entre os ministérios, instituições de pesquisa, órgãos de assistência técnica e extensão rural, ONGs, associações de produtores familiares e suas representações, além dos governos estaduais e municipais.

O combate à fome pode ser o cimento de uma nova proposta de desenvolvimento territorial que integre agricultura e economias locais, permitindo geração de emprego e renda.

Cenário da agricultura

Para ilustrar a necessidade de políticas públicas que incorporem efetivamente novos segmentos sociais e revertam, ou pelo menos atenuem, o quadro de exclusão de um enorme contingente de pessoas da agricultura e seus perversos reflexos nas economias de inúmeros municípios brasileiros, basta que se conheçam os dados divulgados pelo IBGE com relação ao número de pessoas ocupadas nesse setor no período 1999-2001, que têm como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Entre 1999 e 2001, o número de pessoas ocupadas nas atividades agrí-

colas e pecuárias caiu de 18,2 milhões para 15,5 milhões, ou seja, uma redução de 2,7 milhões de pessoas (ou 14,7%), como pode ser observado no gráfico 1. Curiosamente, esse período foi um dos mais favoráveis para algumas de nossas principais commodities (milho, soja, suco de laranja, carne de aves, carne bovina, carne suína), beneficiadas pela desvalorização cambial e pelos bons preços conjunturais no mercado internacional, motivados em boa parte pela crise provocada na Europa pela doença da vaca louca. As exportações do agronegócio foram tão expressivas que garantiram o superávit na balança comercial brasileira (o superávit comercial do agronegócio cresceu muito nesse período e se aproximou dos US$20 bilhões).

Como a agricultura brasileira não possui apenas essa vertente modernizada, competitiva e exportadora, abrindo-se os dados da Pnad por posição na ocupação é que aparece um fato muito preocupante. Do total de 2,7 milhões de pessoas a menos, 1,9 milhão (ou 72,3%) eram de conta-própria (505 mil pessoas), membros não remunerados da família (1 milhão de pessoas) e trabalhadores na produção para o próprio consumo (397 mil pessoas). Ou seja, justamente as categorias mais representativas da pequena produção de base familiar, geralmente habitando áreas rurais e pequenos municípios, foram as mais atingidas pela forte redução de ocupações na agropecuária brasileira no período 1999-2001.

Combinar atividades agrícolas e pecuárias com atividades não-agrícolas que dinamizem as economias locais pode ser um caminho frutífero para um novo modelo de desenvolvimento.

Outro dado relevante: desse 1,9 milhão de pessoas, 1,2 milhão eram da região Nordeste (gráfico 2), que concentra a maior parte das regiões e municípios pertencentes ao semi-árido brasileiro. Os demais 700 mil estavam distribuídos pelas regiões – 424 mil no Sudeste, com peso muito significativo dos trabalhadores na produção para o próprio consumo. No Nordeste, entre 1999 e 2001 apenas as categorias de empregador e empregados apresentaram crescimento, muito provavelmente pela expansão da moderna produção de grãos (especialmente soja, feijão e algodão) e de café nas áreas de cerrado nos estados do Maranhão, Piauí e Bahia principalmente.

Obviamente, nem todo esse contingente de pessoas engrossou o desemprego e/ou migrou para cidades médias e grandes. Uma parte pode ter conseguido ocupação em atividades não-agrícolas (indústria, comércio e serviços) no entorno de seus locais de moradia. Concreto e alarmante é o desperdício absurdo de recursos humanos num país com elevadíssimas taxas de desemprego e com uma dívida social enorme com os excluídos. Por isso, viabilizar alternativas de ocupação e renda para essas pessoas, normalmente de baixa escolaridade e qualificação profissional, através de um novo formato de política de desenvolvimento territorial, torna-se urgente, como forma de redução do desemprego e articulação da pequena agricultura de base familiar com o combate à fome.

Combinar atividades agrícolas e pecuárias fora do circuito das grandes commodities com atividades não-agrícolas que dinamizem as economias locais, tendo como fio condutor a erradicação da fome, pode ser um caminho frutífero para um novo modelo de desenvolvimento que efetivamente reduza nossas disparidades e desigualdades sociais. Como as ações prioritárias e emergenciais de combate à fome estão focalizadas no semi-árido, os dados apresentados para a região Nordeste mostram o desafio a ser vencido na articulação das políticas assistenciais com as estruturais, especialmente quando o objetivo é a inserção no mercado de um enorme contingente de agricultores familiares que necessitam de apoio, fundamental para viabilizar seus sistemas de produção agropecuária.



Otavio Valentim Balsadi *é pesquisador da Embrapa, doutorando em economia aplicada pelo Instituto de Economia da Unicamp e assessor do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa).*

Uma nova **região**

Há um Nordeste a ser descoberto por governantes que reconheçam sua vantagem comparativa conferida pela radiação solar

ORLANDO SAMPAIO PASSOS

A análise dos dados sobre o Nordeste suscita uma dúvida: é uma região problemática por sua inserção no polígono das secas ou o atraso se deve à inexistência ou ineficiência de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável da região?

Localizada entre 12° e 18° latitude Sul e 35° e 47° longitude Oeste, compreende os estados de Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco – incluindo o Distrito Estadual de Fernando de Noronha –, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão numa área de 1,55 milhão de quilômetros quadrados ou 18,3% do território nacional.

Em 2000 sua população era superior a 47 milhões de habitantes, 28,1% da nacional (tabela 1).

Uma das características da região é a multiplicidade de climas e solos, que torna possível o negócio agrícola. Das áreas úmidas da Bahia onde se cultiva cacau à caatinga, onde o sisal é uma das poucas alternativas, existem diferentes situações climáticas cuja radiação solar varia entre 2.300 e 2.800 horas por ano ou até 3 mil horas nas áreas inseridas no polígono das secas.

O polígono das secas, que inclui parte do estado de Minas Gerais, cobre uma área de 881.081km² ou 53,1% da área da região. Aí reside o grande desafio: seres humanos tentam sobreviver onde até a água para consumo é limitada. Mas há uma área considerável localizada na costa litorânea, superior a 200 milhões de hectares, disponível para a produção agrícola. Nessa faixa ao longo do litoral encontram-se as capitais dos estados, com exceção do Piauí, e as maiores cidades, onde a densidade demográfica é mais alta.



Aspectos econômicos

Entre as lavouras permanentes sobressaem cultivos tradicionais – cacau, algodão arbóreo e sisal – e frutas tropicais – caju, coco, banana, manga, mamão, maracujá e melão – cuja tendência de crescimento tem refletido na economia do país. Entre as lavouras temporárias, destacam-se

1. Brasil: área territorial e população das regiões geográficas

Ano 2000

Região	Área		População (habitante)		
	km², milhões	%	Urbana	Rural	Total
Norte	3,851	45,3	9.005.797	3.914.152	12.919.949
Nordeste	1,561	18,3	32.919.607	14.759.714	47.679.381
Centro-Oeste	1,604	18,8	10.070.923	1.540.568	11.611.491
Sudeste	0,904	10,8	65.410.765	6.851.646	72.262.411
Sul	0,575	6,8	20.290.287	4.780.924	25.071.211
Brasil	8,51	100	137.697.439	31.847.004	169.544.443

Fonte: Sudene (1985), IBGEb (2001).

Alguns indicadores sociais e os mitos relacionados com o subdesenvolvimento da região clamam por políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável do Nordeste brasileiro.

2. Nordeste: precipitação média anual/área territorial

Regime pluviométrico (mm)	Área (km²)	%
› 1.000	510.000	31,9
750 – 1.000	313.000	19,6
500 – 750	591.000	36,9
250 – 500	182.000	11,4
‹ 250	4.000	2,2

Fonte: Sudene (1985).

também abacaxi, melão e melancia, mamona e mandioca, talvez a mais nordestina, injustiçada por não ter seu valor devidamente explorado. No segmento pecuário, a região lidera os rebanhos de caprinos e asininos e apresenta posição satisfatória em relação a ovinos, suínos e eqüinos (tabelas 3, 4, 5 e 6).

Apesar de a produção estar aparentemente crescendo, têm sido observadas mudanças significativas na participação da agropecuária no PIB do Nordeste (tabela 6). No período 1960-99, enquanto a conta "serviços" evoluía de 47,4% para 64,3% do PIB global, a agropecuária decrescia de 30,5% para 9,7%.

Ao mesmo tempo, observaram-se duas tendências: redução do tamanho da propriedade e aumento da absorção de mão-de-obra. Em vista da expressiva participação e da posição estratégica do pequeno produtor na produção de alimentos, foram criados incentivos, destacando-se o Programa Nacional de Agricultura Familiar criado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. Resultados práticos no que diz respeito à mudança de cenários, entretanto, são discutíveis. Há uma enorme diferença entre o que

3. Nordeste e Brasil: produção de lavouras permanentes

Ano 2001

Produto	Produção	% nacional
Algodão arbóreo (t)	2.762	100,0
Banana (mil cachos)	2.027.359	36,0
Borracha (látex) (t)	22.278	15,5
Cacau (t)	126.812	68,3
Castanha de caju (t)	121.046	97,6
Coco-da-baía (mil frutos)	960.659	68,2
Dendê (coco) (t)	189.117	24,5
Mamão (mil frutos)	1.004.225	67,4
Manga (mil frutos)	487.222	62,3
Maracujá (mil frutos)	250.191	53,5
Sisal (fibra) (t)	181.475	100,0
Uva (t)	190.578	18,0

Fonte: IBGE. Produção agrícola municipal (2002).

4. Nordeste e Brasil: produção de lavouras temporárias

Ano 2001

Produto	Produção	% nacional
Abacaxi (mil frutos)	559.531	39,0
Alho (t)	12.117	11,.9
Cana-de-açúcar (t)	59.895.333	17,4
Cebola (t)	170.203	16,2
Feijão em grão (t)	531.104	21,6
Mamona (t)	73.368	73,4
Mandioca (t)	7.544.387	33,4
Melancia (mil frutos)	406.571	28,0
Melão (mil frutos)	247.602	94,0
Soja em grão (t)	2.026.998	5,3
Tomate (t)	404.426	13,0

Fonte: IBGE. Produção agrícola municipal (2002).

5. Nordeste e Brasil: efetivo dos rebanhos

Ano 2001

Tipo de rebanho	Cabeças	% nacional
Asinino	1.138.847	92,0
Bovino	23.414.017	13,3
Caprino	8.908.722	93,0
Eqüino	1.403.297	24,2
Galos, frangos e pintos	75.506.325	11,0
Ovino	8.060.619	55,1
Suíno	7.198.274	22,1

Fonte: IBGE. Produção agrícola municipal (2002).

6. Nordeste: participação do PIB setorial no PIB global do Brasil

1960 a 1999

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1960	30,5	22,1	47,4	100
1970	21,0	27,4	51,6	100
1980	17,3	29,3	53,4	100
1990	13,3	28,5	58,2	100
1999[1]	9,7	26,0	64,3	100

Fonte: Sudene (2000). [1]Dados preliminares.

7. Brasil e região Nordeste: indicadores demográficos e sociais

1999

País/região	Taxa de fertilidade	Taxa de natalidade	Taxa de mortalidade infantil	Taxa de mortalidade total	Esperança de vida ao nascer	Taxa de analfabetismo
Brasil	2,4	21,7	36,7	7,1	67,8	13,3
Nordeste	2,7	25	59	8,1	64,8	26,6

Fonte: Sudene (2000).

dizem e propalam os programas governamentais e a realidade. Devido a sucessivas secas e à falta de políticas públicas, sobretudo na distribuição espacial e na adequação meio ambiente/homem, estima-se que nos últimos 20 anos mais de 6 milhões de nordestinos tenham migrado do meio rural para as grandes cidades, contribuindo para aumentar a presença ameaçadora dos denominados meninos de rua. Permanecer no meio rural ou evadir-se é uma questão de sobrevivência.

Dois aspectos sobressaem entres os demais quando se analisa o Nordeste como região potencial para a produção de alimentos e fibras:

- os chamados bolsões de pobreza onde imperam a fome e as mais degradantes condições de vida humana;
- além dos recursos naturais, a região está aproximadamente 2.500km mais próxima dos centros importadores, comparada com outras regiões produtoras do país.

Mitos e realidade

Em 1975, o presidente do Banco do Nordeste, Nilson Holanda, citou em defesa da região Nordeste algumas questões ainda pertinentes:

- *isolacionismo* – os problemas regionais não podem ser considerados separadamente, mas de forma federativa como assunto de interesse nacional;
- *custos excessivamente altos* – não há evidência de que o Nordeste custe muito aos cofres da Nação; observe-se que os grandes investimentos – usina nuclear, ferrovias e metrôs – foram realizados em outras regiões;
- *a economia nordestina não responde a investimentos públicos* – o PNB do vale do São Francisco cresceu de 24,9% em 1975 para 32,5% em 1985: nesse vale se implantou uma fruticultura com índices técnicos requintados, proporcionando geração de divisas com manga, uva e melão de excelente qualidade;
- o *desenvolvimento social* está dissociado do econômico, o que parece não ocorrer na prática.

Das áreas úmidas da Bahia onde se cultiva cacau à caatinga, existem diferentes climas e a radiação solar varia de 2.300 a 2.800 horas por ano ou até 3 mil horas nas áreas inseridas no polígono das secas.

"Nordeste, terceiro Brasil"

Com esse título, o senador Waldeck Ornelas publicou um trabalho em 1996 chamando atenção para a posição do Nordeste de acordo com o índice de desenvolvimento humano (IDH), elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), cujos dados poderiam ser sumarizados:

- estão na região 54,6% da miséria nacional e 63% da pobreza no meio rural. Enquanto isso, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) reduziu sua presença na região: 21% dos recursos em 1990 para 11% em 1994;
- os incentivos federais na região resumiram-se em 10,3%, enquanto no Sudeste esse valor atingiu 57,8%;
- o analfabetismo atingia 40% da população nordestina. Entretanto, 60% do salário-educação são destinados ao Sudeste e 21% ao Sul;
- 23 milhões de pessoas vivem em estado de pobreza absoluta;
- a expectativa de vida é de 60 anos no



Nordeste ou cinco anos menos que no Sul;

Dados da Sudene, de agosto de 2000, mostram uma situação semelhante à apresentada pelo senador Ornelas (tabela 7).

A implementação de um programa governamental amplo e comprometido com as necessidades de regiões em desenvolvimento como o Nordeste tem que ser entendida como prioridade nacional. Ações de ciência & tecnologia têm que ser consideradas fundamentais sem que se deixe de ter em conta o papel do binômio educação e saúde. Recursos existem. Em alguns anos, como 1983, os gastos com a seca atingiram quase US$1 bilhão para manter 3 milhões de pessoas por poucos meses.

O projeto Aridas, iniciativa do governo federal para promover o desenvolvimento sustentável de regiões semi-áridas, apontou como temas fundamentais:

- zoneamento ecológico-econômico e exploração racional da região;
- conhecimento, utilização econômica e preservação da biodiversidade;
- pesquisa sobre a utilização racional dos recursos hídricos.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em 1972, é um dos investimentos do governo federal na região. São centros envolvidos com pesquisas relativas a recursos naturais, temas básicos e produtos localizados em sete dos nove estados. Os resultados de projetos têm sido relevantes, mas não suficientes para mudar os cenários de uma agricultura tradicional com baixo rendimento devido ao descompasso desses centros com as empresas estaduais e universidades, as quais deveriam ser responsáveis pela extensão e execução de pesquisas em nível estadual.

Inegavelmente, a Embrapa tem conseguido resultados capazes de aprimorar os sistemas de produção em uso, contribuindo para melhorar o nível do homem e sua fixação no meio em que vive. Considerando, no entanto, outros indicadores que evidenciam o atraso da região, urge que se estabeleçam prioridades e a Embrapa se faça mais presente na região, não somente em relação ao número (sete centros), mas cumprindo sua função original de promover mudanças nos cenários onde atua – o que significa mudança do foco para o campo.

Visando o desenvolvimento sustentável da agricultura nordestina, um grupo de trabalho interinstitucional sob a liderança do Mapa, que analise a agricultura nordestina e trace um programa em caráter de urgência, observaria os seguintes temas:

- distribuição agrária;
- zoneamento agroecológico;
- agricultura familiar e associativismo;
- produção artesanal;
- estabelecimento de unidades de pesquisa & desenvolvimento em aliança com o setor produtivo em pontos representativos;
- agricultura irrigada – a área disponível é de 3,5 milhões de hectares, mas em uso ocupa somente 15%, enquanto no Rio Grande do Sul a área irrigada ultrapassa 1,5 milhão de hectares.

O Nordeste do Brasil não pode ser considerado uma sub-região. Existem potencialidades e limitações a sua exploração, cuja história registra catástrofes periódicas causadas pelas secas, provocando fome e desespero nos habitantes, que geralmente passam a ser retirantes.

Há um Nordeste a ser descoberto por governantes que respeitem suas aptidões e reconheçam a vantagem comparativa conferida pela radiação solar, proporcionando melhor qualidade de vida a seu povo.

Referências bibliográficas

Banco do Nordeste do Brasil S.A. *Diretrizes para um plano de ação do BNB (1991-1995).* Cenários para a economia do Nordeste, 1995. v. 1.

Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. *Projeto semi-árido: uma proposta para o desenvolvimento do semi-árido nordestino e do vale do São Francisco.* Brasília: 1995. 30 p.

Holanda, N. *O desenvolvimento do Nordeste: mitos e realidade.* 1975. 19 p.

IBGEa. *Anuário Estatístico do Brasil: 1980-1989,* Rio de Janeiro: diversos números.

IBGEb. Disponível: site IBGE. *URL: http://www.sidra.ibge.gov.br* Consultado em 12 de março de 2001.

Ornelas, W. *Nordeste, terceiro Brasil.* Brasília: 1996. 80 p.

Passos, O. S. & Souza, J. da S. *O Nordeste brasileiro e a pesquisa agropecuária.* Cruz das Almas: CNPMF, 1992. (Série Documentos, nº 42.)

_____. *Considerações sobre a fruticultura brasileira com ênfase no Nordeste.* Cruz das Almas: CNPMF, 1994. (Série Documentos, nº 54.)

Sudene. *Boletim Conjuntural do Nordeste,* Recife: 2000. 335 p.

_____. *Recursos naturais do Nordeste – investigação e potencial* (sumário das atividades). 4. ed. Recife: 1985. 39 p.

Orlando Sampaio Passos *é pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura, C.P. 027, 44380-000 Cruz das Almas -BA, tel. (75) 621-8028, fax (75) 621-2149. E-mail: orlando@cnpmf.embrapa.br*

Alta em pleno período de safra

Quebra da safra gaúcha e atraso na colheita ajudam a aumentar cotações do arroz agulhinha no mercado interno

POR CARLOS COGO*, LUIZ ANTONIO PINAZZA E GREGORY HONCZAR

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de abril e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de maio de 2003. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para maio de 2003. Os preços de maio de 2003 são nominais.

MERCADO INTERNO

ALGODÃO (6) SUL DO BRASIL – R$ 15KG DISPONÍVEL

O mercado segue em ritmo lento e a oferta começa a crescer, com o avanço da colheita no Paraná, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul. O produto do Paraguai também continua entrando com constância nas fábricas brasileiras. Além disso, Goiás já colhe e inicia o beneficiamento da fibra, que em breve começará a chegar às fiações. A colheita será antecipada no Mato Grosso, este ano, com alguma oferta disponível no estado ainda em junho.

ARROZ AGULHINHA R$/SC. 60KG

A quebra ainda indefinida na safra do Rio Grande do Sul, o atraso na colheita, a produção insuficiente para atender à demanda e os excedentes exportáveis insuficientes do Mercosul para suprir o mercado brasileiro detonaram um processo de alta dos preços em pleno período de safra, com aumento das importações de arroz em casca dos EUA.

BOI GORDO R$/ARROBA

Os preços seguem apresentando tendência de recuo com o aumento na oferta de boi gordo na maioria das regiões pecuárias do país. A queda do dólar e a diminuição da competitividade das exportações, com as fracas vendas de carne no atacado e os baixos preços do frango, aumentam a pressão sobre os preços da arroba no mercado físico.

FEIJÃO CARIOQUINHA ESPECIAL R$/SC. 60KG

O ingresso da segunda safra no mercado, o arrefecimento da demanda com os altos pr ços praticados nos últimos meses e o aumento previsto na oferta futura devem evitar novas altas, promovendo maior estabilidade das cotações.

FRANGO VIVO R$/KG

A demanda externa segue aquecida. No início de 2001, a doença da vaca louca abriu mercados externos ao frango nacional. O Brasil tinha condições de aumentar a oferta e atender rapidamente ao aumento dessa demanda. Mas novos concor-

*Carlos Cogo é consultor da Carlos Cogo Consultoria Agroeconômica: www.carloscogo.com.br

Mercado interno

	Mar. 2002	Fev. 2003	5 a 20 mar.	14 a 20 mar.	Tendência
Algodão (6) Sul do Brasil[1] – R$/15kg disp.	42,59	59,83	57,73	57,76	Estável
Arroz agulhinha[2] – R$/sc. 60kg	48,14	58,62	58,46	58,42	Alta
Boi gordo[3] – R$/arroba	58,67	58,02	57,69	57,50	Baixa
Café tipo 6[4] – R$/sc. 60kg	175,55	223,82	203,08	199,36	Estável
Feijão carioquinha especial[5] – R$/sc. 60kg	81,71	112,26	126,55	128,00	Estável
Feijão-preto[6]	107,86	79,00	93,64	95,00	Estável
Frango vivo[7] – R$/kg	1,27	1,47	1,49	1,48	Baixa
Milho amarelo semiduro[8] – R$/60kg	17,02	25,07	23,30	23,20	Baixa
Soja-grão industrial[9] – R$/60kg	28,11	40,32	40,36	40,50	Alta

Fontes: [1]Esalq/BM&F; [2]Bolsa de Cereais de São Paulo; [3]Esalq/USP; [4]BM&F; [5,6]Instituto de Economia Agrícola (IEA); [7]Associação Paulista de Avicultura (APA); [8,9]Bolsa de Cereais de São Paulo.

Mundo: produção de grãos

Milhões de t

Produto	2002/2003	2001/2002	Variação %	2002/2003	2001/2002	Variação %
Total*	1.806,01	2.868,34	-3,33	425,98	513,25	-17,00
Trigo	564,28	580,03	-2,71	167,46	198,72	-15,73
Arroz	381,06	397,13	-4,04	107,09	134,78	-20,54
Grãos forrageiros**	860,67	891,18	-3,42	151,43	179,74	-15,75
Milho	592,69	598,72	-1,00	105,68	133,59	-20,89
Algodão***	87,84	98,35	-10,68	36,62	46,46	-21,17
Soja	194,04	184,33	5,26	31,08	32,03	-2,96
Farelo de soja	131,78	125,39	5,09	4,21	3,9	7,94
Óleo de soja	30,60	28,87	5,99	2,06	2,46	-16,26

Fonte: Usda, abril/2003.
*Total de trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado.
**Milho, sorgo, cevada, aveia e centeio.
***Milhões de fardos de 480 libras-peso cada.

EUA: safra de grãos, exportações e estoques finais

Milhões de ha e t

Item	Soja	Milho	Trigo	Algodão
1. Produção				
Fevereiro, 2002/03	74,3	228,81	43,98	3,73
Janeiro, 2002/03	74,3	228,81	43,98	3,73
Fevereiro, 2001/02	78,68	241,49	53,26	4,42
2. Exportação				
Fevereiro, 2002/03	25,58	46,36	24,49	2,35
Janeiro, 2002/03	25,31	46,99	25,17	2,35
Fevereiro, 2001/02	28,93	47,98	26,15	2,39
3. Estoque final				
Fevereiro, 2002/03	4,49	23,60	12,11	1,35
Janeiro, 2002/03	5,17	23,47	11,38	1,37
Fevereiro, 2001/02	5,66	40,54	21,15	1,62

Fonte: Usda, fevereiro 2003.

rentes surgiram e a União Européia passou a incentivar a produção local de frangos. Isso, sem contar as barreiras não-tarifárias, como a do nitrofurano na Europa e a imposição de cotas na Rússia. Assim, o mercado interno passou a funcionar como válvula de escape. Com a demanda interna estável, as margens ficam apertadas. A oferta está folgada e o preço básico centrado no patamar de R$1,45 por quilo, em São Paulo.

Milho amarelo semiduro R$/60kg

Os preços seguem firmes no Rio Grande do Sul, onde a falta de produto é gravada em face da atenção redobrada à colheita da soja e pelo fato de o estado praticamente não ter safrinha. A importação de produto transgênico da Argentina para o Nordeste, que se ressente há muito da falta do cereal, continua proibida. Já nas demais praças do país as cotações estão fracas. Se as exportações continuam inviáveis em função do câmbio desfavorável, os compromissos de vendas externas mantêm certo aquecimento nos negócios. Em algumas regiões, com a redução dos preços da soja, a tendência tem sido aumentar as vendas de milho e segurar a soja. Os preços variam entre um mínimo de R$18,00/saco na região de Cascavel, PR, e um máximo de R$20,75/saco em Goiânia.

Soja-grão industrial R$/60kg

Apesar da valorização recente do real frente ao dólar, o preço médio nas principais regiões produtoras do país está 67% acima do valor médio de abril de 2002. Em dólar, a valorização nos últimos 12 meses é de 20,9%. Considerando que a colheita brasileira está em sua etapa final, os preços atuais podem configurar o piso para a safra 2002/2003, com tendência contínua de alta daqui por diante. As cotações externas estão em

Mercado externo – médias dos primeiros futuros

	Açúcar US¢/lb. peso mundial[1]	Algodão 1-1/16" US¢/lb. peso[1]	Cacau Bahia US$/t[1]	Café contrato C, Nova York US¢/lb. peso[1]	Farelo de soja US$/t[2]	Milho two yellow US¢/bushel[2]	Soja em grão one yellow ¢/bushel 60kg[2]	Suco de laranja US¢/lb. peso	Trigo soft red US¢/bushel[2]
Março 2002	6,06	38,48	1.518,50	53,04	157,00	206,83	462,81	92,33	280,49
Fevereiro 2003	8,79	50,76	2.243,28	62,54	174,56	236,18	570,47	87,08	325,66
5 a 20 de março	7,95	58,80	2.002,64	59,75	173,38	235,15	569,73	85,66	304,00
14 a 20 de março	7,72	59,49	2.014,00	59,14	172,94	231,55	572,35	85,85	295,55

Fontes: [1]New York Security Exchange; [2]Chicago Board of Trade.

alta e a pressão da colheita começa a desaparecer no mercado interno.

Mercado externo

Açúcar USc/lb. peso mundial branco

De acordo com a OIA, a produção mundial é estimada em cerca de 139,90 milhões de toneladas enquanto o consumo deverá ficar em torno de 136,24 milhões de toneladas. O volume de produção é cerca de 4 milhões de toneladas maior que o verificado na safra 2001/2002. As projeções seguem sendo de um forte crescimento da produção mundial e um possível aumento dos estoques até o final do ano-safra, promovendo estabilidade das cotações futuras.

Algodão 1-1/16" USc/lb. peso

Os estoques finais mundiais deverão continuar recuando no próximo ano, mas a queda não será tão significativa quanto neste ano. A queda nos estoques será menor que o crescimento no plantio. A tendência mundial é de diminuição rápida dos estoques finais mundiais para o menor nível desde a safra de 1994/1995. Os contratos da safra nova podem ficar no teto do intervalo entre 60 e 70 cents por libra-peso no próximo ano-safra.

Milho two yellow USc./bushel

Em Chicago, o bushel bateu em US$2,34. O clima está normal para o plantio do cereal nos EUA e as cotações não encontram novas sustentações e recuam. Além do clima no transcorrer da safra (maio-setembro), a pneumonia asiática que atinge a China pode provocar mudança nos preços do cereal. Uma das reações do mercado seria evitar compras de mercadorias com origem asiática, passando a preferir o produto dos EUA e da Argentina. Isso talvez favoreça também o produto brasileiro



na exportação, embora estejamos com aperto de oferta interna e com o câmbio desfavorável às vendas externas. A Argentina diminuiu o ímpeto exportador e estabilizou as vendas externas em 6 milhões de toneladas, de um total esperado inicialmente de 10 milhões.

Soja-grão one yellow USc./bushel

A demanda mundial segue firme. Não deve haver aumento na área de cultivo 2003/2004 nos EUA. Os estoques mundiais estão em baixa e a safra brasileira 2002/2003 pode ficar abaixo da expectativa, com as quebras decorrentes da umidade excessiva e ferrugem asiática no Mato Grosso e outros estados. O mercado climático nos EUA pode provocar ondas altistas nos contratos futuros. Não há fatores altistas para explicar o aumento de preços que ultrapassaram a seis centavos de dólar o bushell. A safra sul-americana continua sendo colhida com uma excelente *performance*, à exceção de alguns locais. Já a colheita no Brasil caminha para o encerramento.

Soja, farelo US$/t

O suprimento apertado na soja-grão e o aumento da participação da soja na demanda mundial de oleaginosas, somados ao firme consumo de farelos vegetais para produção animal dão sustentação às cotações futuras do farelo de soja em 2002/2003. A demanda mundial começa a frear suas compras de farelo em função da entrada da primavera no hemisfério Norte. Existe uma apreensão com a doença conhecida popularmente como pneumonia asiática, que ataca na China, especialmente. Daí o recuo nas compras de grãos e de alimentos asiáticos em geral. O mercado continuará cada vez mais atento ao clima nos EUA. Qualquer problema e as cotações reagem. O período crítico vai de maio a setembro.

Trigo Soft Red USc/bushel

A safra mundial 2003/2004 deve crescer menos que o esperado. A produção deve atingir 591 milhões de toneladas, mas esse volume ainda é 4,2% menor que o da safra 2002/2003. O consumo mundial 2003/2004 deverá alcançar 598 milhões de toneladas, 0,5% mais que na safra anterior. Os cinco maiores exportadores – Austrália, UE, EUA, Canadá e Argentina – deverão recuperar a fatia de mercado perdida em 2002/2003, quando alguns deles tiveram quebra de produção. Os estoques desses cinco exportadores deverão crescer 32,4%, mas os estoques mundiais devem cair 4,8% estabilizando-se em 159 milhões de toneladas.

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

A Índia pós Gandhi
tornou-se um
país independente.



A Alemanha pós
queda do muro
tornou-se mais forte.



As crianças pós
Albert Sabin
tiveram mais saúde.



Este curso está disponível nos seguintes estados:
AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE, SP e TO.

FGV management

PRESENTE NA SUA VIDA.
PRESENTE NO SEU SUCESSO.

RONSON

Minha história pós FGV Executivo Jr. também vai mudar.



O novo curso FGV Executivo Jr. é a Pós-Graduação mais completa para quem está dando os primeiros passos no mercado de trabalho. O curso dá ênfase aos temas mais relevantes da gestão empresarial, desenvolvendo as habilidades gerenciais indispensáveis nos jovens executivos. O FGV Executivo Jr. oferece um ambiente de ensino de alta tecnologia, baseado em recursos de e-learning e teleconferência, empregando métodos desenvolvidos pelo FGV Online. O curso tem aulas dadas por professores-doutores da Fundação Getulio Vargas, contando com o suporte de professores-assistentes em sala de aula. Acesse agora mesmo www.fgv.br/executivojr e inscreva-se no FGV Executivo Jr. A nova Pós-Graduação da FGV que vai mudar sua história profissional.

Novo curso de Pós-Graduação FGV Executivo Jr.

Confira a relação de conveniados pelo site: www.fgv.br/executivojr • (21) 2559.5885

O Cooperativismo de Crédito e o Bancoob

buscam, a cada dia, minimizar as fronteiras que existem entre a cidadania e as desigualdades sociais, combinando a atividade financeira com uma forte visão social, democratizando o acesso aos serviços bancários.

BANCOOB
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A